



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MONIQUE SILVA COSTA

**FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DEPENDÊNCIA
TECNOLÓGICA:
IMPLICAÇÕES NO DÉFICIT DA CONTA DE SERVIÇOS DO BRASIL**

Salvador
2015

MONIQUE SILVA COSTA

**FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DEPENDÊNCIA
TECNOLÓGICA:
IMPLICAÇÕES NO DÉFICIT DA CONTA DE SERVIÇOS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador
2015

Escola de Administração - UFBA

C837 Costa, Monique Silva.

Formação da economia brasileira e dependência tecnológica:
implicações no déficit da conta de serviços do Brasil / Monique Silva
Costa. – 2015.
139 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, Salvador, 2015.

1. America Latina – Condições econômicas. 2. Brasil – Condições
econômicas. 3. Industrialização – Países em desenvolvimento.
4. Tecnologia e Estado. 5. Parceria de pesquisa e desenvolvimento – Brasil.
6. Áreas subdesenvolvidas – Indústria de serviços. I. Universidade Federal da
Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.981

MONIQUE SILVA COSTA

**FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DEPENDÊNCIA
TECNOLÓGICA
IMPLICAÇÕES NO DÉFICIT DA CONTA DE SERVIÇOS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Aprovada em ____ de _____ de 2015.

Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora _____
Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Gilca Garcia de Oliveira _____
Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Nildo Domingos Ouriques _____
Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, D.F., México.
Universidade Federal de Santa Catarina

Ao meu porto seguro, meu grande amor, minha mãe Ivanilde.
Ao meu maior exemplo de força, minha amada avó Nair.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por sempre abençoar a mim e às pessoas que mais amo, nos permitindo viver a vida com amor, saúde, paz e força para superar as dificuldades e conquistar os objetivos almejados. Meu coração é para ti, Senhor.

À minha mãe Ivanilde, minha melhor amiga e maior bênção de Deus em minha vida, pelo seu imensurável e infinito amor e por toda a dedicação à nossa família. À ela que sempre fez e faz tudo por mim, é à ela que devo tudo que sou. Não há palavras suficientes para expressar o tamanho do meu amor, carinho e eterna gratidão a você, mãe, te amo!

À minha guerreira preferida, minha amada avó Nair, a fortaleza da nossa família, nossa joia rara.

Ao meu irmão Adriano, meu grande exemplo de homem digno, um ser humano ímpar que muito amo e admiro. Ele e minha cunhada Maylu nos deram o presente mais lindo que poderíamos ganhar: meu sobrinho lindo Enzo, nosso amorzinho. Agradeço à Deus pela família que construíram e à vocês por todo o apoio nessa caminhada.

Ao meu noivo Gustavo, amor da minha vida. Meu companheiro e parceiro de todas as horas, com quem há 12 anos compartilho uma história de amor tão real, quanto linda. Obrigada por ser paciente, por sempre me esperar e compreender minhas ausências. Obrigada por toda a dedicação, pelo incentivo e por me acompanhar nas batalhas diárias da vida. Obrigada por permitir que sua família se tornasse uma extensão da minha. Obrigada por estar ao meu lado na luta pela conquista dos nossos sonhos. Agradeço a Deus por você existir, meu príncipe, te amo!

Aos meus tios, tias e primos da grande família Oliveira Silva, por formarem essa família maravilhosa e unida, sempre se fazendo presentes, estando longe ou perto, celebrando cada conquista minha. A vocês meu muito obrigada!

Aos meus grandes exemplos de Doutores da família: Tia Noélia e meu primo José Walter, que exercem a docência com maestria e que tanto me inspiram nessa caminhada.

À minha orientadora, Prof^ª. Maria Teresa Franco Ribeiro, que me conduziu de maneira esplêndida na construção desse trabalho e me proporcionou conhecimentos riquíssimos. Serei eternamente grata pela confiança que depositou em mim e por toda a brilhante orientação prestada, fundamental para que eu me tornasse a pesquisadora que sou hoje. Fico muito feliz e honrada em saber que também contarei com sua orientação nos novos desafios que estão por vir.

Aos membros da banca, Prof^ª Gilca Garcia de Oliveira e Prof. Nildo Domingos Ouriques por aceitarem o convite e pelas valiosas contribuições a este trabalho e ao Prof. Luiz Antonio Mattos Filgueiras, por ter aceitado o convite para fazer parte da banca, (não comparecendo na data acordada por motivos de força maior).

A toda equipe do NPGA UFBA, professores e funcionários, em especial à Anaélia e Dacy, por toda a gentileza e por todo o auxílio prestado com excelência.

À turma diferenciada NPGA UFBA 2013.1, a melhor turma que já tive o prazer de fazer parte! Muito obrigada a cada um de vocês, companheiros de uma jornada árdua, porém edificante e apaixonante. Obrigada por tornarem meus dias mais leves e alegres, pelo apoio sempre que necessário, pelo imenso aprendizado de vida que me proporcionaram e por me fazerem ter essa sensação tão boa de pertencimento à nossa turma.

Aos verdadeiros amigos de longa data e às novas amizades conquistadas. Agradeço à Deus por ter colocado cada um de vocês em meu caminho.

Ao LABMUNDO, por permitir uma rica troca de conhecimentos e experiência entre nós, membros.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida.

COSTA, Monique Silva. Formação da economia brasileira e dependência tecnológica: implicações no déficit da conta de serviços do Brasil. 139 f. il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RESUMO

A difusão da revolução tecnológica pelo mundo (sobretudo a partir dos anos 70) propiciou uma reestruturação produtiva mundial, que colaborou para a consolidação de um novo regime de acumulação capitalista flexível, promovendo não só a propagação de informações, como também facilitando a tomada de decisões e trocas comerciais e financeiras a nível global. Contudo, esse contexto, acabou por também contribuir para reforçar as diferenças entre os países oriundos da periferia e aqueles advindos do centro, nos quais a industrialização se encontrava mais avançada e que, portanto, detinham maiores vantagens comparativas e competitivas em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Essa conjuntura realçou o caráter dependente da América Latina que colaborou para a geração de retardos nas economias latino-americanas, temática levantada neste estudo sob a ótica da industrialização tardia, a fim de conhecer os caminhos que levaram à formação desse padrão de desenvolvimento específico. Desse modo, a formação econômica do Brasil, como país de origem periférica do sistema-mundo capitalista, corroborou para um processo de industrialização tardia do qual decorreu seu caráter deficiente quanto à produção interna de tecnologia. Esse cenário, dentre outros fatores, gerou o quadro de dependência tecnológica que veio a implicar na constituição historicamente deficitária da conta de serviços do balanço de pagamentos brasileiro, visto que após a rearticulação econômica mundial dos anos 70 e a intensificação do fenômeno da globalização nos anos 90, a produção de bens se tornou gradativamente mais intensiva em serviços – o que acabou por aumentar a relevância dos fluxos deste setor no comércio mundial. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral compreender as implicações da formação da economia brasileira e sua decorrente dependência tecnológica no déficit da conta de serviços do Brasil, levando em consideração as questões estruturais que influenciam na sua dinâmica atual. Para tal fim, além de contar com o uso de uma metodologia histórico-descritiva com vistas à compreensão do processo estrutural que culminou no atual cenário deficitário da conta de serviços brasileira, a pesquisa também envolve a análise de informações obtidas via consulta a bancos de dados de órgãos internacionais e do governo brasileiro, em busca da construção de um diagnóstico situacional do Brasil no comércio internacional de serviços, bem como da composição do déficit da sua conta de serviços. Dessa forma, a pesquisa concluiu que o déficit da conta de serviços brasileira, sobretudo no tocante aos serviços tecnológicos, reflete os gargalos estruturais do Brasil e evidencia a necessidade de um esforço conjunto da indústria e do Estado em prol do desenvolvimento do panorama de CT&I do País, com o intuito de reduzir a dependência tecnológica desta economia, que acaba por afetar não apenas a conta de serviços, como as demais contas externas brasileiras.

Palavras-chave: América Latina, Brasil, industrialização tardia, dependência tecnológica, conta de serviços, déficit.

COSTA, Monique Silva. Formation of Brazilian economy and technological dependency: implications on Brazil's services account deficit. 139 pp. ill. 2015. Master Dissertation – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ABSTRACT

The diffusion of technology revolution around the world (especially since the 70s) provided a world production restructuring, which contributed to the consolidation of a new flexible capitalist accumulation regime – promoting not only the spread of information, but also facilitating decision-making, trade and financial exchanges globally. However, this context also contributed to enhancing the differences between countries arising from the periphery and those coming from the center, where industrialization was more advanced and therefore, the best comparative and competitive advantages in science, technology and innovation (ST&I) were held. This situation highlighted the dependent character of Latin America that contributed to the generation of backwardness in Latin American economies, issue raised in this study from the perspective of late industrialization, in order to know the paths that led to establishment of this specific pattern of development. Thus, the economic formation of Brazil, as a country of peripheral origin in the capitalist world-system, contributed to a late industrialization process, which reinforced its deficient character on internal production of technology. Among other factors, this scenario led to a situation of technological dependency that resulted in the constitution of the historical deficit of Brazilian balance of payments services account, since after global economic re-articulation of the 70s and intensification of globalization phenomenon in the 90s, the production of goods has become gradually more intensive in services – which turned out to increase relevance of this sector flows in world trade. Therefore, the present study has as general objective to understand the implications of the Brazilian economy formation and its resulting technological dependency, on Brazilian services account deficit, taking into consideration structural issues that influence its current dynamic. To this end, besides relying on the use of a historical-descriptive methodology with a view to understanding the structural process that culminated in the current deficit frame of Brazilian services account, this research also involves the analysis of information obtained through consultation in international organizations and Brazilian government databases, seeking the construction of a situational diagnosis concerning Brazil in international trade in services – as well as the composition of its services account deficit. Thus, this paper concluded that Brazilian services account deficit, especially with regard to technological services, reflects structural bottlenecks in Brazil and highlights the need for a joint effort of industry and State in favor of country development in ST&I, in order to reduce the technological dependency present in this economy and that ultimately affect not only the services account, but also other external accounts.

Key words: Latin America, Brazil, late industrialization, technological dependency, services account, deficit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama centro-periferia do sistema mundial capitalista.....	21
Figura 2: Estrutura do balanço de pagamentos.....	91
Figura 3: Economias por tamanho do fluxo de comércio internacional de serviços comerciais (US\$ bilhões).....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Padrões de reprodução dominante da América Latina e respectivos períodos.....	27
Quadro 2: Componentes da balança de serviços.....	92
Quadro 3: Componentes padrão e detalhes adicionais da conta de serviços conforme o a 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI.....	93
Quadro 4: O Brasil no comércio internacional de serviços 2000-2013.....	99
Quadro 5: Dados de exportação de serviços por categoria.....	108
Quadro 6: Dados de importação de serviços por categoria.....	108
Quadro 7: Países de aquisição das exportações brasileiras de serviços MERCOSUL - 2012 (US\$ milhões).....	113
Quadro 8: Destino dos pagamentos das importações brasileiras de serviços MERCOSUL – 2012 (US\$ milhões)	113
Quadro 9: Principais setores importadores de serviços no Brasil (CNAE) – 2011 (US\$ milhões)	115
Quadro 10: Principais setores importadores de serviços no Brasil (CNAE) – 2012 (US\$ milhões)	115
Quadro 11: Principais setores exportadores de serviços no Brasil (CNAE) - 2011(US\$ milhões)	116
Quadro 12: Principais setores exportadores de serviços no Brasil (CNAE) - 2012 (US\$ milhões).....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportação brasileira por fator agregado 1964-2013 (Participação %)	49
Gráfico 2: Evolução da balança comercial brasileira 2000-2010 (US\$ bilhões FOB)	53
Gráfico 3: Exportações e Importações: taxa de crescimento % acumulada em 12 meses	60
Gráfico 4: Saldo da balança comercial de produtos industriais (US\$ bilhões)	65
Gráfico 5: Exportação brasileira: participação dos setores industriais por Intensidade tecnológica - classificação segundo critério da OCDE (%)	66
Gráfico 6: Porcentagem do gasto total em P&D realizado pelas empresas e pelo governo, em países selecionados	70
Gráfico 7: Exportações brasileiras para a China por fator agregado – 2013	72
Gráfico 8: Valor adicionado na Indústria de Alta Tecnologia 1985-2007 (% do mundo)	74
Gráfico 9: Participação dos serviços comerciais no total das exportações mundiais 1980 a 2004 (US\$ bilhões)	83
Gráfico 10: Mundo: exportações, importações e corrente de comércio de serviços comerciais 2005-2013 (US\$ trilhões)	84
Gráfico 11: Países desenvolvidos e em desenvolvimento: saldos das balanças de bens e serviços 1996-2013 (US\$ bilhões)	85
Gráfico 12: Países que mais exportaram serviços comerciais em 2012 e 2013	87
Gráfico 13: As contas de transações correntes em US\$ bilhões	95
Gráfico 14: Participação do Brasil no Comércio Internacional de Serviços, 2000-2010 (%)	99
Gráfico 15: Exportação de serviços comerciais BRICS 2002-2013 (US\$ bilhões)	100
Gráfico 16: Importação de serviços comerciais BRICS 2002-2013 (US\$ bilhões)	101
Gráfico 17: Saldo das exportações e importações da categoria "outros serviços comerciais" BRICS 2012-2013 (US\$ bilhões)	102
Gráfico 18: Exportações da subcategoria "computação e informação" BRICS 2012-2013 (US\$ bilhões)	103
Gráfico 19: Evolução das exportações de serviços da América do Sul 2008-2013 (US\$ bilhões)	104

Gráfico 20: Participação das exportações de tecnologia da informação e comunicação no total exportações de serviços comerciais do Balanço de Pagamentos da América Latina 2012-2013 (%).....	105
Gráfico 21: O Brasil no comércio internacional de serviços: exportações, importações e saldo 1990-2013 (US\$ bilhões).....	107
Gráfico 22: Diferenças dos saldos entre 2009 e 2013 (US\$ bilhões).....	111
Gráfico 23: Mercados de aquisição das exportações brasileiras de serviços – 2012.....	112
Gráfico 24: Destinos de pagamentos das importações brasileiras de serviços – 2012.....	113
Gráfico 25: Evolução das despesas e receitas totais para os serviços tecnológicos (US\$ milhões).....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Saldo da balança comercial segundo produtos que originam (commodities) e são afetados pela doença holandesa (manufaturados)	47
Tabela 2: Evolução da composição setorial das exportações totais brasileiras, 1975-2007 (em % do total).....	55
Tabela 3: Exportação brasileira - Países de destino (US\$ FOB).....	57
Tabela 4: Importação brasileira - Países de origem (US\$ FOB).....	57
Tabela 5: Corrente de comércio brasileira – Principais países (US\$ FOB).....	57
Tabela 6: Balança Comercial Anual (US\$ milhões).....	59
Tabela 7: Exportação brasileira por fator agregado jan.-dez. 2014/2013 (US\$ milhões FOB)	61
Tabela 8: Importação brasileira por categoria de uso jan.-dez. 2014/2013 (US\$ milhões FOB)	62
Tabela 9: Resultado do Balanço de Pagamentos (valores mensais e acumulados no ano – US\$ milhões).....	89
Tabela 10: Transações Correntes: Serviços selecionados (valores mensais e acumulados no ano - US\$ milhões).....	94
Tabela 11: Transações correntes - Valores anuais (US\$ milhões).....	109

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.3	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	16
1.3.1	Estado da Arte.....	17
1.3.2	Coleta e Análise de Dados	18
2.0	O BRASIL NO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA	19
2.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: O SISTEMA-MUNDO	19
3.0	A RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA NO BRASIL	22
3.1	A AMÉRICA LATINA E SUA TRAJETÓRIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA.....	22
3.2	O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS	28
3.3	ESPECIFICIDADES DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	36
4.0	A RELAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL COM A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL	41
4.1	DESEMPENHO ATUAL – BALANÇA COMERCIAL BRASIL	51
4.2	AS BASES ESTRUTURAIS E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA	64
4.3	TRAÇOS RELEVANTES DA RELAÇÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA	70
5.0	REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS DO CONTEXTO INTERNACIONAL	76
5.1	EVOLUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS	79
5.2	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA CONTA DE SERVIÇOS	87
6.0	O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS	97
6.1	ANÁLISE DOS DADOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS BRASILEIROS.....	106
7.0	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A – Importação por categoria de uso (2014)	139

1.0 INTRODUÇÃO

Estudos e interpretações dos mais variados gêneros tem tido como objeto a sociedade global, sobretudo devido à extrema relevância que a compreensão de suas configurações e movimentos apresenta na busca pelo entendimento de seus reflexos nas sociedades nacionais. Segundo Ianni (1994, p.2) “Já são muitos os que pensam a sociedade em âmbito transnacional, mundial ou propriamente global, mesmo quando não estão utilizando esta noção, mesmo quando continuam a pensar a nação”. Assim torna-se impossível dissociar o contexto nacional do mundial, aspecto que traz a necessidade de análise do sistema mundial capitalista para que se possa compreender a dinâmica de seus desdobramentos no cenário nacional. Portanto, o presente estudo busca desvelar os indícios da configuração centro-periferia do sistema mundial capitalista que corroboraram para a construção da trajetória específica de desenvolvimento econômico da América Latina e, por conseguinte, do Brasil, perpassando inclusive pelo período colonial no qual se encontram suas raízes estruturais.

Essa trajetória envolve a formação tardia da economia industrial do Brasil que, diferente das economias centrais já industrializadas, priorizava o modo de substituição de importações para desenvolvimento de sua indústria e não detinha a capacidade tecnológica requerida na produção de bens de capital, a base para expansão do vigor produtivo do mercado interno então aquecido. Dessa maneira, fazia-se necessário a aquisição de tecnologia externa, inicialmente por meio de importações e de investimento direto estrangeiro (IDE), que se deu através da instalação de multinacionais produtoras de bens de capital (maquinários e equipamentos). No entanto, esse contexto acabou por contribuir para o comprometimento da capacidade de produção técnico-científica interna que corrobora para o caráter deficiente do Brasil nesse sentido.

Nesse âmbito, a ebulição da revolução tecnológica (estabelecida a partir dos anos 1970) e a intensificação da globalização (especialmente a partir dos anos 1990) levaram o mundo a uma brusca diminuição de suas fronteiras, não só pelo aumento da velocidade de circulação da informação, como também pelo crescimento da intensidade da mobilidade global do capital financeiro e evolução da interação comercial entre os países. Logo, percebe-se que esse aumento intensivo da atividade econômica entre os países reforçou a relevância da participação destes no comércio internacional de bens e serviços.

Nesse panorama, os países centrais possuem um maior rol de vantagens comparativas e competitivas no que diz respeito à tecnologia e inovação na produção, enquanto que os países oriundos da periferia do sistema-mundo, por conta de toda sua conjuntura de formação econômica, se esforçam para se posicionar nesse mercado. Desse modo, este estudo também busca reforçar a compreensão de algumas das importantes contribuições de Marini (1996), sobretudo aquelas relacionadas à ideia de que com a intensificação do processo de globalização, os avanços apresentados pelos países desenvolvidos em matéria de pesquisa e desenvolvimento possibilitaram a superioridade destes em campos como o da inovação técnica, fator que acabou por dar margem à existência de um verdadeiro monopólio tecnológico que passou a agravar a condição dependente dos demais países.

Como parte deste grupo de países que emergem da periferia, o Brasil, em particular, experimenta as consequências do atraso quanto à produção técnico-científica nacional, decorrente de sua forma de inserção industrial e de sua industrialização tardia, que causou um retardo na inovação dos processos produtivos intensivos em serviços. Esse cenário culminou na constituição de uma conta de serviços historicamente deficitária, visto que as transformações produtivas por meio do avanço tecnológico, bem como a intensificação da internacionalização econômica, tiveram como resultados indiretos o crescimento da integração dos serviços aos processos produtivos das mercadorias, sobretudo nos países desenvolvidos.

Assim, essa dependência técnico-científica do Brasil eleva os percentuais de importação não só de equipamentos, mas também de serviços e torna pouco explorado o potencial exportador do setor, fator que contribui para explicar a geração do déficit desta conta. Nesse sentido, com o aumento da representação do setor de serviços no PIB mundial, cresce também a necessidade de aprimorar a capacidade competitiva do Brasil nesse setor no tocante ao comércio internacional. Mais além, principalmente por conta da estreita relação existente entre o avanço tecnológico aportado por esse setor de serviços e o desenvolvimento econômico, esse tipo de internacionalização possui um caráter estratégico fundamental para o Brasil, pois o desenvolvimento dessa atividade além de embutir agregação de valor às transações comerciais brasileiras, também facilita o crescimento por inovação e por consequência, pode vir a incrementar a competitividade internacional do País. Dessa forma, o presente estudo busca compreender quais as implicações da formação da economia brasileira e sua decorrente dependência tecnológica no desempenho deficitário da conta de serviços do Brasil.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

O crescimento da relevância do comércio internacional de serviços no mundo nas últimas décadas decorre principalmente da inovação dos processos produtivos que se estabelecem no contexto de mundialização da revolução tecnológica. Essa tendência reforça a ideia de que a evolução técnico-científica da produção e o aumento dos fluxos comerciais de serviços que dela decorre, configuram-se num desafio ao panorama brasileiro de dependência tecnológica. Assim, faz-se mister explicar como as debilidades estruturais na formação econômica brasileira, em especial no que se refere à industrialização tardia e dependente característica do padrão de desenvolvimento latino-americano, corroboraram para estabelecer esse caráter retardatário quanto à produção de tecnologia do País.

Essa defasagem tecnológica, principalmente no que diz respeito aos processos produtivos de bens industrializados, reforça o déficit histórico da conta de serviços do Brasil. Desse modo, a pesquisa tem como foco a análise dos desdobramentos da conta de serviços que compõe o balanço de pagamentos do Brasil, com base na metodologia proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em sua quinta edição do “Manual do Balanço de Pagamentos”¹, de 1993. Conforme já ressaltado, o avanço tecnológico inerente ao setor de serviços é de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países e como tal, configura-se fundamental para o aumento da capacidade competitiva do Brasil a nível global, além de agregar valor à produção nacional e crescimento por inovação.

Logo, torna-se imprescindível a problematização do tema pela seguinte questão: Quais as implicações da formação da economia brasileira e sua decorrente dependência tecnológica no déficit da conta de serviços do Brasil?

Outrossim, cabe ainda questionar como a desarticulação de esforços entre governo e indústria, no que se refere à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e CT&I configura-se em um dos maiores obstáculos para formulação de uma estratégia de superação do déficit da conta de serviços do Brasil.

Ademais, a realização dessa pesquisa visa contribuir para a expansão de produção sobre a temática de serviços que, segundo Melo et al. (1998) apontam, até o início dos anos 2000 mostrava-se escassa em comparação às publicações europeias e norte-americanas sobre o mesmo tema.

¹ Fifth edition of the Balance of Payments Manual (**BPM-5**).

1.2 OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo geral compreender quais implicações da formação da economia brasileira e sua decorrente dependência tecnológica no déficit da conta de serviços do Brasil. Com o intuito de alcançar o objetivo geral proposto, almeja-se a contemplação dos seguintes objetivos específicos:

- Apontar o conhecimento teórico necessário para a compreensão do funcionamento do sistema mundial capitalista e como o Brasil está inserido neste contexto;
- Compreender um pouco mais as transformações e tendências elucidadas pela revolução tecnológica no contexto internacional;
- Esclarecer a relação que existe entre o nível de desenvolvimento técnico-científico do Brasil e seu desempenho no comércio internacional de serviços;
- Compreender a composição e a articulação dos diversos segmentos da conta de serviços do Brasil;
- Identificar os principais entraves à superação do déficit da conta de serviços brasileira.

1.3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Antes do estabelecimento de uma metodologia para a realização da pesquisa em voga, faz-se necessário citar o seguinte argumento de Hissa (2013, p.26):

A pesquisa não é o resultado da ligação entre dois pontos, previamente concebidos. É uma rota que, por sua vez, “não é uma estrada, nem um atributo físico; é uma direção, uma linha imaginária ligando um ponto de partida com uma destinação”. Entretanto, esses pontos – de partida e de destino – vão se descobrindo ou se fazendo ao longo do processo de construção da própria rota. Os textos de pesquisa, também, são feitos desse *fazer rotas* ou desse *construir cartografias* enquanto se fazem caminhos.

Desse modo, pode-se entender que o próprio caminho de construção do estudo possibilita descortinar novas possibilidades metodológicas para seu desenvolvimento. Ademais, conforme assinala Cardoso (1971), para que haja coerência na construção da

pesquisa, é preciso entender a importância do diálogo entre o sujeito e o objeto, a fim de aproximar o objeto do contexto real como um todo, visto que o conhecimento advém da relação entre um sujeito que se dedica em conhecer e o objeto com o qual se preocupa, sem deixar de levar em conta que esse sujeito aprende a pensar dentro da sociedade em que vive, antes de mesmo de se ver como ser pensante.

Nesse sentido, na busca pela compreensão da formação econômica que culminou no atual cenário deficitário da conta de serviços do Brasil, o estudo requer o uso de uma metodologia histórico-descritiva que está diretamente relacionada com o que diz Cardoso (ibidem, p.86) “(...) o desenvolvimento do conjunto teórico anterior é condição para a novidade que o conjunto atual possa construir. (...)”.

A pesquisa teve como base o cenário econômico brasileiro, cabendo ainda ressaltar que o déficit da conta de serviços do Brasil configura-se como a unidade de análise da pesquisa. Nesse contexto, a pesquisa contou com o uso de uma metodologia histórico-descritiva, respaldada nas contribuições da Teoria da Dependência, com vistas à compreensão do processo estrutural que culminou no atual cenário deficitário da conta de serviços brasileira. Em adição, para o desenvolvimento do tema proposto, foi utilizada prioritariamente uma abordagem qualitativa da pesquisa, com complemento da utilização de dados quantitativos que poderão surgir durante o decorrer do estudo. Por conseguinte, faz-se relevante definir as etapas para um desenvolvimento consistente do estudo.

1.3.1 Estado da Arte

A pesquisa bibliográfica do presente estudo se baseia na busca pelas teorias que auxiliem na compreensão dos desdobramentos contextuais que levaram o Brasil à sua atual posição no sistema-mundo. Esta pesquisa engloba ainda um aprofundamento da trajetória histórica de dependência da América Latina e por consequência do Brasil – principalmente no que diz respeito à industrialização tardia e à decorrente deficiência de produção técnico-científica nacional – que veio a causar um retardo na inovação dos processos produtivos intensivos em serviços. Foram realizadas consultas a uma vasta bibliografia nacional e internacional, anais de eventos e banco de dados de periódicos (incluindo aqueles de órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA). Esta é a fase em que são identificadas as contribuições científicas no escopo do tema escolhido, instrumentalizado por

um método histórico-descritivo, essencial à análise dos desdobramentos que culminaram na atual situação da conta de serviços do Brasil.

1.3.2 Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados para o alcance dos objetivos propostos foi feita mediante a obtenção de informações de desempenho e indicadores de importação e exportação da balança comercial e da conta de serviços do Brasil, bem como de dados relativos ao comércio internacional de serviços, por meio da consulta a banco de dados de órgãos internacionais e do governo brasileiro, a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Banco Mundial, Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Banco Central e Ministério da Fazenda. Também foram considerados os dados que indiquem quais os segmentos do setor de serviços que mais contribuem com seu déficit e quais aqueles em que o Brasil apresenta maior potencial de crescimento. Esses dados são em sua maioria provenientes de análises de contas externas que compõem o balanço de pagamentos, também dispostas em bancos de dados, a exemplo dos já citados.

Os dados foram analisados com foco na busca de uma compreensão dos motivos que levaram o Brasil a apresentar uma conta de serviços historicamente deficitária. Destarte, serão estabelecidas relações entre o caráter periférico do Brasil e da região latino-americana, na qual este país se encontra, sua industrialização tardia, dependência tecnológica e o prejuízo aportado à sua atuação no comércio internacional de serviços. Dessa maneira, a pesquisa poderá ser aprofundada, a fim de contribuir para o entendimento dos entraves à evolução da participação brasileira no comércio internacional de serviços.

2.0 O BRASIL NO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: O SISTEMA-MUNDO

Este estudo considera que o conhecimento não advém do vazio, pois toda investigação acompanha um projeto, uma teoria pré-estabelecida que auxilia na formação, orientação e significado desse saber (CARDOSO, 1971). Nesse sentido, assume-se que a busca pela compreensão da problemática do comércio internacional de serviços no Brasil requer o entendimento do sistema mundial capitalista moderno, seu funcionamento e desdobramentos. Sobre isso, Ianni (1994) ressalta que um novo paradigma baseado na reflexão sobre a sociedade global se sobrepõe ao paradigma clássico centrado apenas no raciocínio sobre a sociedade nacional. Ainda segundo este autor, a análise da sociedade nacional não daria o suporte suficiente para explicar a realidade na qual os indivíduos e classes de uma determinada nação estão inseridos, visto que seria inviável reconhecer essa configuração real, sem levar em conta a dinâmica da sociedade global na qual os Estados nacionais estão inseridos.

Nesse diapasão, elucida-se a importância da compreensão do mundo como um complexo sistêmico e integrado, por meio do qual se esclarecem as mudanças e os movimentos que ocorrem tanto nos contextos nacionais como no internacional. Assim, importa reforçar que essa ideia não diz respeito à existência de uma governança mundial única, tendo em vista o dinamismo que marca as configurações econômicas e políticas em escala global. De acordo com a explicação de Bornschier, (1982, p. 37):

Instead of looking at the world as the sum of the relations between different countries composing it, a growing number of social scientists have started in recent years to look at the world as a system, i.e. a world-system that has a development logic of its own and which affects lower level units. What is called here 'world-system' is conceptualized as a hierarchical social system composed, however, of a rather decentralized or 'oligopolist' political and economic control².

² Em vez de olhar para o mundo como a soma das relações entre os diferentes países que o compõem, nos últimos anos um número crescente de cientistas sociais começou a olhar para o mundo como um sistema, ou seja, um sistema-mundo que tem o seu próprio desenvolvimento lógico e que afeta unidades de nível mais inferior. O que aqui é chamado de "sistema-mundo" é conceituado como um sistema social hierárquico, composto, no entanto, de um controle político e econômico bastante descentralizado ou 'oligopolizado' (tradução nossa).

Destarte, a percepção do sistema-mundo pode ser a pré-condição essencial para a realização de estudos que objetivem esclarecer questões de cunho econômico, político e social das nações. Ao seguir esta linha de pensamento, o presente estudo inspira-se na abordagem defendida pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein. Este acredita que o sistema mundial moderno (em vigor até os dias atuais) surgiu no século XVI, inicialmente concentrado nas regiões da Europa e das Américas e posteriormente, com o decorrer dos anos, expandido para o restante do globo (WALLERSTEIN, 2004). Assim, dentre as diferentes abordagens sobre esse tema, a defendida por Wallerstein se destaca pelo fato de situar o sistema-mundo capitalista como a unidade de análise mais adequada à compreensão das dinâmicas do mundo moderno, visto que, segundo Arenti e Filomeno (2007), apesar de tratar-se de um sistema complexo e multiestruturado, conta com uma divisão mundial do trabalho – organizada por interesses de acumulação capitalista – que supera uma divisão local do trabalho comum às economias de trocas não sistemáticas. A partir deste conceito, Wallerstein admite o sistema-mundo formado por uma estrutura hierárquica dividida em centro, semiperiferia e periferia, conforme explica em suas palavras:

We have now outlined the two main constituent elements of the modern world-system. On the one hand, the capitalist world-economy was built on a worldwide division of labor in which various zones of this economy (that which we have termed the core, the semiperiphery, and the periphery) were assigned specific economic roles, developed different class structures, used consequently different modes of labor control, and profited unequally from the workings of the system. On the other hand, political action occurred primarily within the framework of states which, as a consequence of their different roles in the world-economy were structured differently, the core states being the more centralized. (...) ³ (WALLERSTEIN, 1974, p. 162)

Essa divisão centro-periferia auxilia a descortinar a posição desvantajosa dos países mais pobres (semiperiferia e periferia) no tocante à troca entre seus produtos de baixo valor agregado (matérias-primas) por produtos de alto valor agregado (industrializados) das nações mais desenvolvidas (centro) (PENNAFORTE, 2011). No entanto, ao considerar essa análise para dar suporte à presente pesquisa, fez-se necessário o entendimento de que as condições

³ Temos agora delineado os dois principais elementos constitutivos do sistema-mundo moderno. Por um lado, a economia-mundo capitalista foi construída sobre uma divisão mundial do trabalho, em que várias zonas desta economia (o que nós chamamos o centro, a semiperiferia e a periferia), tiveram como atribuição papéis econômicos específicos, desenvolveram diferentes estruturas de classe, utilizaram conseqüentemente diferentes modos de controle de trabalho e se beneficiaram de forma desigual do funcionamento do sistema. Por outro lado, a ação política ocorreu principalmente no âmbito dos Estados, que, como conseqüência de seus diferentes papéis na economia-mundo foram estruturados de forma diferente, os Estados centrais, sendo os mais centralizados. (...) (tradução nossa).

desse processo sistêmico não permitem a existência de um centro de controle ou governança no mundo. Desse modo, embora se trate de uma relação dinâmica, ela reporta às condições históricas da formação do sistema capitalista. Desse modo, o diagrama que explicita essa dinâmica centro-periferia pode ser visualizado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Diagrama centro-periferia do sistema mundial capitalista



Fonte: Adaptada de Neilson, 2013.

Esse esquema pode explicar os efeitos da distribuição desigual dentre os atores do sistema mundial capitalista moderno, bem como a trajetória histórica das distintas regiões, dentre as quais encontra-se aquela na qual o Brasil está inserido, a América Latina. Logo, cabe ao presente estudo tratar da formação econômica latino-americana, com foco na vertente da industrialização, para que, posteriormente seja possível compreender de maneira mais consistente a origem dos atrasos sociais, econômicos e tecnológicos que acarretam o déficit da conta de serviços na balança de pagamentos do Brasil.

3.0 A RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA NO BRASIL

3.1 A AMÉRICA LATINA E SUA TRAJETÓRIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

Faz-se mister abordar a posição e o comportamento da América Latina no panorama do sistema-mundo, visto que, para alcançar o entendimento previsto neste estudo, é necessário conhecer o contexto regional no qual o Brasil está inserido. De acordo com Frank (1992) a América Latina foi incorporada ao sistema-mundo moderno em 1492, dotada de um caráter marginal, subordinado e dependente, um estigma que desde então tem sido difícil de superar.

A origem do termo América Latina se deu no século XIX, na França, por onde foi difundida em meio à euforia da ideologia panlatínista, que nas entrelinhas representava o plano de ação da França napoleônica expansionista para dominação dos “Territórios do além-mar” (MIX, 1997). Na contemporaneidade, segundo a definição disposta na obra “A UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina” (IMEA, 2009), a região latino-americana é composta por países do continente americano que falam o espanhol, o português ou o francês, além outros idiomas advindos do latim. Contudo, é possível perceber que essa forma de definir a formação latino-americana mostra a perpetuação de um olhar eurocêntrico, que perdura mesmo em instituições originárias da América Latina, pois não se pode apenas considerar a formação dessa região por povos falantes de línguas oriundas do latim, mas também por aqueles que já habitavam a região antes da “descoberta” pelos europeus, a exemplo dos índios e dos Quíchuas. Atualmente, essa região compreende em maior parte países da América do Sul – com exceção dos germânicos Guiana e Suriname –, a totalidade dos países da América Central, alguns países do Caribe (a exemplo de Cuba, Haiti e República Dominicana) e da América do Norte, apenas México.

Essa região foi colonizada e submetida aos mandos e desmandos das metrópoles luso-espanholas, aspecto que contribuiu para a formação de um alto nível de desorganização e dependência econômica, mesmo após a independência política de seus territórios (FURTADO, C. 1976). Esse caráter dependente gerou atrasos no desenvolvimento econômico e social latino-americano, sobre o qual, neste estudo, dar-se-á ênfase inicial à industrialização tardia.

Para aclarar esse atraso no processo de industrialização da América Latina, Prebisch (1962) ressalta que, caracterizada como parte da periferia do sistema econômico mundial, esta região tinha seu foco na produção de alimentos e matérias-primas para os países do centro, já industrializados. Desse modo, enquanto os grandes centros industriais foram amplamente beneficiados pelo desenvolvimento dessa produtividade, os países periféricos seguiam comparativamente sem grandes incrementos em sua economia e no padrão de vida de sua população. Assim, conforme o citado autor explica, o retardo da industrialização nos “novos” países acentuava ainda mais as diferenças entre estes e os países do centro, pois afastava o progresso técnico e a melhoria da qualidade de vida das sociedades periféricas.

Nesse contexto, Salama (2011) afirma que a industrialização dos países periféricos – em maior parte originada pela monetização da força de trabalho e seu estímulo à indústria de bens de consumo – também teve seu crescimento limitado por conta do protecionismo das economias do centro. Estas temiam não apenas a concorrência com seus produtos, como preocupavam-se com uma possível evolução industrial nos países periféricos ao se perceberem livres dessa relação de dominação econômica. Celso Furtado (1976) reitera ainda que as indústrias de bens não-duráveis e de materiais para construção, que constituíam o cenário industrial da América Latina, não detinham poder suficiente para gerar um crescimento sustentável da economia.

No entanto, fenômenos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise dos anos 1930 (que afetou em demasia os países do centro) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que, segundo Haffner (1996, p.26), “deixou a Europa e o Japão em estado de indigências industrial e financeira”, propiciaram o início da industrialização por substituição de importações na América Latina (SALAMA, 2011). De fato, esse contexto desencadeou uma queda drástica no volume de exportações para os países do centro, o que, por consequência, ocasionou o enfraquecimento da capacidade de importação latino-americana. Assim, conforme explica Prebisch (1962), essas circunstâncias corroboraram com a idéia de que a única alternativa para garantir o crescimento econômico da América Latina seria a substituição dos produtos importados por outros produzidos nacionalmente.

Nesse cenário do pós-guerra, faz-se mister ressaltar que, por meio do lançamento do Plano Marshall, em 1947, os Estados Unidos colocaram em prática seus esforços direcionados à reconstrução européia, também com o intuito de reestabelecer a economia desta região, a fim de propiciar novas oportunidades ao gigantesco potencial de produção norte-americano, que necessitava de um novo fôlego após o fim do conflito (RIST, 2001). Essa conjuntura,

conforme assinala Poletto (2000) levou à criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em 1948, por pressão dos países latino-americanos ao reivindicarem a instituição de um organismo que assegurasse o estabelecimento de programas de desenvolvimento na região, em consonância com a Carta Constitutiva da ONU (Organização das Nações Unidas), elaborada em 1945. O mesmo autor ainda salienta que a resistência dos Estados Unidos contra a criação da CEPAL, apesar de dificultar os primeiros anos de funcionamento do organismo, não impediu que este se tornasse não só um foro de referência para debates relacionados aos processos de cooperação e de integração regionais, como também uma fonte de construção do pensamento inovador latino-americano.

A CEPAL também era direcionada à busca por soluções para os problemas específicos da região, desencadeados pela nova ordem mundial do pós-guerra (HAFFNER, 1996). Ademais, esta comissão ainda defendia a industrialização da América Latina como instrumento de fomento ao crescimento econômico da região e por isso acreditava no desenvolvimento da política de substituição de importações. Sobre isso, Braga (2001, p. 3) elenca três diagnósticos básicos que explicam esse posicionamento da CEPAL:

i) a necessidade da industrialização como forma de absorver a crescente disponibilidade de mão-de-obra, seja em decorrência do crescimento demográfico em si ou do intenso processo de urbanização verificado na região; ii) as externalidades positivas decorrentes da industrialização manifestadas pela difusão tecnológica e pela conseqüente elevação da produtividade, contribuindo assim para o incremento das taxas de crescimento na região; e iii) a necessidade de se romper o processo perverso de deterioração dos termos de troca decorrente, dentre outros fatores, das diferenças nas elasticidades renda da demanda entre produtos básicos e manufaturados.

Todavia, a industrialização por substituição de importações, que gerava resultados positivos até a segunda metade dos anos 1950, começou a enfrentar diversas limitações – a exemplo da necessidade de aumento da capacidade ótima de produção devido ao avanço técnico dos países do centro – a partir dos anos 1960, período que marcou a superação da crise de 1930 pelas economias desenvolvidas e a reconstrução das economias europeias e asiáticas após a Segunda Guerra Mundial (SALAMA, 2011). Nesse âmbito, cabe salientar o contexto paradoxal no qual a América Latina estava inserida, pois, conforme Celso Furtado (1976), esse modo de industrialização que proporcionou o estabelecimento de uma consciência regional – anteriormente não cogitada pelo fato dos países latino-americanos se enxergarem apenas como concorrentes na corrida expansionista pela exportação de produtos

primários – foi o mesmo que, segundo Neto e Teixeira (2012), gerou uma indústria pouco dinâmica cujos ganhos com a produtividade eram sobremaneira menores em comparação aos dos países industrializados submetidos à concorrência externa, que também por essa razão apresentavam um alto progresso tecnológico pouco internalizado por essa indústria latino-americana. Sobre isso, é válido observar que essa tecnologia era importada pela América Latina juntamente com as concepções e necessidades dos países exportadores, o que levava a especificidade regional a ser deixada em segundo plano e conseqüentemente dificultava o fomento a uma produção tecnológica que de fato pudesse atender às peculiaridades latino-americanas.

Tal conjuntura culminou ainda numa maior concentração de renda e desigualdade social na América Latina, características inerentes a regiões com maior disponibilidade de recursos naturais para produção primária (com propriedades nas mãos de poucos) somada ao dinamismo quase nulo do setor industrial e escassos investimentos em progresso técnico (FAJNZYLBBER, 1992).

Em sua importante obra *“La industrialización trunca de América Latina”*, Fajnzylber (1983) fez analogias, pelas quais afirma que a “caixa postal vazia” relacionava-se à inaptidão latino-americana para abrir a “caixa preta” do progresso técnico. O autor aponta ainda que a disfuncionalidade do padrão de industrialização latino-americano se devia à grande falta de entrosamento deste com as carências e potencialidades da região. Essa situação se fez mais perceptível à medida que tomava lugar a reestruturação produtiva mundial que, conforme Harvey (2007) enfatiza, foi aportada pelo novo regime de acumulação capitalista, chamado de flexível (suplantando a já desgastada rigidez fordista), pois fatores como a minimização do Estado, a flexibilização do trabalho e as significativas mudanças na composição e formação das cadeias produtivas, colaboraram para o aumento da exploração e precarização do trabalho por transnacionais em países periféricos, além de elevar o patamar de dependência destes das importações dos países centrais e acentuar as diferenças relacionadas à capacidade tecnológica destes países, visto que os desenvolvidos apresentavam maiores condições para a promoção de inovações de ordem científico técnica.

Assim, por conta de todo esse contexto (no decorrer das décadas de 60 e 70) que dava margem à estagnação econômica na região latino-americana, foram concebidas novas

propostas de reestruturação da indústria regional, sintetizadas no Consenso de Washington⁴ ocorrido no final dos anos 1980 (NETO; TEIXEIRA, 2012). Esse Consenso sinaliza uma reforma estrutural centrada na expressão *market oriented* ou orientada para o mercado, que conforme Bresser-Pereira (1991) esclarece, deveria ser compreendida como uma instrução para que as economias deixassem de se voltar principalmente para o mercado interno (caso da América Latina com a estratégia de substituição de importação), aumentando o foco destas para o mercado externo.

Contudo, na realidade, este Consenso refletia o contexto de transformações decorrentes da revolução científico-técnica e da rearticulação da economia mundial nos anos 60 e 70, panorama que reverberou a relevância da ampliação do capital financeiro. Nesse âmbito, para que este capital financeiro pudesse se mover pelo mundo se fez necessário forçar a desregulação da economia de forma que este capital pudesse ser liberado para circular livremente sobretudo de acordo com os interesses das economias centrais. Nesse sentido Belluzzo (2004) ressalta que a mobilidade do capital financeiro representava simultaneamente a centralização do capital produtivo a nível mundial. Assim, a política de liberalização financeira teria não só agravado o quadro de pobreza nos países latino-americanos, como também afetado negativamente o crescimento econômico. Dessa forma, cabe citar Oliveira (2006, p. 39) quanto a alguns dos principais desdobramentos dessa política de Consenso instaurada a partir do final dos anos 1980.

Nos anos 1990, os parceiros do Mercosul foram presas das concepções de política econômica usualmente denominadas Consenso de Washington, isto é, políticas comerciais liberais, aberturas ilimitadas para o resto do mundo – Argentina e Uruguai chegaram ao limite nesse aspecto –, quase anulando as vantagens do livre comércio inter-regional, políticas de privatização e desregulamentação dos mercados, inclusive o de mão-de-obra, e um forte antiintervencionismo do Estado como doutrina. (...) Isso minou os avanços das políticas de integração e é a razão do relativo impasse em que se encontra o acordo regional. Pouco se faz além da liberação do comércio. (...)

Esse cenário de transformações econômicas (pautadas sobretudo na revolução tecnológica e na rearticulação da economia mundial), contribui para o início de um novo padrão exportador de especialização produtiva em detrimento do projeto de industrialização que vigorava nas economias latino-americanas (OSORIO, 2012a). Esse novo padrão de

⁴ O Consenso de Washington (datado de 1990) é um conjunto de dez instrumentos de política econômica, baseado na plena liberdade de mercado, elaborado por um grupo de economistas americanos do governo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (OLIVEIRA, 2008).

reprodução⁵ do capital da América Latina é marcado pela reprimarização da produção para a exportação, característica que, na realidade, tem acompanhado a especialização produtiva desde o século XIX até os dias atuais, conforme apontado por Osorio (2012b, p.78), no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Padrões de reprodução dominante da América Latina e respectivos períodos

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Adaptada de Osorio (2010b, p. 78).

No entanto, é preciso atentar para o fato de que o desempenho econômico de uma região especializada em exportação de commodities pode vir a enfraquecer devido a choques negativos de demanda externa que possam ocorrer (IMF, 2014). Nesse sentido, sugere-se que países primário-exportadores devem considerar a adoção de políticas voltadas à diversificação e aumento do valor agregado de sua produção, objetivando evitar a ocorrência de brechas de produtividade interna e externamente (OECD, 2014). Atualmente são esses os riscos que pairam sobre muitos países da América Latina, a exemplo das reações às desacelerações econômicas de grandes países importadores, como a China (IMF, 2014).

Desse modo, conforme consta no relatório de 2014 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o panorama econômico da América Latina, as pautas de exportação de alguns dos principais países latino-americanos evidenciam a dependência da América Latina em relação à produção de commodities: Chile e Peru apresentam uma alta concentração de exportação de commodities; Óleo e gás predominam

⁵ Importa ressaltar que a pesquisa considera este padrão como uma forte tendência que se instaurou na região, visto que é preciso ter em conta a diversidade dos seus países.

nas exportações da Venezuela e Colômbia; enquanto que as commodities do gênero alimentício figuram como os principais elementos das exportações da Argentina e do Brasil, sendo que este último tem apresentado ainda um elevado índice de participação nas exportações de minério de ferro (OECD, 2014). Assim, se estabelece uma preocupação quanto ao desenvolvimento da economia latino-americana, visto que a especialização primária é dominante nesta região, além do fato de que grande parte da indústria latino-americana também está voltada a esta vertente, concentrando uma produção de bens de baixo dinamismo e conteúdo tecnológico.

3.2 O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Nos países da periferia capitalista, a exemplo dos latino-americanos, os modelos de desenvolvimento compõem-se de duas características inerentes ao subdesenvolvimento: a “heterogeneidade estrutural”, que remete à articulação complexa de formas de produção avançadas ou modernas com outras consideradas atrasadas; além das relações de dominação de dependência que fundamentam a vinculação destes países periféricos com aqueles do centro da economia mundial (GUILLÉN, 2007)

Nesse contexto, conforme Mello (1998) ressalta, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina principalmente a partir do nascimento das economias capitalistas exportadoras. No entanto, a constituição de forças produtivas capitalistas nesta região só foi possível porque a produção era exportada, logo, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente nas economias latino-americanas, sobretudo por conta da ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Quintaneiro e Oliveira (2002, p. 34) apresentam uma esclarecedora definição das forças produtivas baseada em Marx:

A ação dos indivíduos sobre a natureza é expressa no conceito de forças produtivas - o qual busca apreender o modo como aqueles obtêm, em determinados momentos, os bens de que necessitam e, para isto, em que grau desenvolveram sua tecnologia, processos e modos de cooperação, a divisão técnica do trabalho, habilidades e conhecimentos utilizados na produção, a qualidade dos instrumentos e as matérias-primas de que dispõem.

Assim, essa pouca disponibilidade interna dos fatores de produção na América Latina, reforça o caráter retardatário da industrialização desta região. Neste âmbito, Mello (1998) ainda aponta que o processo de industrialização nos países latino-americanos teve como obstáculo a relativa estreiteza do tamanho de seus mercados, visto que a tecnologia importada impõe escalas de produção ajustadas aos mercados dos países desenvolvidos. O mesmo autor atenta ainda para o fato da tecnologia importada ter sido naturalmente concebida para as economias líderes, não estando, dessa maneira, adequada à disponibilidade fatorial dos países latino-americanos, colaborando para a defasagem do desenvolvimento tecnológico interno, necessário para a produção de bens de capital e seus consequentes ganhos de autonomia tecnológica.

A realidade e o padrão de desenvolvimento dependente no qual a América Latina está inserida, puderam ser melhor compreendidos a partir da formulação das teorias da dependência, entre os anos 1964 e 1973, mantendo grande influência até fins dos anos 1970, momento em que se firma a liderança liberal-conservadora do processo de redemocratização da América Latina, contando com o apoio dos EUA (MARTINS, 2011). Nesse sentido, faz-se necessário abordar as três correntes da escola da dependência, conforme distinção enfatizada por Hettne e Blomstrom (1990):

- i) O grupo da crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo e é composto de autores como Oswaldo Sunkel, além de uma grande parte dos trabalhos maduros de Celso Furtado e a obra final de Raul Prebisch representada por seu livro “O Capitalismo Periférico”. Fernando Henrique Cardoso é por vezes considerado membro desta corrente, mas também é relacionado à corrente seguinte (apesar dos membros desta rechaçarem essa possibilidade declaradamente⁶).
- ii) A vertente neo-marxista fundamentada nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, bem como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). André Gunder Frank por vezes também é apontado como membro do mesmo grupo, no entanto, seu posicionamento de negação quanto ao vínculo teórico estreito com o marxismo, além de sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático acaba por separá-lo do enfoque dialético dos outros neo-marxistas. Frank

⁶ Sobretudo pelo fato de Fernando Henrique Cardoso compactuar com a idéia de que “o capitalismo dependente não reproduz os padrões do capitalismo central.” (MARTINS, 2011, p. 249).

representaria então a concretização da teoria de dependência para além das tradições marxista ortodoxa ou neo-marxista.

iii) Cardoso e Faletto encontram-se melhor colocados numa corrente marxista mais ortodoxa por conta da aceitação que estes apresentam referente ao papel positivo do desenvolvimento capitalista e de impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcance do desenvolvimento.

O presente estudo busca aproximar-se principalmente das vertentes teóricas presentes nos tópicos “i” e “ii” citados anteriormente, bem como dos trabalhos de Celso Furtado, contudo, não despreza outras contribuições das demais correntes, fazendo uso da complementariedade de pensamentos, sempre que possível.

Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini foram pioneiros ao apresentar uma teoria por meio da qual se pode notar o dinamismo das relações entre os aspectos percebidos tanto no mundo externo, como no ambiente interno de uma economia, visto que associa a capacidade de produção de mais-valia na economia mundial não apenas à existência de monopólios tecnológicos, comerciais e financeiros, como também ao seu dinamismo. Além disso, esta teoria fundamenta-se nas teses de Marx de que o capitalismo é um sistema baseado na competição e na acumulação de mais-valia, logo, os monopólios competem entre si e têm seu êxito e ampliação de massa de mais-valia apropriada condicionadas ao dinamismo tecnológico que apresentam (MARTINS, 2011).

Nesse âmbito, Bambilra (2013) ressalta que o processo de industrialização nos países dependentes ocorre em atraso em relação ao nível de industrialização apresentado pelos países desenvolvidos e por isso prescinde das tecnologias mais avançadas já existentes nestes últimos, fatores que impossibilitam um curso natural, gradual e paulatino de desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional.

Ainda conforme Martins (2011) enfatiza, o auge da economia exportadora na América Latina se deu entre 1850 e 1930, sendo seguido pelo período de maior incidência da industrialização substitutiva latino-americana entre os anos 1930 e 1950, quando o eixo de acumulação capitalista se desloca da agricultura para a indústria.

Nesse âmbito, Dos Santos (2002) explica que, nas décadas de 50 e 60, embora o processo de industrialização dos países dependentes ainda se centrasse na substituição de importações, em muitos casos, já se destacava a produção de novos produtos embasada sobretudo nas inovações introduzidas pelo capital internacional – que procurou driblar o

protecionismo dos mercados dependentes e investir na produção de manufaturas no interior destes, beneficiando-se de suas vantagens⁷ e abandonando a base de investimento tradicional nos setores primários exportadores. Sobre isso, Cardoso e Faletto (1984) também realçam o caráter internacionalizado das burguesias nacionais que buscaram se aliar ao capital internacional, favorecendo a manutenção do status dependente da América Latina.

Segundo Marini (1991) o pós-guerra traz uma nova configuração para a economia internacional capitalista, cenário no qual as bases industriais periféricas foram desenvolvidas e que graças à superexploração⁸ do trabalho ofereciam possibilidades atrativas de lucro. O mesmo autor reforça ainda que neste período o setor de bens de capital nas economias centrais apresenta um grande crescimento, levando-as a impulsionar o processo de industrialização nas economias periféricas, com o intuito de criar mercados para sua indústria pesada. Sobre isso, Bambirra (2013) reitera que a penetração do capital estrangeiro caracteriza-se como uma consequência da dependência que a industrialização destes países periféricos apresenta em relação à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas e/ ou semielaboradas advindas dos países capitalistas desenvolvidos.

Pela trajetória apresentada torna-se possível a compreensão de que, conforme aponta Fajnzylber (1992), a inserção internacional da América Latina se baseou principalmente nos rendimentos associados aos recursos naturais e sua expansão industrial se desenvolveu amparada no protecionismo indiscriminado e prolongado, então característico dos mercados nacionais da região. Ainda de acordo com esse mesmo autor, ambas as fontes de crescimento, que eram interligadas entre si, se desgastaram e caberia a uma reestruturação industrial contribuir para o avanço rumo a fontes de renda menos perecíveis, fundamentadas na inovação aplicada ao processamento de recursos naturais, às manufaturas não baseadas em recursos naturais e aos serviços intensivos tecnologia.

Assim, Marini (2008b) salienta que os países dependentes passam a não dispor mais do mesmo grau de acesso ao conhecimento tecnológico como o que os foi atribuído no fim da Segunda Guerra Mundial e, por isso, começam a ter que lidar com o rápido desenvolvimento de tecnologias que requerem considerável massa de conhecimento e de investimento, inclusive em educação – assunto no qual a América Latina apresenta grande atraso – de modo

⁷A proteção tarifária aliada à imposição de cotas de importação, além das facilidades criadas pelos Estados com o intuito de atrair o capital estrangeiro (como a construção de infra-estrutura, cessão de terrenos, isenções de impostos etc.) acabava por tornar os mercados internos latino-americanos muito atrativos às empresas estrangeiras (MARINI, 2008b),

⁸ A superexploração se refere à queda dos preços da força de trabalho (salários), abaixo de seu valor. (MARTINS, 2013).

a tentar facilitar o encurtamento de sua distância em termos de desenvolvimento em relação aos centros avançados.

Nesse contexto é importante frisar que os países dependentes, transformaram-se em objeto de competição monopólica ao serem incorporados na divisão internacional numa especialização produtiva que os inferiorizava, além de sofrerem diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam e de terem que se ajustar às necessidades de reestruturação dos monopólios que competiam no plano da economia mundial (MARTINS, 2011). Posto isto, cabe citar Marini (1991) ao falar da industrialização latino-americana como correspondente a uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta como principal característica a transferência de etapas inferiores da produção industrial para os países dependentes, enquanto que para os centros imperialistas ficavam reservadas as etapas mais avançadas – a exemplo da produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, além da exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc – e o monopólio da tecnologia a estas relacionada.

Desse modo, conforme Fajnzylber (1992) realça, o crescimento pode agregar novas gerações de equipamentos e produtos, colaborando assim para aumentar a produtividade, sendo que a expansão inicial do mercado interno – por meio da massificação do consumo de bens simples que se tornam mais sofisticados com o aumento desta produtividade – é o alicerce insubstituível do aprendizado industrial e tecnológico, condição necessária para a crescente inserção internacional. O mesmo autor caracteriza este como o "círculo virtuoso" entre crescimento e competitividade, no qual estão embutidos os requisitos de equidade, austeridade e aprendizagem tecnológica e representado um dos eixos centrais das experiências bem sucedidas de industrialização.

Sobre isso, Guillén, (2007) evidencia que a heterogeneidade estrutural é uma característica específica do subdesenvolvimento, que o diferencia do modelo de capitalismo "clássico" do centro e não pode ser compreendida sem levar em consideração as relações de dominação-dependência entre o centro e a periferia do sistema.

Desse modo, faz-se necessário abordar a afirmação de Fajnzylber (1992) de que na América Latina – sobretudo por conta das deficiências nos campos da equidade e austeridade e da natureza "frívola" do protecionismo – o crescimento e a competitividade apresentaram um caráter involuntário e brusco que não corresponde à natureza cíclica que representa o crescimento nas sociedades industrializadas. Nesse contexto, conforme Marini (2008b)

ênfatiza, as mudanças pelas quais o capitalismo passa esboçam contradições muito mais agudas nas economias dependentes. Cabe assim citar Alves (2008, p. 7), ao assinalar que “(...) Nos países latino-americanos é mais visível (e aguda) a dimensão dessa contradição visceral intrínseca ao modo de produção capitalista. (...)”.

A partir dos anos 1970, o movimento interno ao capitalismo dependente de resolução de seus problemas de realização vem novamente direcionar grande parte da expansão da produção latino-americana ao mercado externo (MARTINS, 2011). A partir de então, conforme aponta Salama (2011), além do crescimento das receitas de exportação, originadas da elevação das cotações das matérias-primas e do aumento dos volumes desses produtos, a ocorrência de saldos positivos da balança comercial decorre do incremento competitivo referente aos produtos de média e baixa tecnologia – exceto em relação a alguns setores, a exemplo da aeronáutica para o Brasil – contrariamente ao que acontece nos países asiáticos, (sobretudo os chamados Tigres e a China).

Posto isto, cabe mencionar a seguinte constatação:

No conjunto, a América Latina está ficando atrasada em relação a outros países, principalmente aos asiáticos. A impressão de conjunto que se tira, da inserção das diferentes economias latino-americanas na economia mundial é a de uma vulnerabilidade muito grande. Com efeito, pode-se afirmar que em alguns setores esses países não souberam se adaptar às grandes transformações que aconteceram na economia mundial nesses últimos 25 anos (inovações tecnológicas de grande porte em informática e em telecomunicações, grandes inovações financeiras) (Ibid., p. 182).

Sobre essa comparação com os países asiáticos, Fajnzylber (1992) frisa que quando se toma a competitividade como elemento fortalecedor do crescimento, é preciso levar em consideração o fato de que essa relação se torna mais eficaz quando a produtividade se manifesta em categorias com maior conteúdo tecnológico, bem como quando as empresas e a infraestrutura tecnológica de apoio fazem parte do acervo do país em questão. De acordo com o referido autor, esta é uma das diferenças mais marcantes entre a América Latina e os GEIC's⁹ asiáticos: o ritmo mais lento de mudança estrutural na produção industrial e nas exportações, verificado na América Latina.

Sobre essa diferença, Osorio (2014) explica que, após a 2ª guerra mundial, o contexto de mudanças econômicas e a formação de alianças entre determinadas camadas da burguesia

⁹ Growth with Equity Industrializing Countries. (Países em via de industrialização com crescimento e equidade). (FAJNZYLBBER, 1992)

industrial local latino-americana com o capital estrangeiro, contribui para o surgimento de tensões referentes às divisões sociais e políticas no interior das classes dominantes, formando a chamada burguesia dinâmica, fator preponderante no esgotamento do Estado desenvolvimentista desta região – cujas funções no âmbito econômico englobavam investimentos não só em setores ainda em ascensão e pouco rentáveis para empresários locais e estrangeiros, como também naqueles de alta magnitude e potencial estratégico, a exemplo das grandes empresas industriais ligadas à produção de aço, além de serviços de energia elétrica e educação, bem como as atividades relacionadas à infraestrutura e produção de petróleo. Ainda de acordo com o citado autor, como as funções deste tipo de Estado eram indispensáveis às bases de uma industrialização estendida e diversificada, que caracterizou a primeira etapa deste processo, houve o abandono do projeto industrializante direcionado ao mercado interno e uma mudança de foco para uma industrialização seletiva e concentrada, que acabou por proporcionar a tendência à adoção de um novo padrão de reprodução, sustentado pela criação de economias exportadoras com vistas a aproveitar suas vantagens naturais e produtivas para competir no mercado internacional.

Dessa maneira, Salama (2011, p.139) salienta a importância da intervenção indireta do Estado para o avanço da economia asiática:

A experiência asiática mostra muito bem que existe uma relação entre o crescimento forte e durável, a expansão das exportações incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas e a intervenção indireta do Estado. Quanto menor essa intervenção, menor e menos durável será também o crescimento, bem como, em geral, esse crescimento será mais volátil.

Destarte, cabe atentar para a existência de uma relação simbiótica entre governo e mercado, conforme assinalado por Colander e Kupers (2014). Nesse contexto, os países asiáticos se adaptaram às inovações tecnológicas de forma acertada e foram favorecidos por muitos deslocamentos da produção industrial, através dos quais desenvolveram grandes esforços em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fator que os fez impor, na maior parte das vezes, reconstruções de cadeias produtivas (SALAMA, 2011). Esse movimento está relacionado ao termo *backward linkage effects*, preconizado por Albert O. Hirschman (1915-2012) em sua obra *The Strategy of Economic Development* de 1958, na qual enfatiza que os governos deveriam favorecer as indústrias no sentido de incitar uma maior interdependência ou articulações destas com outros setores da economia, aspecto que pode gerar efeitos encadeadores, tanto nos elos da cadeia produtiva de caráter retroativo (*backward linkage*

effects) quanto naqueles considerados prospectivos (*forward linkage effects*) (SANCHEZ-ANCOCHEA, 2007; DA COSTA, 2006).

Dessa forma, conforme Salama (2011) explica, esses países asiáticos tiveram a oportunidade de simultaneamente integrarem suas produções e se tornarem mais abertos ao exterior, aspectos que promoveram a flexibilização de seus sistemas industriais para a produção de produtos mais intensivos em tecnologia e com maior valor agregado, além de uma forte elasticidade da demanda em relação à renda. Contudo, o citado autor enfatiza que esse não foi o caso dos principais países latino-americanos, nos quais o esforço em pesquisa, assim como suas políticas industriais não estavam à altura dos desafios. Nesse sentido, como afirma Marini (1991), a industrialização latino-americana, ao contrário do que acontece nas economias clássicas, não cria sua própria demanda e surge para atender a uma demanda pré-existente, se estruturando em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.

Logo, conforme esclarece MARTINS (2011), p. 352:

A aquisição de divisas via exportação de produtos primários não deve constituir uma alternativa estrutural de reinserção internacional. Para isso, deve se subordinar à construção de especialização produtiva avançada no plano científico-tecnológico indispensável para a projeção da América Latina como importante centro de acumulação, capaz de desempenhar um papel soberano na divisão internacional do trabalho num mundo de fortes tendências à multipolaridade.

Nesse contexto, importa citar Marini (1991) ao enfatizar que enquanto nos países centrais a acumulação de capital se alicerçava na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina essa acumulação se baseava na superexploração do trabalhador – e é esta profunda contradição que representa a essência da dependência latino-americana. Destarte, a partir do conteúdo abordado neste tópico, o presente estudo busca identificar e analisar os reflexos da dinâmica do processo de industrialização latino-americana com foco na análise da evolução industrial no Brasil.

3.3 ESPECIFICIDADES DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Assim como nos demais países da América Latina, a colonização do Brasil por Portugal pode ser considerada como a raiz da condição evolutiva socioeconômica brasileira. A obra de Celso Furtado (2007), *Formação Econômica do Brasil*, aborda o tema de maneira primorosa ao proporcionar a compreensão da estrutura sob a qual se baseia a trajetória econômica brasileira. O referido autor aponta que no século XIX, mesmo após a independência da metrópole portuguesa, o caráter colonial do Brasil continuou a vigorar disfarçadamente por meio da manutenção de amarras político-econômicas deste país com a Inglaterra. Amarras essas que foram herdadas de Portugal em decorrência dos acordos luso-ingleses, pelos quais os portugueses concediam diversos privilégios econômicos aos ingleses como pagamento por importantes favores políticos. Essas concessões à Inglaterra recaíram sobre o Brasil já independente e causaram uma série de dificuldades econômicas, redução do poder central e desintegração territorial.

No entanto, essa realidade começou a mudar no fim da primeira metade do século XIX, com o crescente desempenho da produção cafeeira e o estabelecimento do Brasil como grande exportador de café (sobretudo para os EUA), condição que acabou por liquidar a herança colonial de dependência política luso-inglesa. Não obstante, Celso Furtado (2007) ressalta que a estrutura econômica do Brasil que tinha como base principal o trabalho escravo se manteve imutável durante o decorrer do século XIX e essa característica resultava na ausência de tensões internas que poderiam propiciar um estímulo ao crescimento da industrialização. Segundo o autor, seria essa inércia uma das causas do atraso do florescimento da indústria no Brasil.

Neste âmbito, Suzigan (1984) enfatiza que o setor industrial no Brasil tem se desenvolvido notavelmente desde meados do século XIX. Inicialmente através de indústrias subsidiárias da produção de café para exportação e posteriormente, a partir do final da década de 1920, o setor industrial passa a ocupar um lugar central na economia brasileira principalmente com a eclosão da industrialização via substituição de importações.

Em linhas gerais, Celso Furtado (2007, p. 283) considera que o crescimento industrial brasileiro a partir dos anos 1930 ocorreu especialmente devido a uma forte intervenção do governo por intermédio da política de defesa do setor cafeeiro, conforme explica:

O fato de que a produção de café tenha continuado a expandir-se depois da crise e a circunstância de que os cafeicultores se tivessem habituado aos planos de defesa dirigidos pelo governo respondem, em boa parte, pela manutenção da renda monetária do setor exportador. (...) A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de conseqüências que na época não se podiam suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (conseqüência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda.

Esse cenário desencadeia o início da política industrial de substituição de importações no Brasil que teve início na Era Vargas (1930-1945) (FONSECA; SOUZA, 2009). Esse modo de industrialização foi impulsionado pelo notável aumento (de até 60%) do preço relativo das mercadorias importadas em comparação ao que poderia ser produzido no mercado interno (FURTADO, C. 2007). Assim, segundo explicação de Tavares (1977) a política de defesa do governo brasileiro, que levou o Brasil a um estrangulamento da conta externa e escassez de divisas, resultou na manutenção do nível de demanda interna, na preservação da renda da classe ligada ao setor exportador, bem como culminou na utilização da capacidade produtiva ociosa, principalmente no que diz respeito à produção para atendimento das necessidades de consumo desta.

O principal instrumento para conservar o mercado interno em expansão seria, segundo Celso Furtado (2007), a manutenção da taxa de câmbio num patamar suficientemente alto para permitir a continuidade da desvalorização da moeda nacional e com isso afastar as chances de barateamento das mercadorias importadas, de modo que as inversões nos setores industriais do mercado interno continuassem a crescer. Todavia, como afirma Mello (1998) chega um momento em que essa mesma indústria não dispõe mais de capacidade excedente disponível e faz-se necessário o investimento na expansão da produção, que por conseqüência requer a aquisição de bens de capital (maquinários e equipamentos) – ainda não produzidos no país – cuja compra por importação era impossibilitada pelo alto custo na transação de importações. O autor enfatiza ainda que, esse aspecto pode ser considerado como um impulso à industrialização de bens de capital no Brasil, por meio de uma associação entre o Estado e as multinacionais (investimento direto estrangeiro - IDE), tendo em vista as restrições referentes à falta de bases técnicas e financeiras para a expansão desse tipo de indústria no

contexto econômico brasileiro da época. Sobre esse desenvolvimento das indústrias de bens intermediários pesados, de bens de capital e de bens de consumo durável pelo Estado em conjunto com as empresas multinacionais a partir da segunda metade dos anos 1950, Suzigan (1984) oportunamente cita Tavares (1974) que em sua tese de doutorado, intitulada *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, define esse período como o marco inicial do real desenvolvimento industrial no Brasil, um processo endógeno que transforma o capital industrial no principal instrumento de acumulação de capital de uma economia, caracterizando-a como predominantemente industrial.

Neste momento, a busca pela consolidação da indústria no Brasil fazia-se presente na esfera política por meio do Plano de Metas, lançado em 1956 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, no qual foram estabelecidas medidas para fomentar prioritariamente o crescimento dos setores ligados à infraestrutura do setor automobilístico (BARROS; PEDRO, 2012). Contudo, Coutinho (1996) chama a atenção para o fato de que toda essa estratégia de crescimento industrial foi construída com base no investimento direto de empresas estrangeiras, bem como do Estado, o que culminou na incorporação de tecnologia e serviços tecnológicos dos países desenvolvidos, nos quais esse tipo de indústria – dotada de um maior grau de complexidade tecnológica – já se encontrava em um elevado nível de maturação. Essa teria sido a principal causa para a escassez de formação tecnológica interna, que contribuiu para levar o Brasil à dependência de tecnologia externa e conseqüentemente a uma série de gargalos econômicos e sociais.

Sobre esse desestímulo referente à produção de tecnologia no Brasil, Suzigan (1988, p.10) argumenta ser uma tendência advinda da política de substituição de importações:

(...) De fato, as políticas de industrialização implementadas desde os anos 50 foram predominantemente defensivas e se caracterizaram por um protecionismo exagerado e permanente. Juntamente com a política cambial, essas políticas favoreceram taxas de rentabilidade mais elevadas no mercado interno relativamente à exportação, criando assim uma tendência à produção para o mercado interno. O resultado foi o desenvolvimento de uma indústria com elevado grau de ineficiência, e por isso mesmo não-competitiva interna e internacionalmente, e com pouca ou nenhuma criatividade em termos tecnológicos. Essa ineficiência e não-competitividade da indústria brasileira resultaram da ausência - de uma estratégia de, desenvolvimento científico e tecnológico como parte das políticas de industrialização implementadas a partir dos anos 50. Estas visavam exclusivamente à substituição de importações, e a estratégia utilizada foi a de fechar a economia, reservando o mercado para produtores locais, inclusive empresas estrangeiras (...).

Destarte, percebe-se que o incremento tecnológico necessário à evolução do processo de industrialização no Brasil teve que ser adquirido externamente, seja por meio de importações ou investimento direto estrangeiro, de um modo inadequado à propulsão da capacidade tecnológica interna. Assim, faltou à formação da indústria brasileira aquilo que Fajnzylber (1983) define como um núcleo endógeno de dinamização tecnológica, que se refere à produção e desenvolvimento técnico-científico ligado ao aparato produtivo de bens de capital. Esse seria um dos grandes motivos da fragilidade das bases da estrutura econômica dos países periféricos em relação às pressões do mercado externo.

Com picos cíclicos de relativa baixa e ascensão, Suzigan (1991) afirma que, em linhas gerais, a dinâmica de produção e do investimento deram o impulso para o avanço da indústria brasileira entre os anos 1950 e 1980. O autor ainda explica que, embora tenha ocorrido a criação de centros de pesquisa em inovação científico-tecnológica com incentivo do governo federal nos anos 1970, a nível de empresas essa capacidade de inovação era bastante limitada.

Nesse contexto, Martins (2011) ressalta ainda que a partir dos anos 1970, a mundialização da revolução científico-técnica se estabelece e provoca uma alteração na configuração das forças produtivas por meio da emergência do paradigma microeletrônico, com foco na convergência entre as tecnologias eletrônicas e de comunicação. Logo, Suzigan (1991) enfatiza que esse cenário evidencia a forte tendência à inovação da base técnica das indústrias das principais economias capitalistas, bem como a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento da economia industrial. Nesse sentido, em relação à realidade brasileira neste mesmo período, o mesmo autor explica:

(...) ao final dos anos setenta e princípio dos oitenta a estrutura industrial brasileira apresentava elevados graus de integração intersetorial e de diversificação da produção, porém com insuficiente desenvolvimento tecnológico, ineficiências técnicas e econômicas específicas que limitavam sua competitividade, ausência de qualquer padrão nítido de especialização e pouca integração com o mercado internacional. Essas características gerais da estrutura industrial brasileira refletiam-se no seu padrão de inserção internacional, caracterizado pela exportação de bens intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata, e importação de bens intensivos em tecnologia, particularmente máquinas, equipamentos e produtos químicos. (Ibid., p.4)

Desse modo, tendo em vista que o avanço tecnológico nos processos produtivos de bens os levou a revelarem-se cada vez mais intensivos em serviços, a dependência tecnológica do Brasil, aportada por seu padrão de industrialização, culminou na constituição de uma conta

de serviços historicamente deficitária, visto que as transformações produtivas e a intensificação da internacionalização econômica tiveram como resultados indiretos a crescente integração dos serviços com os processos produtivos das mercadorias.

Diante desse panorama, Kon (1999), sintetiza as mudanças estruturais na economia mundial que ocorreram a partir dos anos 1980: i) a ampliação da internacionalização das atividades econômicas ii) o estabelecimento de uma nova organização das firmas dominantes; iii) a expansão da integração da produção manufatureira com a de serviços; iv) o desenvolvimento das formas de uso da tecnologia micro eletrônica; v) o aumento da demanda por trabalhadores altamente qualificados na indústria, por conta da implantação de novas técnicas na rotina de trabalho vi) a elevação dos fatores de complexidade e volatilidade do consumo; e vii) a conversão do papel intervencionista do Estado em ambos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Desse modo, a citada autora entende que o processo de globalização intensificado nos anos 1990 foi fruto de um desencadeamento histórico da internacionalização do capital, que teve um incremento na velocidade de sua difusão devido ao avanço tecnológico notado a partir dos anos 1970. Nesse sentido, faz-se mister entender os desdobramentos desse processo no comércio internacional de serviços no Brasil.

4.0 A RELAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL COM A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL

Conforme já abordado anteriormente neste estudo, o desenvolvimento da dependência tecnológica no Brasil está diretamente atrelado à sua forma de industrialização, que acabou por contribuir para um status de defasagem referente a seus processos produtivos. Tendo em conta que no mundo contemporâneo, pós-revolução científico-técnica, a inovação na produção a faz cada vez mais intensiva em serviços e o Brasil apresenta deficiências significativas quanto a esse caráter inovacional, acaba que a especialização produtiva brasileira, refletida em suas trocas comerciais externas, exprime a estreita relação existente entre a pauta da balança comercial e a evolução da conta de serviços deste País.

Nesse sentido, vale ressaltar que em 1929, no auge da crise do café e em meio à grande depressão que assolava os países centrais (FURTADO, C. 1997), inicia-se o processo de desenvolvimento econômico brasileiro pautado na estratégia de industrialização por substituição de importação (ISI) – vigorando com maior ênfase a partir de 1950 – o qual, se por um lado obteve sucesso resultando na industrialização do Brasil, por outro fracassou no que concerne ao combate ao alto grau de dependência externa que em vez de ter sido reduzida, sofreu apenas uma alteração de sua natureza (BAER, 2002). Nesse âmbito, não só no Brasil como na maioria dos demais países em desenvolvimento, a ânsia pela redução da dependência em relação às economias centrais corroborou para a adoção de políticas de substituição das importações, por meio das quais, ao ignorar as vantagens comparativas de que dispunham, optavam por produzir localmente o que anteriormente importavam, além de ainda contarem com barreiras restritivas a essas importações (a exemplo das elevações tarifárias e imposição de cotas), com o intuito de proteger a indústria nacional nascente (MATESCO; SCHENINI, 2010). Desse modo, a industrialização desses países se fazia sob a égide protecionista, sem considerar o potencial de especialização nacional que cada um destes poderia apresentar.

No Brasil, essa política de substituição de importações, inicialmente promovida pelo governo Getúlio Vargas (1930-1945), vigorou no país por quase 50 anos e aliada ao lema “exportar é o que importa”, contribuiu para o crescimento da indústria nacional, com o suporte do mercado interno, mas acabou sufocada pelo atraso tecnológico e pela falta de competição que a tornava ineficiente em produtividade (GRISI, 2010). Diante do exposto, cabe ressaltar que o período no qual vigorou o modelo de substituição de importações como

estratégia para o crescimento econômico, foi marcado por uma política de comércio exterior essencialmente direcionada para favorecer a política industrial – a exemplo do controle das importações, através de ajustes cambiais e tarifários, que tiveram por objetivo proteger e estimular o crescimento econômico brasileiro (LIMA; SANTOS, 2001). Esse cenário ainda contribuiu para diversificar a pauta das exportações brasileiras e iniciou a transformação do caráter da participação do Brasil no comércio internacional.

Nesse âmbito, no período em que ocorria a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a falta de produtos nos mercados interno e externo beneficiou muitas indústrias brasileiras, visto que as mantinham livres da concorrência e, por conseguinte, a exportação de produtos industrializados tornou-se item ponderável na pauta exportadora do Brasil, pela primeira vez (LIMA, 2009). Em contrapartida, conforme bem apontado por Baer (2002, p. 255):

A estratégia ISI tornou o país mais dependente de insumos importados para operar seu parque industrial. Quando se reflete sobre os fatos, embora essa fosse uma consequência inevitável, considerando-se a falta de várias matérias-primas básicas, poder-se-ia afirmar que a estratégia ISI que dava ênfase à indústria automobilística como um dos principais elementos do crescimento industrial e como elemento-chave no desenvolvimento do sistema de transportes do país (negligenciando as ferrovias), tornou o Brasil desnecessariamente vulnerável e dependente na era pós-1973. A dependência em relação ao capital estrangeiro e às multinacionais também aumentou e o poder de negociação dessas empresas cresceu à medida que elas se tomavam essenciais ao contínuo e intenso crescimento econômico do país. A dependência também foi intensificada pelas indústrias em desenvolvimento, verticalmente integradas no sistema industrial mundial e pelas exportações em desenvolvimento (como minério de ferro) que estão sujeitas ao desempenho dos países industrializados (...).

Esse cenário auxilia a esclarecer os motivos pelos quais, mesmo sob o processo de ISI, o Brasil se manteve dependente quanto à tecnologia externa.

Nesse sentido, Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) consideram o setor industrial como a “locomotiva” da economia brasileira em seu ciclo longo de expansão, tanto em sua primeira fase, entre 1968 e 1973, caracterizado pelo crescimento excepcional do segmento de bens de consumo duráveis, quanto na segunda fase, iniciada em 1974, com a substituição de importações de insumos intermediários e bens de capital. Ainda segundo os mesmos autores, em ambas as fases desse ciclo, as empresas transnacionais desempenharam um papel de fundamental importância, tanto que no final dos anos 70 estas já correspondiam a cerca de um

terço da produção industrial do Brasil, com seus investimentos centrados em indústrias mais intensivas em tecnologia.

Nesse âmbito, Baer (2002) retrocede alguns anos e avalia que as políticas adotadas no período pós-1964 tiveram papel preponderante na abertura da economia brasileira ao comércio exterior, fato que pode ser comprovado pela análise da trajetória de redução no coeficiente de exportações (a relação importação/PIB), que passou de um percentual de 16% no período 1947-49 para 5,4% em 1964, promovida pelas políticas de substituição à importação na década de 1950 e revertida pelo resultado das políticas pós-1964, as quais contribuíram para que esse coeficiente voltasse a aumentar e chegasse a 14% no ano de 1974.

Nesse panorama, interessa ainda citar Vieira (2000), ao frisar que durante o Governo de Garrastazu Médici (1969-1974), mais especificamente no ano de 1971, foi lançado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁰ como ferramenta estratégica para transformar o Brasil em uma grande potência, inclusive pelo proveito do crescimento industrial de 1968 a 1973, compondo a ideia central da política de governo do então presidente. Neste mesmo período em que a economia brasileira cresceu de forma acelerada – taxa média anual de crescimento superior a 10%, na época só encontrava paralelo nos padrões de desenvolvimento do Japão – o perfil industrial brasileiro passou por uma diversificação que levou a uma mudança da forma de inserção do País na economia mundial, por meio da expansão do intercâmbio comercial aliada à disponibilidade de uma pauta de exportações mais diversificada e da criação de novas parcerias comerciais (LESSA, 1997).

Posto isto, segundo contextualiza Da Silva (2009), este cenário propicia o entendimento do que ocorria neste período entre os anos de 1968 e 1973 a ponto de torná-lo conhecido como “Milagre Econômico”, apresentando taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que chegavam a 10%, além da inflação relativamente contida (abaixo de 20% ao ano) e da transformação do Brasil num enorme importador de bens de capital (máquinas e equipamentos) contando com os incentivos do governo federal para a exportação (a exemplo do benefício da moeda desvalorizada) e ainda com reformas financeiras e fiscais de extrema relevância para o financiamento direto do governo no que se refere à infraestrutura.

¹⁰ PND dispunha de três grandes propostas para o desenvolvimento brasileiro: conduzir o Brasil ao patamar de nação desenvolvida em apenas uma geração; multiplicar por 2 a renda per capita do Brasil até 1980, (em comparação àquela apresentada em 1969); e por fim proporcionar um aumento anual do Produto Interno Bruto entre 8% e 10%, no ano de 1974 (VIEIRA, 2000).

Desse modo, conforme ressalta Hermann (2005), é válido constatar que a partir do final dos anos 1960, houve um *boom* nas taxas de crescimento econômico do Brasil e dentre as diferentes fases que compõem esse processo de transformação da economia brasileira, cabe ressaltar a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), instituído no governo Geisel, caracterizado como a fase final do processo de ISI no Brasil. A mesma autora ainda enfatiza que, neste período, o contexto político de redemocratização entre os anos 1974 e 1984, com suas decorrentes pressões e mudanças políticas, influenciaram no desenvolvimento do plano econômico que marca o auge e o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, o qual, além de embasado pelo Estado por meio de investimento e crédito públicos, ainda apoiava-se no endividamento externo. Vale ainda destacar que o lançamento deste plano também se deu pela necessidade do governo militar de realizar transformações políticas e sociais em meio ao contexto de mudanças políticas que marcou a fase compreendida entre os anos 1974 e 1984, visto que fatores como a crise do petróleo em 1973, a redução significativa do fluxo de capitais externos para todos os mercados emergentes, a escalada da inflação e a diminuição dos recursos em caixa, não só tornou mais difícil o refinanciamento da dívida externa brasileira, como também o descontentamento da sociedade com a ditadura (SILVA, 2009). Esses fatores não só repercutiram nas mudanças no modo de industrialização então vigente no Brasil, como também afetaram o desempenho da balança comercial deste país.

Assim, de acordo com a explicação de Vieira (2000), pelo fato do crescimento acelerado apresentado pela indústria brasileira desde os anos 1950 centrar-se principalmente no setor produtor de bens de consumo duráveis, o II PND visava “completar” o parque industrial brasileiro pelo aquecimento do setor de insumos industriais (siderúrgicos, petroquímicos, de celulose, etc.) e de máquinas e equipamentos – o que acabou por contribuir com a geração de saldos significativos na balança de comércio exterior brasileiro na década de 80. Porém, essa autonomia industrial em relação ao exterior continuou com a tendência a não inclusão da tecnologia e o desenvolvimento industrial brasileiro, apesar de contar com a aquisição dos avanços tecnológicos vindos de fora, não detinham a capacidade interna de produção necessária à produção de tecnologia.

Conforme Hermann (2005) enfatiza, nessa fase na qual o II PND foi instituído, a economia brasileira – tal como o que ocorreu na era JK (1956-1961)¹¹ – teve como marca o

¹¹Juscelino Kubitschek teve papel preponderante no avanço e modernização do parque industrial brasileiro, não só por meio da ampliação da capacidade da indústria instalada durante o Vargas, como também pelo

forte crescimento econômico (6,7% ao ano), somado a grandes transformações na estrutura produtiva do país. O mesmo autor ainda destaca que, apesar desse ritmo de crescimento ter se mantido no início do governo de João Figueiredo (1979-1985), o forte aumento da inflação e a deterioração das contas públicas e externas – que sinalizaram o esgotamento do modelo de crescimento do II PND – contribuíram para que, a partir de 1981, a economia brasileira passasse por um período de estagnação (com pequenos intervalos de recuperação), que durou até meados da década de 1990, designando aos anos 1980 o status de “década perdida”, marcada por dificuldades como o grave desequilíbrio no balanço de pagamentos e a aceleração inflacionária.

Seguindo essa trajetória, Suzigan (1991) enfatiza que no período compreendido entre 1981 e 1990 a indústria apresentava forte orientação para o mercado externo, como uma das saídas para a crise pela qual o mercado interno passava na mesma década, o que acabou por impulsionar a expansão de exportações de produtos industrializados, concentrada essencialmente nos segmentos dos complexos metalmeccânico, químico/petroquímico e celulose/papel, além de também basear-se na ampliação das exportações tradicionais (a exemplo daquelas dos segmentos têxtil e de vestuário/calçados) e de produtos de borracha.

Assim, quanto à composição da sua pauta de exportações, Grisi (2010) enfatiza que desde os anos 1970 o Brasil vinha registrando crescimento constante nas exportações de industrializados. No entanto, por conta do aumento da busca por commodities a nível mundial – principalmente por influência de uma alta demanda do mercado chinês –, bem como pelas altas nos preços desses produtos, essa pauta foi alterada por meio do investimento nos itens agrícolas, a partir dos anos 2000, com o objetivo de aproveitar as oportunidades nesse novo contexto internacional. O mesmo autor ressalta ainda que desde o início desse novo milênio, o Brasil tornou-se um dos principais exportadores mundiais em diversos setores, como açúcar, soja, minério de ferro, carnes e café, se destacou na atuação em novos segmentos, como o do algodão, com as vendas estimuladas por investimentos na produtividade e pela alta dos preços internacionais, apenas mantendo a relevância dos manufaturados em poucos produtos, com destaque para a indústria aeronáutica, mais especificamente a EMBRAER.

Com o setor primário no centro expansionista da exportação nos anos 2000, suscitou-se que esse cenário teria motivado a ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil

desenvolvimento de outros setores da produção industrial através do Plano de Metas, fatores que contribuíram para a elevação da taxa de crescimento do País (HAFFNER, 2002).

que estaria ligado à “doença holandesa” (NAKAHODO; JANK, 2006). Este termo, que originalmente em Inglês é chamado de “*Dutchdisease*”, foi inicialmente utilizado em 1977 pela revista inglesa “*The Economist*”, a fim de descrever um fenômeno que acontecia na Holanda nas décadas de 1960 e 1970 (STRACK; AZEVEDO, 2012). Neste período, o desenvolvimento da economia holandesa foi marcado pela descoberta de fartas reservas de gás natural nos anos 1960, fato que contribuiu para a entrada de grande montante de moeda estrangeira, que, por conseguinte, provocou uma elevação da taxa real de câmbio e colaborou para uma queda na produção e exportação de bens manufaturados deste país (FILGUEIRAS et al., 2012). Dessa forma, é possível notar que, neste período, a concentração do foco da economia na produção de commodities acabou por prejudicar a evolução do setor industrial holandês.

Oreiro e Feijó (2010, p. 221) definem o termo desindustrialização de uma forma bastante esclarecedora:

A primeira observação importante a respeito do conceito ampliado de “desindustrialização” é que o mesmo é compatível com um crescimento (expressivo) da produção da indústria em termos físicos. Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização.

Nesse contexto, cabe ainda ressaltar a análise da evolução do saldo da balança comercial do Brasil no período compreendido entre os anos de 1992 e 2007, que levou Bresser-Pereira e Marconi (2008) a acreditarem na ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil, conforme a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Saldo da balança comercial segundo produtos que seriam originados (commodities) e afetados pela doença holandesa (manufaturados)¹²

	Valores em US\$ bi			Contribuição % para a variação	
	1992	2002	2007	2007/1992	2007/2002
Commodities	11,0	16,1	46,8	162,8	123,1
Commodities agrícolas	3,8	9,8	29,1	114,7	77,3
Commodities minerais	-1,3	1,1	6,9	37,4	23,5
Commodities agrícolas industrializadas	3,5	3,9	7,7	19,0	15,1
Commodities minerais industrializadas	5,0	1,4	3,2	-8,3	7,3
Manufaturados	4,0	-4,0	-9,8	-62,8	-23,1
Manufaturados baixa e média-baixa tecnologia	4,7	6,0	10,4	25,8	17,5
Manufaturados média-alta e alta tecnologia	-0,7	-10,1	-20,2	-88,6	-40,6
Total	15,0	12,1	37,0	100,0	100,0

Fonte: Funcex, elaboração Bresser-Pereira e Marconi (2008, p. 12).

A tabela apresentada evidencia a diferença entre o superávit crescente das commodities na balança comercial brasileira, (de US\$ 11 bilhões em 1992 para US\$ 46,8 bilhões em 2007) e o déficit do segmento de manufaturados no mesmo período (de US\$ 4 bilhões positivos em 1992 para US\$ 9,8 bilhões negativos em 2007). Essa condição deficitária dos manufaturados é ainda mais acentuada no tocante àqueles considerados de média-alta e alta tecnologia.

Nesse sentido, Palma (2005) salienta que as mudanças nas políticas econômicas cooperaram para que os países ricos em recursos naturais reduzissem o foco empregado na industrialização a fim de direcioná-lo de volta ao desenvolvimento de setor de bens primários, retornando à sua “posição natural Ricardiana” relacionada à exaltação de suas vantagens comparativas tradicionais. Por outro lado, faz-se mister ressaltar a posição contrária de Scheinkman (2006), que condiciona uma possível ocorrência da desindustrialização no Brasil não aos resultados de uma “doença holandesa”, mas a outras deficiências características deste país, a exemplo da ausência de um política de ciência e tecnologia adequada, da deterioração da infraestrutura ou dos altos impostos.

Contudo, conforme afirma Ouriques (2010a):

Ao contrário do que se poderia supor, a chamada “desindustrialização” não é exclusivamente resultado dos erros de política econômica mas produto do protecionismo dos países centrais, da imensa força da revolução científico-técnica que ali se verifica e da elevação dos preços das matérias primas e produtos agrícolas. O exemplo mais significativo é o preço da soja – que

¹² “A contribuição percentual para a variação considera a variação absoluta do saldo da balança comercial de cada grupo e calcula a sua participação na variação absoluta total. Não estão incluídas as operações não classificadas” (BRESEER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 12).

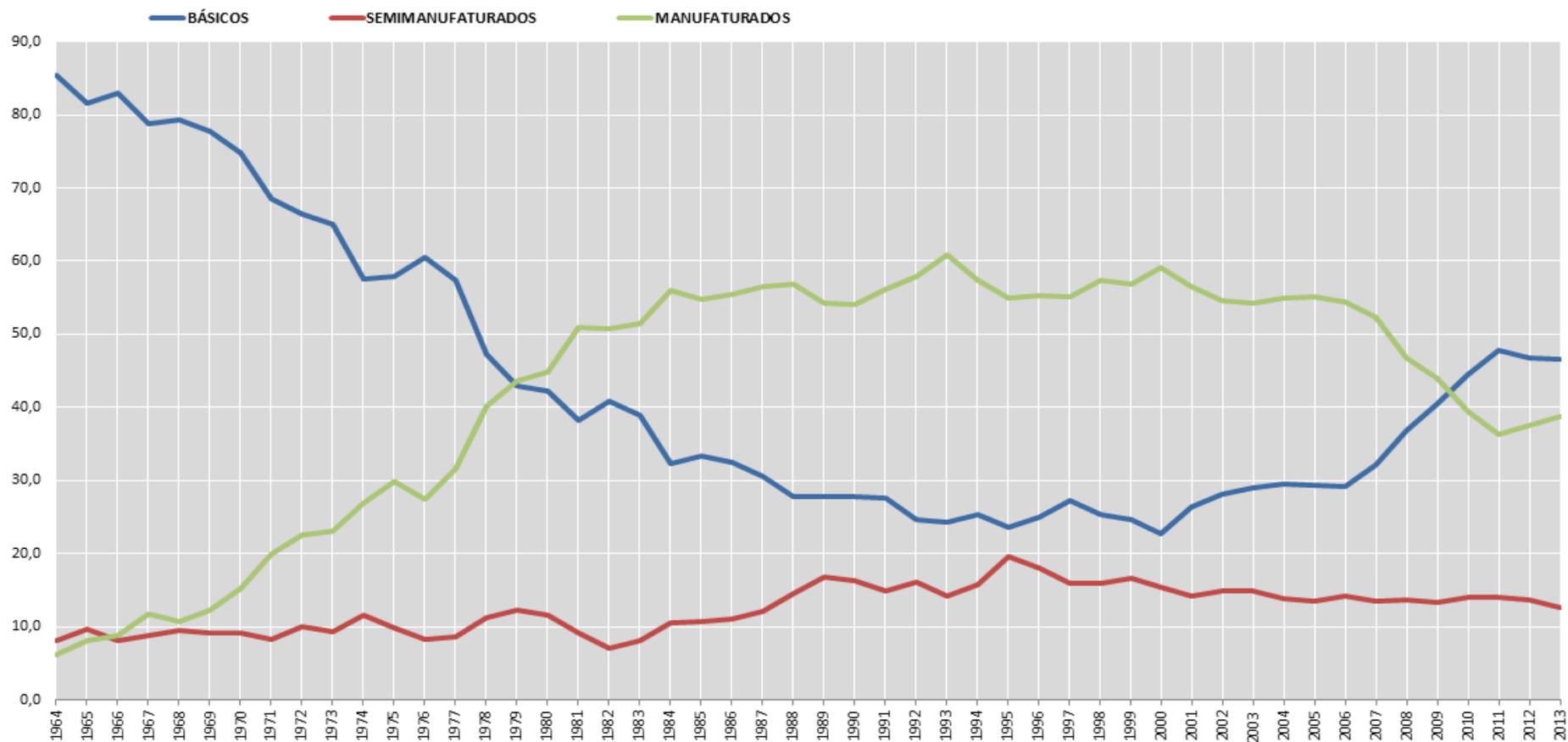
tanto enriqueceu quanto fortaleceu o latifúndio no país – mas não é, certamente, o único produto.

Assim, faz-se necessário considerar que o processo de reprimarização na economia não leva necessariamente à desindustrialização, pois mesmo com a ocorrência deste, não houve alteração no padrão de desenvolvimento brasileiro. Houve muito mais uma mudança no sentido de aproveitar preços, do que de alterar o padrão.

Nesse sentido, conforme aponta Bresser-Pereira (2010) a abertura financeira do Brasil, firmada no quadro de acordos do FMI em dezembro de 1991, desencadeou não só a apreciação da moeda nacional, como também a redução dos investimentos voltados para a exportação, além de uma queda dos níveis de poupança, a inundação do mercado interno por bens importados e, por conseguinte, o enfraquecimento e a quebra de empresas nacionais. Destarte, conforme Gonçalves (2001) enfatiza, foi este o cenário que acabou por colaborar para que, a partir de 1995, o Brasil apresentasse uma expressiva perda de competitividade internacional no que se refere à exportação de produtos industrializados, – que só não foi maior por conta do efeito positivo do Mercosul – ao mesmo tempo em que começava a obter ganhos de competitividade internacional relacionados à expansão da exportação de produtos agrícolas.

A fim de melhor ilustrar esse contexto, segue o Gráfico 1 que dispõe da trajetória traçada pelos índices anuais de exportação de bens básicos, semimanufaturados e manufaturados da balança comercial brasileira.

Gráfico 1 – Exportação brasileira por fator agregado 1964-2013 (Participação %)



Fonte: MDIC (2014a).

Dessa maneira, é possível analisar a evolução do comércio exterior brasileiro e o grau de diversificação de sua pauta por meio da utilização do conceito de fator agregado, adotado desde meados dos anos 1960 e categorizado pelo MDIC (2014b) da seguinte forma:

Os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos desse grupo minérios, produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne in natura, milho em grão, trigo em grão, etc.). Já os produtos industrializados são os que sofreram transformação substantiva. Dentro desses últimos, os produtos semimanufaturados são aqueles que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, quer final quer intermediário, pois deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produto manufaturado (ex.: açúcar em bruto => açúcar refinado; óleo de soja em bruto => óleo de soja em refinado; produtos semimanufaturados de ferro/aço => laminados planos; celulose => papel, etc.).

No Gráfico 1, pode-se perceber que, no final dos anos 1970, ocorre um cruzamento das trajetórias de desempenho deficitário por parte dos bens básicos e superavitário no que se refere aos bens manufaturados. Já na metade da década de 1990, após o Consenso de Washington, a situação volta a se inverter e os bens manufaturados passam por uma involução na pauta exportadora, enquanto os bens básicos voltam a crescer e se destacar no cenário exportador. Os bens semimanufaturados se mantêm estáveis durante todo o período e apresenta apenas um leve pico de crescimento na metade da década de 90.

Neste âmbito, cabe refletir sobre as palavras de Gonçalves (2001, p.15) ao afirmar que:

(...) o processo de regressão da competitividade internacional do Brasil está associado à perda de competitividade internacional da indústria brasileira, bem como a uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Este fenômeno significa a crescente participação dos produtos agrícolas no conjunto das exportações brasileiras.

Esse entendimento facilita a compreensão de que a reprimarização recente da economia brasileira pode, a longo prazo, se tornar um elemento de risco para sua estabilidade. Nesse sentido, Sarquis (2011) argumenta ainda que a especialização brasileira em setores primários e em certas commodities pode se tornar um grave problema caso seja acompanhada por uma perda na capacidade de sustentar a diversificação e a expansão de exportações. Esses fatores

reforçam a ideia de que a expansão de bens primários na pauta de exportação brasileira pode representar uma ameaça à evolução da balança comercial, bem como à saúde das contas externas do País, visto que o crescimento na exportação de produtos agrícolas pode resultar na perda de representatividade no mercado internacional de bens (GONÇALVES, 2001).

Estes produtos mostram um menor dinamismo em termos de crescimento da demanda mundial. O ganho de competitividade internacional do Brasil no mercado mundial de produtos agrícolas deve-se, em grande medida, à melhoria dos preços obtidos pelos produtos brasileiros. Os produtos agrícolas também apresentam preços com uma maior volatilidade.

Em uma perspectiva de longo prazo, a reprimarização que ocorreu nos últimos anos parece ser uma reversão da tendência anteriormente experimentada pelo País. Há, assim, uma regressão do padrão de inserção do Brasil no sistema mundial de comércio.

4.1 DESEMPENHO ATUAL – BALANÇA COMERCIAL BRASIL

A trajetória de evolução do comércio exterior brasileiro abordada no tópico anterior é de grande relevância para que se possa compreender os caminhos que levaram ao atual panorama de especialização produtiva deste país. Neste âmbito, Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) enfatizam a mudança significativa ocorrida no envolvimento da economia brasileira com o mercado internacional de mercadorias nas últimas décadas, a exemplo do aumento do valor anual das exportações brasileiras em vinte vezes no período entre os anos 1970 e 2000, fator que gerou importantes transformações qualitativas na relação entre a atuação do Brasil no setor externo e o desempenho geral de sua economia.

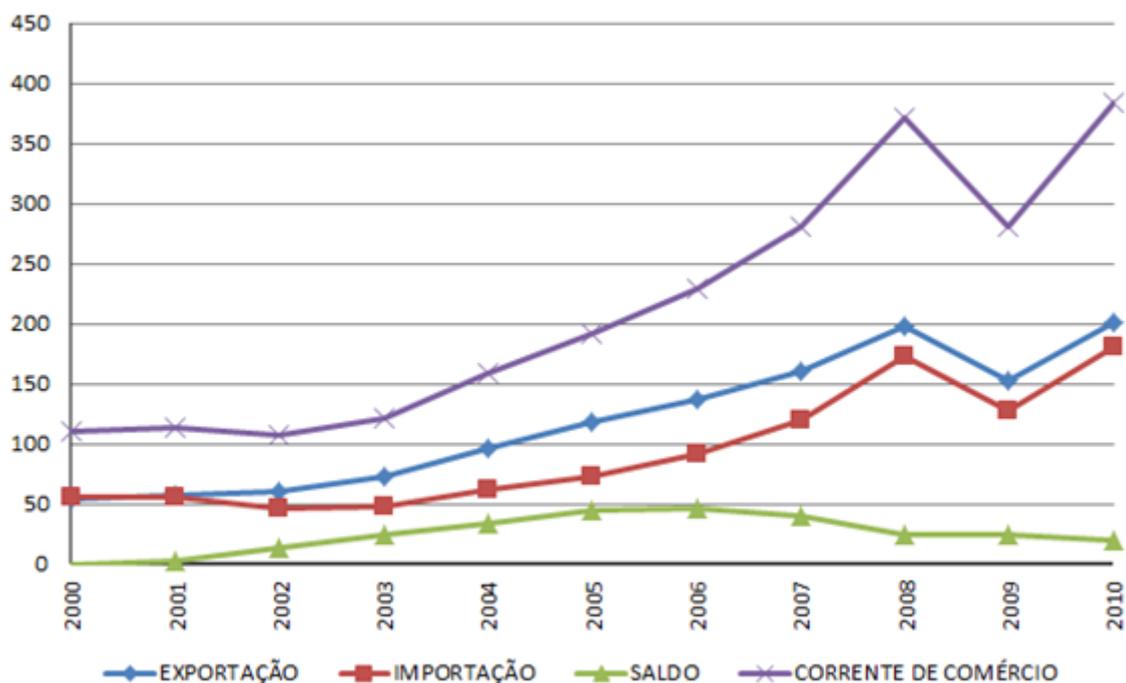
Pode-se citar como alguns dos elementos dessa mudança, fatores internos, como a abertura do mercado nacional à real competição internacional no início da década de 1990, – por meio da redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos às exportações, além da conquista da estabilização econômica a partir de 1994 com o Plano Real – e ainda fatores externos, a exemplo da intensificação dos fluxos comerciais que levaram à criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), sem deixar de destacar a instituição da Organização Mundial de Comércio (OMC), em prol da regulação do comércio internacional, fatores esses que influenciaram tanto no aumento da corrente de comércio do Brasil com outros países, quanto na afirmação de seu caráter de novo ator no mercado global (MDIC, 2008; GRISI, 2010). Assim, faz-se importante entender os desdobramentos da balança comercial brasileira

contemporânea, sobretudo após a virada do milênio, visto que, no caminho para compreender os agravantes da dependência tecnológica que culminam no déficit da conta de serviços, é preciso também entender o comportamento das trocas comerciais externas de produtos, que, do mesmo modo, reflete a formação industrial retardatária do Brasil.

Nesse contexto, vale frisar que, após apresentar déficits comerciais entre os anos de 1995 e 2000 – sobretudo por conta da implantação do Plano Real e das crises internacionais que afetaram diversos países –, a balança comercial brasileira voltou a ser superavitária a partir do ano de 2001, apresentando continuidade no seu bom desempenho (AEB, 2012). Em 2006, o superávit comercial chegou à cifra, até então recorde, de US\$ 228,9 bilhões nas transações comerciais com o exterior, fruto do registro de US\$ 137,5 bilhões em exportações e de US\$ 91,4 bilhões em importações (MDIC, 2006). No entanto, muito por conta da valorização do Real, a partir de 2007 as importações começaram a crescer, apresentando índices percentuais maiores que do que aqueles das exportações, levando a uma diminuição gradativa dos superávits comerciais até então apresentados, que só voltaram a apresentar novos aumentos no ano de 2011, sob influência de uma nova elevação das cotações das commodities, (especialmente em relação ao minério de ferro) (AEB, 2012). Nota-se assim que as commodities têm desempenhado um papel preponderante para a manutenção dos superávits da balança comercial na última década.

Ademais, a conjuntura internacional dos anos 2000, que se caracterizou pelo avanço do consumo mundial e por uma decorrente evolução econômica, colaborou para o aumento do fluxo de comércio global, que chegou a dobrar de tamanho entre 1999 e 2009, além de também contribuir para que o Brasil apresentasse, nesse mesmo período, um crescimento ainda maior, tanto nas suas exportações, quanto nas importações. (GRISI, 2010). Para uma melhor compreensão do cenário abordado, cabe a visualização da evolução da balança comercial brasileira entre os anos 2000 e 2010, conforme o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Evolução da balança comercial brasileira 2000-2010 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: MDIC (2010), elaborado pela autora.

O Gráfico 2 expõe que a partir do início do milênio houve um crescimento significativo da corrente de comércio exterior do Brasil, que só voltou a cair por consequência da crise econômica mundial iniciada em 2008, a qual acabou por afetar o comércio internacional como um todo, principalmente por conta da fragilidade econômica que os grandes players globais, como os EUA e União Européia, passaram a apresentar nesta época.

Em 2009, enquanto nos EUA e na União Européia iniciava-se um período de lenta recuperação econômica, o Brasil, que havia sofrido uma queda de cerca de 23% de suas exportações totais para os EUA, tiveram um aumento de 27% em seu total de exportações para China, especialmente por conta do aumento de sua demanda por commodities, fato que levou o mercado chinês ao posto (antes ocupado pelos EUA) de principal destino de exportações do Brasil (PEREIRA, 2011). Nesse âmbito, Castilho e Luporini, (2009) refletem sobre a dupla característica do Brasil quanto à sua pauta de comércio exterior que pode se diversificar de acordo com os diferentes parceiros comerciais de que dispõe: adota um comércio típico do “Norte-Sul” com alguns países (a exemplo de EUA e União Européia), para os quais exporta produtos pouco elaborados e importa aqueles detentores de maior teor tecnológico; enquanto que com outros países (a exemplo de seus vizinhos da América do

Sul), as exportações brasileiras são mais concentradas em produtos manufaturados e suas importações muitas vezes são voltadas para alguns dos produtos básicos que não produz.

Deste modo, cabe ainda citar Sarquis (2011), ao enfatizar que a especialização brasileira recente apresenta aspecto dual, pois, do mesmo modo que cada vez mais amplia e reforça sua capacidade de se especializar em bens primários e em determinadas cadeias industriais de menor valor agregado que destes dependem, também criam nichos de especialização em alguns bens específicos intensivos em capital e tecnologia, a exemplo do caso do setor de aeronaves e de algumas máquinas. No entanto, conforme aponta o mesmo autor, é necessário deixar claro que entre estas duas especializações, a mais intensa e com maior representatividade na pauta exportadora desde 2001 é aquela relacionada ao setor de commodities, estendendo-se aos bens industriais que delas derivam.

Nos anos seguintes, mesmo com o aumento das importações entre 2002 e 2006, o saldo comercial continuou a ampliar-se, pelo estímulo do crescimento do volume dos manufaturados na pauta exportadora, bem como da recuperação dos preços das commodities e dentre os fatores que mais contribuíram para esse *boom* exportador, cabe destacar a melhoria do dinamismo do agronegócio – que inclui o complexo de soja, carnes, madeira e derivados, açúcar e álcool, papel e celulose etc. –, que foi fruto de aspectos como a expansão da fronteira agrícola e os melhoramentos genéticos apoiados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além do crescimento dos fluxos de comércio internacionais.

Sobre essa concentração da pauta exportadora brasileira em commodities e produtos básicos, Sarquis, (2011, p. 143) também salienta que:

Boa parte dessa persistência exportadora das commodities e de bens industrializados conexos está ancorada no crescimento econômico robusto e sustentado da China e de outros países da Ásia. Há, assim, uma enorme dependência de nossa progressiva capacitação exportadora em relação à especialização que se impõe por força de nossas vantagens comparativas naturais. Os riscos desse processo residem na tradicional volatilidade de preços e de demanda das commodities e, portanto, na maior vulnerabilidade das exportações nesses segmentos. Ao contrário das exportações industriais de mais alto valor agregado, estas dependem de crescimento econômico externo a altas taxas, como as registradas na Ásia, e estão menos relacionadas com processos dinâmicos de diversificação de investimentos, de inovação e de crescimento fora e dentro do país.

Desse modo, é possível perceber que basear o bom desempenho da balança comercial brasileira na atividade exportadora de commodities e seus derivados, além de trazer riscos à

economia a médio e longo prazo, não aporta ao País o ritmo de desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação necessário para reverter seu quadro de dependência tecnológica, que alimenta sua necessidade de importação de produtos com maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia (a exemplo de máquinas e equipamentos eletroeletrônicos tecnologicamente mais refinados). Assim, é válido observar como evolui a composição setorial das exportações totais brasileiras, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da composição setorial das exportações totais brasileiras, 1975-2007 (em % do total)

Setores	1975/ 1976	1980/ 1981	1985/ 1986	1990/ 1991	1995/ 1996	2000/ 2001	2005/ 2006	2007
Produtos de origem agrícola	59.1	45.0	36.4	26.8	29.9	26.2	26.0	26.9
Agropecuária	14.3	5.0	5.1	3.7	3.2	6.0	5.5	6.6
Café	18.8	11.2	11.3	4.9	5.0	2.9	2.5	2.5
Beneficiamento de produtos vegetais	3.7	5.2	6.0	6.6	6.1	3.7	2.9	3.3
Abate animais	2.2	3.4	3.2	2.5	3.2	4.4	6.6	7.0
Laticínios	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.2
Açúcar	8.1	5.8	1.7	1.6	3.8	3.1	4.0	3.2
Óleos vegetais	10.4	12.3	7.6	6.2	7.3	4.2	3.2	3.0
Outros produtos alimentares	1.6	2.0	1.4	1.3	1.3	1.8	1.2	1.2
Produtos de origem mineral	16.7	16.2	20.5	28.7	23.3	19.5	25.3	26.4
Extrativa mineral	11.5	9.0	7.8	9.5	6.8	6.6	8.1	8.6
Petróleo e carvão	1.7	0.5	0.0	0.0	0.1	0.8	4.4	5.6
Minerais não metálicos	0.4	0.7	0.7	0.8	1.0	1.1	0.9	0.8
Siderurgia	2.0	3.9	8.1	11.8	8.8	5.8	7.1	6.2
Metalurgia não ferrosos	0.3	0.7	2.5	5.0	4.9	3.7	3.4	3.8
Outros produtos metalúrgicos	0.6	1.4	1.4	1.6	1.7	1.5	1.4	1.3
Produtos manufaturados diversos	24.2	38.8	43.0	44.5	46.8	54.4	48.8	46.7
Máquinas e tratores	1.9	4.8	3.1	3.8	5.1	3.9	5.4	5.3
Material elétrico	1.4	1.7	1.6	2.7	3.0	2.7	2.6	2.7
Equipamentos eletrônicos	1.7	2.3	2.7	2.1	1.7	4.1	3.0	2.0
Veículos automotores	2.5	4.6	3.4	3.0	2.7	5.0	5.5	4.7
Peças e outros veículos	2.7	4.5	5.5	7.3	7.3	12.0	8.9	8.9
Madeira e mobiliário	1.6	1.9	1.4	1.6	3.0	3.5	3.3	2.8
Celulose, papel e gráfica	0.8	2.7	2.6	4.0	5.0	4.3	3.0	3.0
Borracha	0.2	0.5	0.9	1.0	1.3	1.1	1.0	1.1
Elementos químicos	0.5	1.1	1.5	1.8	2.1	1.9	2.8	3.0
Refino de petróleo e petroquímicos	1.0	4.9	7.9	5.0	3.8	4.7	5.5	5.6
Químicos diversos	0.9	0.7	0.8	1.1	1.6	1.4	1.1	1.1
Farmacêutica e perfumaria	0.2	0.4	0.4	0.4	0.7	0.8	0.8	0.8
Plástico	0.1	0.3	0.7	0.1	0.2	0.3	0.2	0.2
Têxtil	4.1	3.7	3.3	3.5	2.4	2.0	1.5	1.3
Artigos de vestuário	1.0	0.5	0.6	0.4	0.3	0.2	0.1	0.1
Calçados, couros e peles	2.8	2.9	4.8	4.9	4.8	4.5	3.0	2.7
Indústrias diversas	0.8	1.3	1.7	1.9	1.8	1.9	1.2	1.2
TOTAL	100.0	100.0						

Fonte: FUNCEX e SECEX/MDIC, adaptada de Castilho e Luporini, (2009, p. 11).

Na tabela exposta, é possível notar que, a participação dos produtos de origem agrícola na pauta de exportações do Brasil sofreu uma grande queda, visivelmente por conta da derrocada do mercado cafeeiro, conforme já tratado anteriormente neste estudo. Em contrapartida, houve um notável crescimento da porcentagem de produtos derivados de animais abatidos, sobretudo devido ao aumento da comercialização da carne bovina brasileira pelo mundo. Ademais, percebe-se ainda que, em relação à porcentagem verificada entre os anos de 1975 e 1976, houve um incremento de 9,7% na taxa de participação de produtos de origem mineral na pauta de exportação do ano de 2007. Nesse sentido, segundo os próprios autores Castilho e Luporini (2009, p. 11) explicam, neste grupo houve uma queda na participação dos produtos menos elaborados, como os da indústria extrativa, cedendo lugar a outros mais elaborados, como os siderúrgicos, os metalúrgicos não ferrosos e o petróleo, principalmente pelo fato deste setor ter crescido significativamente nas últimas décadas, alcançando o percentual de 5,6% de participação nas exportações totais em 2007. No grupo de produtos manufaturados e diversos o destaque especial vai para – além dos produtos oriundos de refino de petróleo e petroquímicos, pelas razões já mencionadas – as máquinas e tratores e peças e outros veículos, especialmente por incluírem os aviões da EMBRAER que apresentam um peso considerável na composição dessas exportações.

Nesse contexto, passada a crise econômica mundial que eclodiu no fim de 2008 e o reestabelecimento dos fluxos de comércio internacional a partir de 2009, a balança comercial brasileira terminou 2010 com um recorde histórico de US\$ 202 bilhões exportados, que superou o melhor resultado obtido até então (US\$ 198 bilhões em 2008), contando ainda com um outro recorde, referente ao valor de corrente de comércio (soma das exportações com as importações) de US\$ 384 bilhões, alcançado no mesmo ano (AEB, 2010). Conforme Pereira (2011) ressalta, nesse período, o fortalecimento da relação comercial entre o Brasil, como fornecedor de commodities e produtos conexos, e a China, comprador assíduo desse nicho, colaborou para essa evolução das exportações brasileiras.

A fim de obter uma melhor compreensão da conjuntura do comércio exterior brasileiro na atualidade, cabe a visualização das Tabelas 3, 4 e 5, que expõem as listas dos dez países para os quais o Brasil mais exporta, dos quais mais importa e com os quais mantém as maiores correntes de comércio.

Tabela 3 – Exportação brasileira – Países de destino (US\$ FOB)

ORDEM 2013	ORDEM 2014	DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / DEZEMBRO				
			2014 (A)	Part. %	2013 (B)	Part. %	Var. % A/B
1	1	China-----	40.616.107.929	18,04	46.026.153.046	19,02	-11,75
2	2	Estados Unidos-----	27.027.771.514	12,01	24.653.476.362	10,19	9,63
3	3	Argentina-----	14.281.998.035	6,34	19.615.414.342	8,10	-27,19
4	4	Países Baixos (Holanda)-----	13.035.583.965	5,79	17.332.830.884	7,16	-24,79
5	5	Japão-----	6.718.600.696	2,98	7.964.271.952	3,29	-15,64
6	6	Alemanha-----	6.632.731.467	2,95	6.551.654.000	2,71	1,24
9	7	Chile-----	4.984.190.844	2,21	4.483.782.976	1,85	11,16
18	8	Índia-----	4.788.735.235	2,13	3.130.072.734	1,29	52,99
7	9	Venezuela-----	4.632.139.245	2,06	4.849.839.836	2,00	-4,49
13	10	Itália-----	4.020.776.126	1,79	4.098.022.680	1,69	-1,88

Fonte: Adaptada de MDIC, 2014c.

Tabela 4 – Importação brasileira – Países de origem (US\$ FOB)

ORDEM 2013	ORDEM 2014	DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / DEZEMBRO				
			2014 (A)	Part. %	2013 (B)	Part. %	Var. % A/B
1	1	China-----	37.340.607.027	16,30	37.303.817.486	15,56	0,10
2	2	Estados Unidos-----	34.999.130.492	15,28	36.018.510.576	15,02	-2,83
3	3	Argentina-----	14.143.094.058	6,17	16.462.685.523	6,87	-14,09
4	4	Alemanha-----	13.837.218.760	6,04	15.183.148.377	6,33	-8,86
5	5	Nigéria-----	9.495.353.411	4,15	9.647.535.388	4,02	-1,58
6	6	Coreia do Sul-----	8.526.182.634	3,72	9.491.936.441	3,96	-10,17
10	7	Índia-----	6.635.259.191	2,90	6.357.566.624	2,65	4,37
8	8	Itália-----	6.309.816.035	2,75	6.719.342.713	2,80	-6,09
7	9	Japão-----	5.902.046.194	2,58	7.081.491.567	2,95	-16,66
9	10	França-----	5.698.165.914	2,49	6.498.960.563	2,71	-12,32

Fonte: Adaptada de MDIC, 2014c.

Tabela 5 – Corrente de comércio brasileira – Principais países (US\$ FOB)

ORDEM 2013	ORDEM 2014	DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / DEZEMBRO				
			2014 (A)	Part. %	2013 (B)	Part. %	Var. % A/B
1	1	CHINA-----	77.956.714.956	17,16	83.329.970.532	17,30	-6,45
2	2	ESTADOS UNIDOS-----	62.026.902.006	13,66	60.671.986.938	12,59	2,23
3	3	ARGENTINA-----	28.425.092.093	6,26	36.078.099.865	7,49	-21,21
4	4	ALEMANHA-----	20.469.950.227	4,51	21.734.802.377	4,51	-5,82
5	5	PAISES BAIXOS (HOLANDA)-----	16.203.530.458	3,57	19.677.688.409	4,08	-17,66
6	6	JAPAO-----	12.620.646.890	2,78	15.045.763.519	3,12	-16,12
7	7	COREIA DO SUL-----	12.357.426.835	2,72	14.211.906.295	2,95	-13,05
12	8	INDIA-----	11.423.994.426	2,52	9.487.639.358	1,97	20,41
9	9	NIGERIA-----	10.450.822.828	2,30	10.523.441.102	2,18	-0,69
8	10	ITALIA-----	10.330.592.161	2,27	10.817.365.393	2,25	-4,50
10	11	MEXICO-----	9.032.952.073	1,99	10.024.829.474	2,08	-9,89

Fonte: Adaptada de MDIC, 2014c.

As tabelas apresentadas tornam clara a liderança da China como maior parceiro comercial do Brasil, seguido dos Estados Unidos e da Argentina. No caso dos dois primeiros países, as exportações são compostas em sua maioria por commodities e produtos básicos, enquanto as importações se compõem em grande parte de produtos mais intensivos em tecnologia, como os aparelhos de telefonia e partes e acessórios de máquinas de processamento de dados vindos da China e das partes de motores de turbinas de avião oriundos dos Estados Unidos. Contudo, é válido atentar para o fato de também haver um alto volume de combustíveis importados dos EUA, a exemplo do óleo diesel. No caso da Argentina, predominam tanto nas exportações quanto nas importações as partes e peças da cadeia automobilística, além dos próprios automóveis. Sobre a importância do setor automobilístico para Argentina e Brasil, cabe citar Oliveira (2006, p.39) que mencionou o Acordo de Ouro Preto como o protocolo do Mercosul “(...) que obrigava a intercâmbios que visavam manter o equilíbrio na preferência das multinacionais automobilísticas entre os países. (...)”.

Em 2014, alguns dos riscos, já expostos anteriormente neste estudo, referentes à concentração da pauta de exportações brasileira em commodities e produtos básicos dela derivados começaram a mostrar-se reais. Sobre isso, Pereira (2014) explica que a trajetória de crescimento das exportações brasileiras foi interrompida sobretudo por conta da desaceleração da economia chinesa aliada ao fim do *boom* nos preços das commodities. Além disso, o mesmo autor enfatiza que a desvalorização do câmbio ainda não teria sido suficiente para recuperar as vendas de manufaturas no mercado mundial, fator que também envolve a perda de competitividade referente à baixa produtividade de manufaturas brasileiras.

Dessa maneira, o saldo da balança comercial de 2014 apresentou um déficit de US\$ 3,9 bilhões, resultado consideravelmente inferior ao registrado em 2013, que obteve superávit de US\$ 2,4 bilhões, sendo que neste mesmo ano o Brasil apresentou US\$ 5,8 bilhões a mais em exportações de plataformas de petróleo em relação ao ano de 2014 (MF; SPE, 2015). Ainda segundo dados do MDIC (2014d), em 2014 as exportações sofreram um recuo de 7,0%, com quedas em todos os fatores agregados, a maior delas, -13,7%, referente aos manufaturados, -4,8% no que concerne aos semimanufaturados e -3,1% nas transações de produtos básicos. No grupo de manufaturados, a retração ocorreu principalmente nos seguintes itens: plataforma para extração de petróleo (-74,4%), automóveis de passageiros (-41,8%), veículos de carga (-32,4%), açúcar refinado (-25,0%), autopeças (-22,0%), motores para veículos e partes (-

16,2%), óleos combustíveis (-11,4%), aviões (-10,4%), pneumáticos (-6,4%) e motores e geradores elétricos (-2,3%).

Ainda segundo o mesmo relatório do MDIC (2014d), também houve uma diminuição de 4,4% nas importações totais, com retração em todas as categorias de uso, chegando a apresentar queda de -8,8% referente aos bens de consumo duráveis, -7,6% em bens de capital, -3,3% em bens intermediários, -2,4% em combustíveis e lubrificantes e -1,0% em bens de consumo não duráveis, refletindo a perda de força da economia brasileira.

Os dados que evidenciam o cenário citado podem ser melhor visualizados na Tabela 6, a seguir, que diz respeito à comparação dos valores alcançados, bem como dos percentuais de variação e participação das exportações e importações brasileiras nos anos de 2013 e 2014.

Tabela 6 – Balança Comercial Anual (US\$ milhões)

	Valores (US\$ milhões)		Varição* (%)	Participação %	
	jan-dez/14	jan-dez/13	2014/2013	jan-dez/14	jan-dez/13
EXPORTAÇÕES	225.101	242.034	-7,0	100,0	100,0
Básicos	109.557	113.023	-3,1	48,7	46,7
Semimanufaturados	29.066	30.526	-4,8	12,9	12,6
Manufaturados	80.211	92.945	-13,7	35,6	38,4
Operações Especiais	6.267	5.540	13,1	2,8	2,3
IMPORTAÇÕES	229.031	239.634	-4,4	100,0	100,0
Bens de Capital	47.710	51.661	-7,6	20,8	21,6
Bens Intermediários	102.978	106.504	-3,3	45,0	44,4
Bens de Consumo Não Duráveis	18.555	18.737	-1,0	8,1	7,8
Bens de Consumo Duráveis	20.270	22.229	-8,8	8,9	9,3
Combustíveis e Lubrificantes	39.518	40.503	-2,4	17,3	16,9
SALDO	-3.930	2.399	-264		
Expectativa para 2014**	-2.000				

Acumulado Janeiro-Dezembro/14: 253 dias úteis; Janeiro-Dezembro/13: 253 dias úteis.

*Considera média por dia útil

**Mediana Focus/BCB das expectativas de mercado para o saldo acumulado no fim do ano.

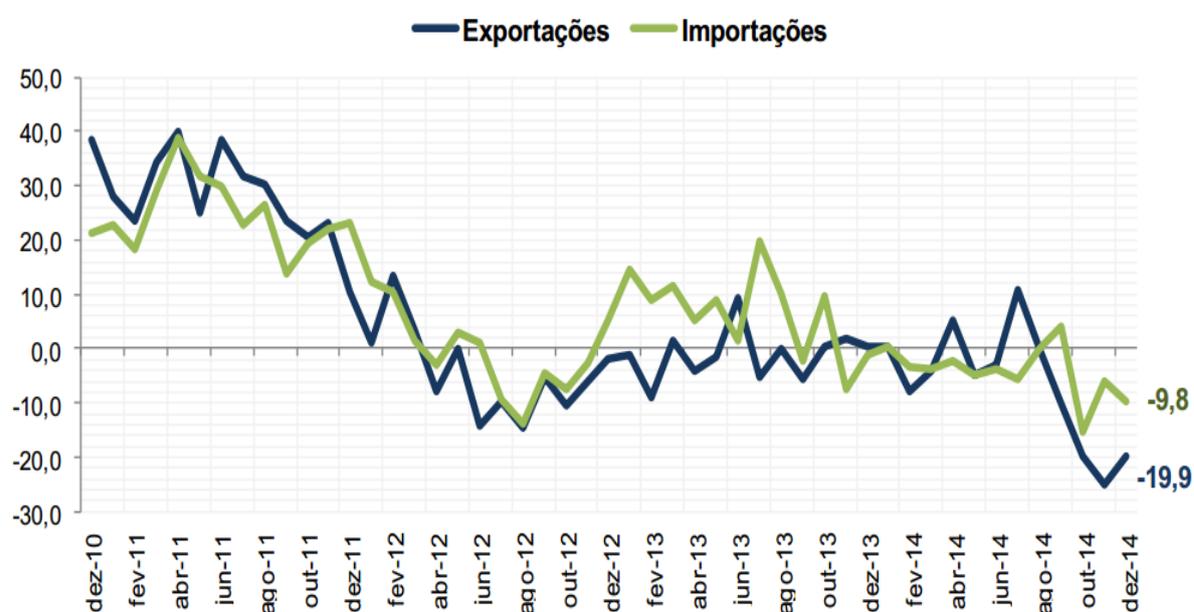
Fonte: MDIC/Secex, BCB/Focus, elaboração MF e SPE, (2015, p. 4).

A balança comercial brasileira registrou então o pior resultado anual desde 1998 conforme dados do MDIC, ressaltando ainda que desde 2000 o saldo do comércio internacional brasileiro não apresentava déficit no fechamento de um ano. Desse modo, segundo relatório do SPE e MF (2015), esse resultado ficou abaixo do consenso de mercado,

conforme o Boletim Focus¹³, que previa um déficit de no máximo US\$ 2 bilhões. Nesse contexto, de acordo com a mesma referência, a corrente de comércio de 2014 chegou a alcançar a cifra de US\$ 454,1 bilhões, 5,7% sobre o mesmo período do ano anterior, quando totalizou US\$ 481,6 bilhões, enquanto que o saldo comercial acumulou déficit total de US\$ 3,9 bilhões.

Mais adiante, no Gráfico 3 é possível visualizar as porcentagens que representam a evolução da atividade de exportação e importação do Brasil no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2014.

Gráfico 3 – Exportações e Importações: taxa de crescimento % acumulada em 12 meses



Obs.: valores ajustados por dias úteis

Fonte: MDIC/Secex, elaboração: SPE e MF (2015, p.17)

Por este gráfico nota-se uma trajetória majoritariamente decrescente, tanto nas exportações, quanto nas importações, sendo que no ano de 2014 as importações tiveram maior crescimento em relação às exportações, o que acarretou o déficit no saldo anual. Nesse

¹³ “O Boletim Focus é um relatório divulgado semanalmente pelo Banco Central do Brasil (...). Este relatório contém uma série de projeções sobre a economia brasileira coletadas junto a alguns dos principais economistas em atuação no país. Cerca de 100 (cem) analistas de mercado, representando as principais instituições financeiras do Brasil, opinam sobre a perspectiva futura de diversos indicadores de nossa economia.” (ADVFN, 2015)

sentido, para melhor compreender o panorama da atividade exportadora brasileira atual, na Tabela 7, a seguir, estão expostos os respectivos dados detalhados por fator agregado.

Tabela 7 – Exportação brasileira por fator agregado jan.-dez. 2014/2013 (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var. % 2014/13 p/média diária	Part. %	
	2014	2013		2014	2013
BÁSICOS	109.557	113.023	-3,1	48,7	46,7
Minério de ferro	25.819	32.492	-20,5	11,5	13,4
Soja em grão	23.277	22.812	2,0	10,3	9,4
Petróleo em bruto	16.357	12.957	26,2	7,3	5,4
Farelo de soja	7.001	6.787	3,1	3,1	2,8
Carne de frango	6.893	7.004	-1,6	3,1	2,9
Ca fé em grão	6.041	4.582	31,8	2,7	1,9
Carne bovina	5.794	5.359	8,1	2,6	2,2
Milho em grão	3.876	6.251	-38,0	1,7	2,6
Fumo em folhas	2.414	3.193	-24,4	1,1	1,3
Minério de cobre	1.805	1.826	-1,1	0,8	0,8
Carne suína	1.446	1.227	17,9	0,6	0,5
Algodão em bruto	1.357	1.106	22,6	0,6	0,5
Demais	7.477	7.428	0,7	3,3	3,1
SEMIMANUFATURADOS	29.066	30.526	-4,8	12,9	12,6
Açúcar em bruto	7.450	9.164	-18,7	3,3	3,8
Celulose	5.291	5.179	2,2	2,4	2,1
Semimanufaturados de ferro/aço	3.195	2.710	17,9	1,4	1,1
Couros e peles	2.937	2.492	17,8	1,3	1,0
Ferro-ligas	2.746	2.351	16,8	1,2	1,0
Ouro em forma semimanufaturada	1.470	2.133	-31,1	0,7	0,9
Ferro fundido	1.032	1.069	-3,5	0,5	0,4
Óleo de soja em bruto	999	1.215	-17,8	0,4	0,5
Alumínio em bruto	637	790	-19,3	0,3	0,3
Madeira serrada	425	353	20,3	0,2	0,1
Catodos de cobre	296	631	-53,1	0,1	0,3
Demais	2.589	2.439	6,2	1,2	1,0
MANUFATURADOS	80.211	92.945	-13,7	35,6	38,4
Aviões	3.430	3.830	-10,4	1,5	1,6
Óleos combustíveis	3.428	3.869	-11,4	1,5	1,6
Automóveis de passageiros	3.194	5.485	-41,8	1,4	2,3
Autopeças	2.579	3.306	-22,0	1,1	1,4
Óxidos e hidróxidos de alumínio	2.409	1.860	29,5	1,1	0,8
Motores para veículos	2.187	2.609	-16,2	1,0	1,1
Açúcar refinado	2.009	2.678	-25,0	0,9	1,1
Plataforma p/extração de petróleo	1.983	7.736	-74,4	0,9	3,2
Polímeros plásticos	1.967	1.921	2,4	0,9	0,8
Máquinas para terraplanagem	1.906	1.789	6,6	0,8	0,7
Motores e geradores	1.827	1.869	-2,3	0,8	0,8
Laminados planos	1.565	1.212	29,1	0,7	0,5
Veículos de carga	1.494	2.211	-32,4	0,7	0,9
Bombas e compressores	1.392	1.387	0,4	0,6	0,6
Tubos de ferro fundido	1.347	811	66,0	0,6	0,3
Pneumáticos	1.321	1.411	-6,4	0,6	0,6
Demais	49.602	52.792	-6,0	22,0	21,8
OPERAÇÕES ESPECIAIS	6.267	5.540	13,1	2,8	2,3
TOTAL	225.101	242.034	-7,0	100,0	100,0

Janeiro-dezembro/2014: 253 dias úteis; Janeiro-dezembro/2013: 253 dias úteis

Fonte: MDIC (2014c).

Na tabela apresentada o grupo de produtos básicos é o que apresenta maior participação na pauta exportadora atual, seguido pelos manufaturados, que possui o segundo maior percentual de participação e pelos semimanufaturados. No primeiro grupo o destaque vai para o minério de ferro, que apresentou significativa queda de valor exportado de 2013 para 2014 (-20,5%), a soja em grão e o petróleo em bruto, que mantiveram o crescimento do valor exportado. No grupo seguinte, os aviões e os óleos combustíveis apresentam maior evidência no valor exportado e também chama a atenção a quantidade de produtos manufaturados que sofreram drásticas reduções no valor exportado de 2013 para 2014, a exemplo dos automóveis para passageiros (-44,8%) e das plataformas para extração de petróleo (-74,4%). No grupo dos semimanufaturados há a proeminência do açúcar em bruto, apesar de ter apresentado uma diminuição de -18,7% do valor exportado de 2013 para 2014, bem como da celulose e dos semimanufaturados de aço/ferro. Destarte, é possível notar que, nestes últimos anos, além da involução apresentada nos percentuais dos produtos básicos, as exportações de manufaturados caíram de maneira preocupante.

Nesse âmbito cabe ainda entender o que se passa na pauta de importação brasileira atual, conforme dados contidos na Tabela 8, a seguir.

Tabela 8 – Importação brasileira por categoria de uso jan.-dez. 2014/2013 (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2014/13 p/média diária	Part. %	
	2014	2013		2014	2013
Bens de Capital	47.713	51.653	-7,6	20,8	21,6
Matérias-primas e intermediários	102.975	106.532	-3,3	45,0	44,5
Bens de Consumo	38.825	40.963	-5,2	17,0	17,1
- Não-duráveis	18.555	18.735	-1,0	8,1	7,8
- Duráveis	20.270	22.228	-8,8	8,9	9,3
Automóveis	7.676	9.081	-15,5	3,4	3,8
Combustíveis e lubrificantes	39.518	40.502	-2,4	17,3	16,9
- Petróleo	15.533	16.320	-4,8	6,8	6,8
- Demais	23.985	24.182	-0,8	10,5	10,1
Total	229.031	239.650	-4,4	100,0	100,0

Janeiro-dezembro/2014: 253 dias úteis; Janeiro-dezembro/2013: 253 dias úteis

Fonte: MDIC (2014d, p.6)

Na Tabela 8 aqui exposta, o detalhamento das informações é feito considerando as classificações por categorias de uso, (o destrinchamento dessas classificações pode ser visualizado no anexo A), que conforme explica Cartemol (2005) torna mais clara a análise da composição da pauta de importações de um país. As diretrizes para essa classificação são estabelecidas pelo Departamento de Estatística do Secretariado das Nações Unidas. O objetivo da Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE) das Nações Unidas é harmonizar os conceitos de bens de capital, bens de consumo e intermediários entre países para que sejam possíveis comparações internacionais.

A análise da Tabela 8 evidencia que todas as categorias apresentam redução de valor exportado de 2013 para 2014. No entanto, ainda é possível notar uma grande participação das importações dos bens de capital – com destaque para a maquinaria industrial, artes e peças para bens de capital para indústria e máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico – e das matérias-primas e intermediários – grupo no qual os produtos intermediários (partes e peças), os produtos químicos e farmacêuticos e os produtos minerais figuram como mais importados. Contudo, vale salientar que esse declínio significativo percebido nas importações de bens de capital não ocorreu apenas em função da produção interna do setor, mas principalmente pelo decréscimo de produção industrial como um todo. Nesse sentido, o mesmo autor supracitado ressalta que os bens de capital são vistos como manufaturados de alto valor agregado e se por um lado a exportação destes bens pode significar um indício de qualidade da estrutura produtiva de um país, por outro sua importação nem sempre traz benefícios ao país, visto que, apesar do fato destes bens de capital estrangeiros aportarem tecnologia incorporada de grande relevância para a indústria de um país, a capacidade de produzi-los pode ser de maior importância para um processo de desenvolvimento de longo prazo.

Logo, para finalizar este tópico e entender um pouco mais sobre o caráter deficitário da balança comercial tecnológica do Brasil, cabe citar a reflexão de Ouriques (2010b):

Assim como a economia política inglesa sabe desde William Petty que um país pode destinar suas exportações para muitos países e empobrecer, o pensamento crítico sabe que um país pode destinar suas exportações para muitos países e não mudar um milímetro sua posição na divisão internacional do trabalho. (...) De fato, o Brasil exporta produtos agrícolas e minerais para muitos países do mundo sem que supere o subdesenvolvimento e a dependência; ao contrário, se pode afirmar que esta é uma das razões pelas quais seguimos no atoleiro do subdesenvolvimento.

Dessa maneira, conforme aponta o referido autor, a dependência tecnológica e o padrão de desenvolvimento não mudam apenas a partir da diversificação dos parceiros comerciais, pois essas transformações passam por mudanças de natureza estrutural. Ainda conforme aponta Alves (2008) esse panorama advém, dentre outros fatores, da conjuntura de atraso econômico e social que se perpetua nos países latino-americanos, a despeito da adoção dos perfis modernistas e dos avanços que conseguiram conquistar na esfera técnico-científica.

Ouriques (2012) ressalta ainda que, os efeitos destrutivos da globalização tendem a apontar que resta apenas uma alternativa às economias latino-americanas: integração ou dependência. Para o citado autor, fora de uma alternativa emancipatória, em que a integração é parte fundamental, ao países latino-americanos só remanesce o papel de exportadores de produtos agrícolas e minerais. Entende-se assim, que a superação da dependência econômica, dentre vários outros fatores, se respaldaria também em um novo processo de integração. Na verdade, a integração inserida no processo de globalização reforça, inevitavelmente, a natureza dependente dos países do Sul. Assim, a partir deste ponto, este estudo busca compreender mais especificamente os desdobramentos de ordem estrutural relacionados à consolidação da dependência tecnológica brasileira

4.2 AS BASES ESTRUTURAIS E A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

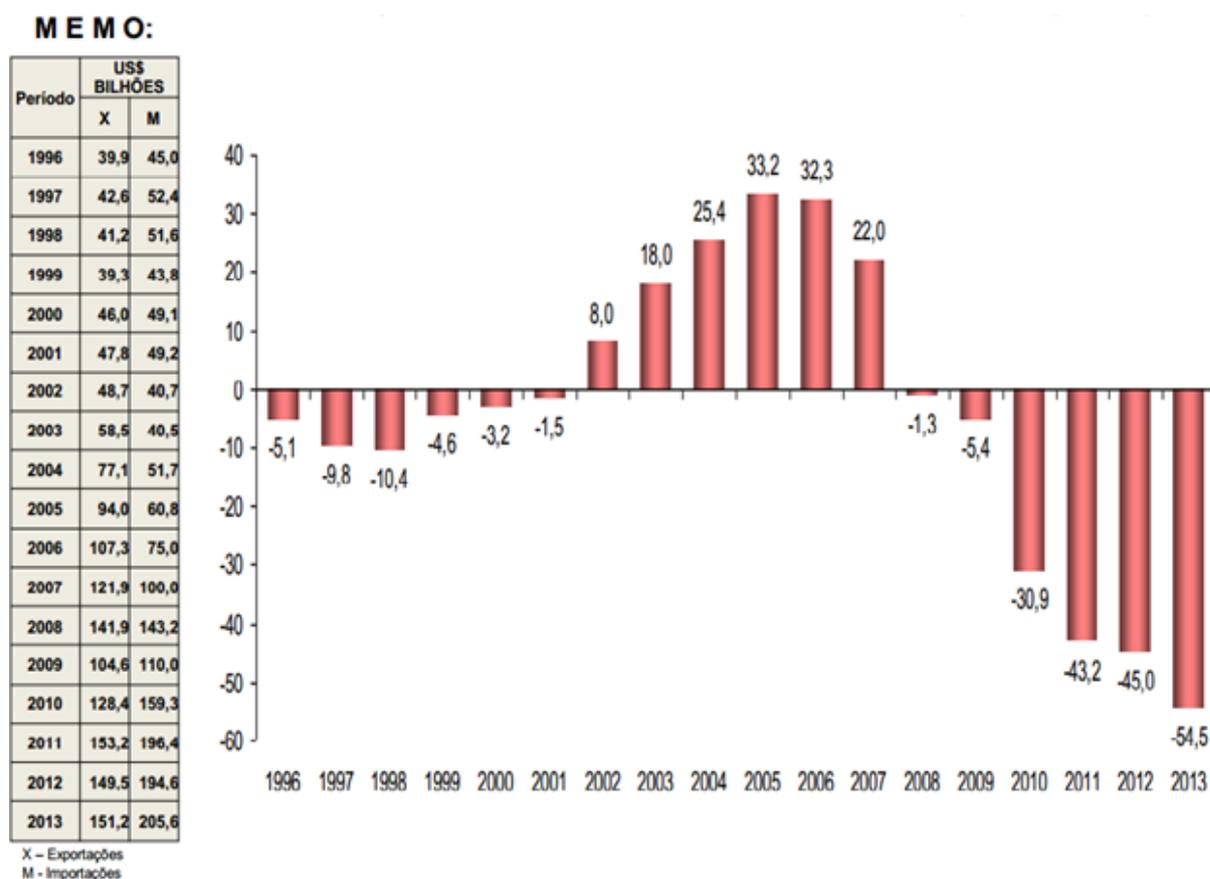
Nesse contexto de compreensão da composição da balança comercial brasileira, se faz necessária uma análise mais apurada do déficit tecnológico implícito nas trocas comerciais que o Brasil realiza com os outros países. Assim, conforme João Furtado (2011) assinala, é possível perceber que os efeitos do processo histórico de desenvolvimento do sistema econômico e do setor industrial brasileiro se perpetuam nas relações externas de caráter tecnológico da economia deste país, visto que o cenário contemporâneo pouco favorável à pesquisa científica e tecnológica advém de um modelo no qual recorrer à importação de máquinas traria a “solução tecnológica” necessária.

Destarte, a pauta exportadora brasileira tem se mantido inexpressiva e deficitária no que se refere à indústria de transformação. Nos últimos anos, a crise econômica mundial de 2008 que afetou bruscamente os EUA e os países da União Européia, configurou-se no principal fator desencadeante da forte queda das exportações dos produtos oriundos da indústria

brasileira que, somado ao impacto da elevação das importações desse mesmo tipo de produto (devido à força da demanda interna, aliada à valorização do câmbio), iniciou nesse mesmo ano um novo período com elevados déficits no saldo das trocas comerciais desta categoria, tornando o desenvolvimento da indústria de transformação ainda mais frágil (LAMUCCI, 2012).

Nesse sentido, a fim de melhor compreender esse cenário, o Gráfico 4 expõe a trajetória negativa do saldo dessa categoria entre os anos de 1996 a 2001, seguida por um período marcado pelo crescimento de resultados positivos de 2002 a 2007 e, posteriormente, a partir de 2008, os déficits cresceram em demasia ano após ano.

Gráfico 4 – Saldo da balança comercial de produtos industriais (US\$ bilhões)



Fonte: MDIC/Secex, elaboração Gomes e Cruz, (2014, p.14).

Essa configuração negativa da balança de produtos industriais está diretamente relacionada com a composição da pauta da balança tecnológica brasileira. Desse modo, a forma como esta se constitui requer o entendimento da metodologia criada pela OCDE¹⁴ para

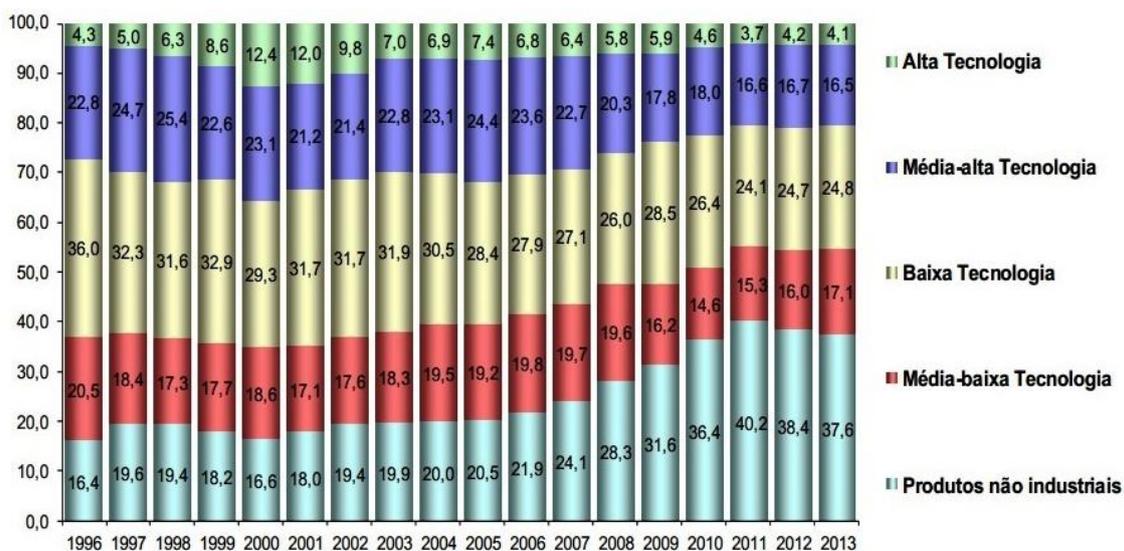
¹⁴ ISIC REV.3 technology intensity definition.

classificação dos grupos de indústrias por intensidade tecnológica. Os termos e exemplos utilizados nessa categorização são:

- a. **Alta tecnologia:** inclui as indústrias de aeronaves e veículos espaciais, setor farmacêutico, máquinas dos setores de informática, contabilidade e escritório, equipamentos de telecomunicações e instrumentos médicos;
- b. **Média-Alta Tecnologia:** engloba máquinas e equipamentos elétricos, indústria automobilística, produtos químicos (exceto os farmacêuticos), equipamentos ferroviários e relacionados a transporte, além de máquinas e equipamentos mecânicos;
- c. **Média-Baixa Tecnologia:** abarca os setores de construção e reparação naval, borracha e produtos plásticos, petróleo refinado e combustível nuclear, bem como os produtos oriundos de metais básicos e metais fabricados;
- d. **Baixa tecnologia:** nesta classificação constam produtos reciclados, madeiras, papel e celulose, alimentos, bebidas, fumo, têxteis, couros e calçados.

A partir dessa classificação, quando a composição da pauta de exportações brasileira é analisada, como consta no Gráfico 5, fica clara a proeminência das categorias de baixa tecnologia e produtos não industriais.

Gráfico 5 – Exportação brasileira: participação dos setores industriais por Intensidade tecnológica - classificação segundo critério da OCDE (%)



Fonte: MDIC/Secex, elaboração Gomes e Cruz, (2014, p.13).

No que concerne à importação, segundo registros do MDIC (2013a), a categoria de alta e média alta tecnologia vem desde 1997 representando percentuais de aproximadamente 60% a 70% do total importado, a maior fatia das importações do Brasil há muitos anos. Conforme ressalta Lamucci (2012), as empresas brasileiras privadas que já recorriam à importação de máquinas e equipamentos, passaram a também contar com licenciamentos e transferências de tecnologia em projetos que ultrapassam os limites passíveis de atendimento com a máquina ou conjunto de máquinas importados.

O fato é que, por conta do Brasil dispor de vantagens comparativas na produção de bens primários e semimanufaturados, sua pauta do comércio exterior se caracteriza pela concentração de bens de baixo valor agregado nas exportações – embora haja exceções referentes a segmentos tecnologicamente intensivos, como o caso das aeronaves –, enquanto nas importações são os bens de alta e média-alta tecnologia que predominam (SARQUIS, 2011). Dessa forma, mesmo que o Brasil apresente índices de competitividade crescentes em segmentos como o de produtos agrícolas, devido, entre outros fatores, às suas vantagens comparativas em recurso naturais, o núcleo do problema da competitividade, que se dá em bases industriais, continua a reforçar seu caráter dependente de tecnologia externa (FURTADO, J. 2011). Ademais, esse contexto também está diretamente relacionado aos gargalos estruturais fomentados pelo histórico de industrialização retardatária do Brasil, conforme bem assinalado por Salerno e Daher (2006, p.6), no documento intitulado “Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal (PITCE): balanços e perspectivas”:

A ênfase na substituição de importações e o foco quase que exclusivo no mercado interno, aliado ao forte protecionismo, criaram uma indústria grosso modo pouco competitiva internacionalmente, com foco principal na atividade fabril, sem maiores preocupações de desenvolver outras funções empresariais como pesquisa e desenvolvimento, concepção e projeto de produto, distribuição e marcas internacionais etc. Isso, aliado ao fato de que as empresas estrangeiras, de forma geral, trouxeram fábricas mas não centros de P&D ou de projeto de produto, seguindo a estratégia de lançar no país produtos projetados no exterior, ajuda a explicar, do ponto de vista histórico, a baixa taxa de inovação da indústria brasileira.

Nesse sentido, vale mencionar que, mesmo com a constituição de uma considerável infra-estrutura científica e tecnológica relativa às estratégias de desenvolvimento nacional nas décadas de 50, 60 e 70, – a exemplo do CNPq (1951) e CAPES (1951), direcionadas ao apoio e à capacitação de pessoas, além de outras como BNDES (1952) e FINEP (1967) criadas para

viabilizar instrumentos financeiros para promoção de atividades relacionadas à produção de tecnologia, bem como INPI (1970) e a EMBRAPA (1972) dedicadas às questões legais e laboratoriais – os caminhos da consolidação da política de substituição de importações no final da década de 50, tornou a importação de tecnologia a maior fonte de absorção tecnológica e capacitação da indústria (AUREA; GALVÃO, 1998). Assim, é possível perceber que o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro propiciou a deficiência de produção endógena de tecnologia e inovação, fator que contribuiu para a formação de seu caráter dependente de tecnologia externa e por consequência teve grande influência na constituição do quadro brasileiro atual da balança comercial tecnológica. Não obstante, esse contexto tem grande impacto não só nas trocas internacionais de mercadorias do Brasil, como também na atuação brasileira no comércio mundial de serviços, conforme o presente estudo se propõe a discutir.

Nesse âmbito, vale ressaltar que, em março de 2014, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Inglês *World Intellectual Property Organization* (WIPO), reportou que os EUA e a China conduziram a um número recorde de registro de patentes em 2013 e pela primeira vez o número anual de pedidos de patentes internacionais ultrapassou a casa dos duzentos mil (WIPO, 2014a). Nesta seara, a China vem se destacando desde os primeiros anos da década de 2000 e conforme citou Hassan (2013), ao interpretar a declaração de um membro oficial da OMPI, em 2006, com a emergência de novos centros de inovação na Ásia, com destaque para a China, o sistema de patentes e o futuro do crescimento mundial teriam seus indicadores geográficos alterados. Uma prova dessa alteração é a atual posição da China no ranking de registros sob o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (*PCT* é a sigla em Inglês) da OMPI: o País em questão ultrapassou a Alemanha, por alcançar o número de 21.516 registros contra 17.927 da potência alemã – com o Japão em segundo lugar e os EUA encabeçando a lista (WIPO, 2014a).

Desse modo, a China tem sido, de longe, o maior usuário do sistema de registros do *PCT* entre os países de renda média, seguido pela Índia (com 1.392 registros), Turquia (com 835), Brasil (com 661), África do Sul (com 350) e Malásia (com 310). O Brasil tem apresentado aumentos no número de registros obtidos a cada ano desde 2009, obtendo 12,2% de crescimento em 2013 em relação ao ano de 2012, representando o melhor desempenho da América Latina. No entanto, o Brasil ainda possui uma atuação inexpressiva em termos mundiais, estando inserido na região latino-americana que em 2013 representou apenas 0,7%

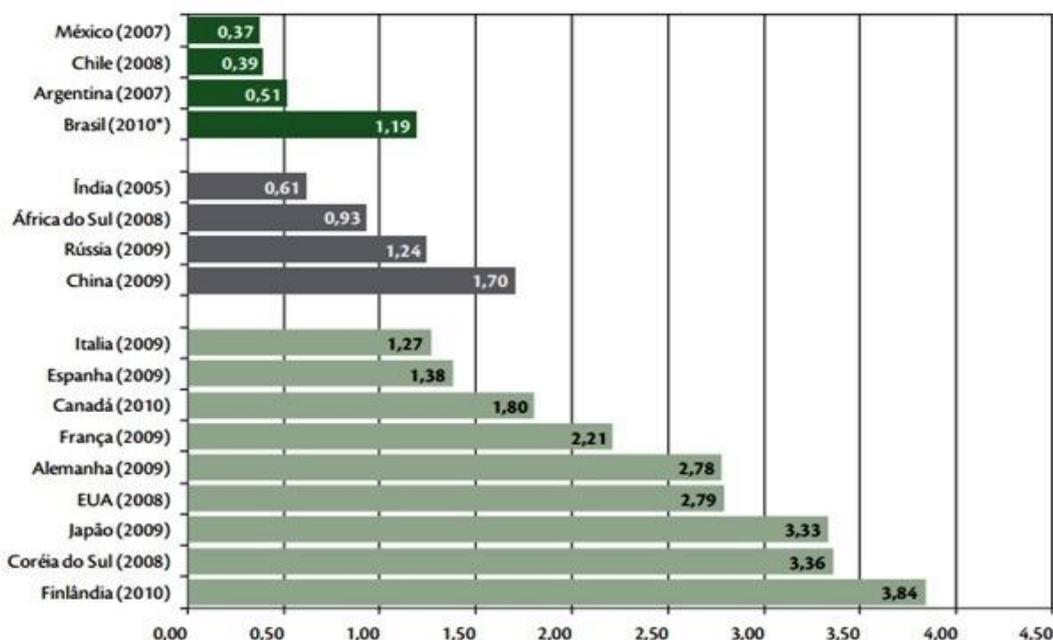
do total mundial de registros de patentes, enquanto que a Ásia obteve um percentual de 40,6% de participação nesse mesmo total (WIPO, 2014b).

A questão das patentes aqui apresentada é um dos reflexos da posição desfavorável em que o Brasil se encontra referente ao dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (P&D), cerca de 1,2% do PIB, que além de ser inferior ao de todos os países avançados e ao de outros membros dos BRICS, também apresenta-se abaixo dos gastos apresentados por economias de menor dimensão, a exemplo da Itália, Espanha, Coreia, Portugal e Cingapura, conforme informações constantes no documento do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI, 2012) sobre a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 e o Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Esse mesmo documento ainda informa que, apesar dos avanços realizados no período recente, é preciso ter em mente que alcançar um novo patamar de investimentos em CT&I não se refere apenas à ampliação do volume de recursos destinados a essa área, mas à modificação e ao aprimoramento estrutural de todo o arcabouço institucional de financiamento, bem como à garantia de direcionamento de uma parcela significativa e estável do orçamento público para o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, cabe ainda mencionar que, apesar da elevação dos investimentos em infraestrutura de pesquisa no Brasil nos últimos anos, De Negri (2012) assinala que o fraco entrosamento entre empresas e universidades no Brasil tem como uma de suas principais motivações a concentração do setor produtivo brasileiro em segmentos de baixa intensidade tecnológica, que acabam por demandar pouco do conhecimento que é produzido pelas instituições de pesquisa.

Nesse âmbito, faz-se necessário apresentar o Gráfico 6, a fim de melhor visualizar o posicionamento do Brasil no que se refere ao volume de recursos destinado às ações de P&D.

Gráfico 6 – Porcentagem do gasto total em P&D realizado pelas empresas e pelo governo, em Países selecionados



Fonte: MCTI (2012, p.41).

Após esta breve análise, cabe ainda uma reflexão sobre o porquê de outros países também considerados “recentemente industrializados” (*NICs*¹⁵), como a China, haverem conseguido não só notáveis avanços na seara tecnológica, como também as melhores colocações entre os países que apresentam a maior corrente de comércio exterior na atualidade.

4.3 TRAÇOS RELEVANTES DA RELAÇÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA

Conforme Mattos (2011) afirma, são evidentes os avanços e realizações da China no desenvolvimento da sua economia, bem como de sua sociedade e do seu quadro de ciência e tecnologia nos últimos anos. O referido autor ressalta ainda que, de modo semelhante, o Brasil tem demonstrado uma evolução quanto ao amadurecimento de sua sociedade, além do crescimento de sua economia com grande participação da agricultura e um reconhecimento crescente da relevância da ciência e tecnologia no desenvolvimento do País. Nesse âmbito,

¹⁵ *Newly Industrialized Countries.*

também cabe salientar que o progresso dos processos internos de ciência e tecnologia torna-se essencial à geração de inovação por parte desses países.

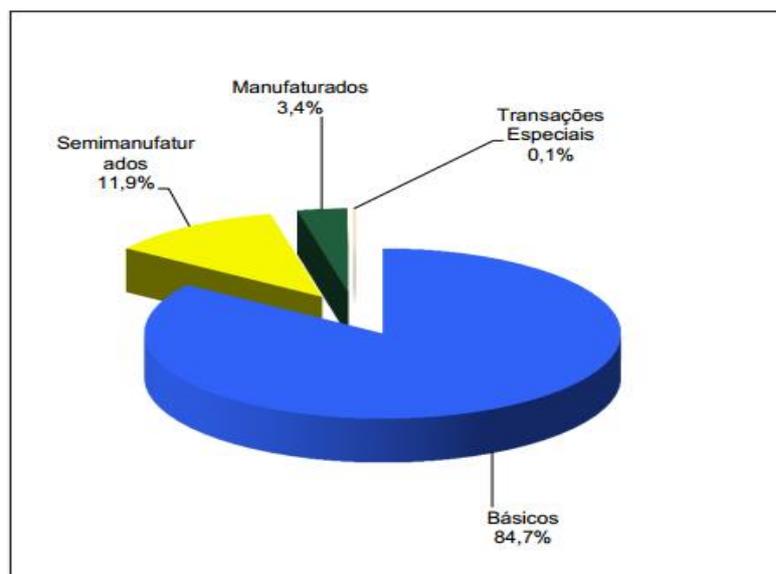
Nesse contexto, os dados a seguir, dispostos recentemente pela BrasilGlobalNet¹⁶ (2014) no relatório de Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais da China e seu intercâmbio com o Brasil, atestam a relevância da relação econômica entre esses dois países:

A China foi o principal parceiro comercial do Brasil, com participação de 17,3% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 125,7%, de US\$ 36,9 bilhões para US\$ 83,3 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 119,1% e as importações, 134,4%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 8,7 bilhões em 2013.

Desse modo, nota-se que a forte demanda chinesa por alimentos e matérias-primas (principalmente devido ao extraordinário crescimento de sua indústria), aliada às condições do cenário global contemporâneo, tem favorecido a especialização primário-exportadora do Brasil, que, dentre outros fatores, influencia a composição da pauta de exportações brasileira centrada em commodities, enquanto em contrapartida crescem as importações de produtos dos segmentos de média-alta e alta tecnologia para o consumo doméstico (MCTI, 2012). O Gráfico 7, a seguir, indica o quanto a China influi na configuração do Brasil como grande exportador de commodities, visto que as exportações brasileiras para a China compõem-se majoritariamente de produtos básicos, (sobretudo soja e minério de ferro), que representaram 84,7% do total em 2013.

¹⁶ “O portal **BrasilGlobalNet** é uma ferramenta de apoio às empresas brasileiras que buscam se lançar no mercado externo” (BRASILGLOBALNET, 2014).

Gráfico 7 – Exportações brasileiras para a China por fator agregado – 2013



Fonte: BrasilGlobalNet (2014).

Contudo, conforme documento do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) sobre a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 e o Balanço das Atividades Estruturantes 2011, esse panorama contribui para o aumento do risco de haver uma acomodação quanto a essa condição de primarização da pauta exportadora e suas vantagens, fator que pode desencadear consequências extremamente graves em termos de desenvolvimento do Brasil a longo prazo (MCTI, 2012). Assim, faz-se mister entender a importância da diversificação da balança comercial brasileira, especialmente quando atrelada aos benefícios que processos produtivos imbuídos em CT&I podem trazer.

Complementares economicamente, China e Brasil apresentam um vasto potencial para cooperação científica, sobretudo se levadas em consideração suas relações científicas bilaterais e políticas de CT&I (MATTOS, 2011). Ambos os países foram incluídos no grupo dos chamados BRICS, composto por Brasil, China, Índia, Rússia e agora a África do Sul, sigla criada por Jim O’Neill da Goldman Sachs (PRETO, 2011). Referente ao exposto, Holanda (2011) afirma que a intensificação das relações com a China acarretou alguns benefícios diferenciados ao Brasil, a exemplo do reforço da solidez da economia às turbulências internacionais, do aumento de sua atratividade aos investimentos externos, além do fortalecimento da presença brasileira nos BRICS e no G20 – um dos principais fóruns de tomadas de decisão e cooperação econômica internacional, composto por Argentina,

Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, EUA e União Europeia.

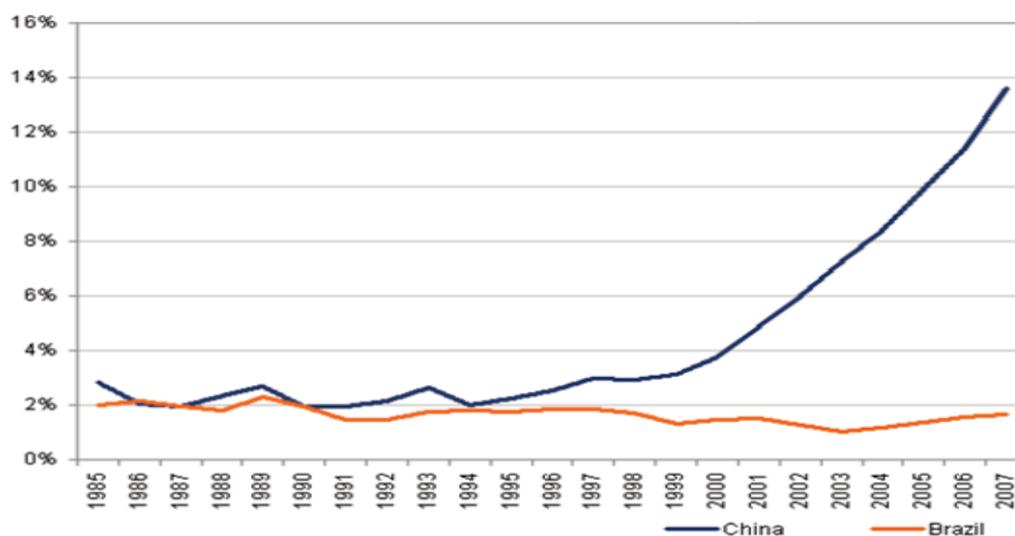
Cabe ainda ressaltar que tanto a China quanto o Brasil assumiram oficialmente o objetivo de incentivar a inovação em suas economias. No entanto, enquanto o primeiro tem se sobressaído pela alteração positiva da estrutura de seus indicadores de CT&I, especialistas acreditam que o segundo tem falhado em transformar seus avanços científicos em inovação (ARAÚJO, 2013). Logo, faz-se necessária a compreensão das diferenças básicas de condução desses dois contextos no que se refere ao desenvolvimento da economia alicerçado pelas ações em CT&I pelo Estado.

O IEDI (2011) fez algumas considerações sobre as principais distinções que podem explicar a alavancagem da China em CT&I em relação ao Brasil, dentre as quais podemos citar as mais relevantes:

- a. O crescimento acelerado da China, visto que este implica em forte recebimento de investimentos, que por consequência difunde produtividade e abre possibilidade de incorporar novas tecnologias;
- b. A escala da indústria chinesa, que permite a diminuição de custos e a realização de operações de natureza global, aliada à existência de um ambiente econômico que favorece a indústria em termos de infra-estrutura, salários, tributos e câmbio (fatores alinhados de forma a favorecer um desempenho cada vez mais competitivo da China);
- c. O planejamento, as capacidades de organização de interesses e de intervenção estatal também se configuram como diferenciais importantes da China em relação ao Brasil;
- d. Outro diferencial de destaque, que provavelmente ficará mais evidente na próxima década, refere-se à enorme ênfase na capacitação em larga escala de recursos humanos na China, comparativamente ao Brasil;
- e. Por fim, a inovação e o desenvolvimento tecnológico que na China compõem uma estratégia nacional de desenvolvimento e faz parte de uma agenda econômica clara e efetiva, se distingue da trajetória rotineira do Brasil, na qual a agenda de inovação é considerada como parte anexa de uma agenda de ciência e tecnologia e não como componente essencial da agenda de política econômica nacional.

Por meio dessas considerações, é possível compreender melhor os fatores que colaboraram para o crescimento exponencial da China nas áreas de CT&I, como o papel fundamental desempenhado pelo Estado na coordenação das políticas de ciência e tecnologia. Essas distinções ficam ainda mais claras se observados os Indicadores de Ciência e Engenharia (*SEI - Science and Engineering Indicators*) da Fundação Nacional de Ciência (NSF - *National Science Foundation*) – uma base de dados do governo dos EUA – dispostos na Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Valor adicionado na Indústria de Alta Tecnologia 1985-2007 (% do mundo)



Fonte: SEI e NSF, elaboração IEDI (2011).

Este gráfico mostra de forma bastante clara a evolução da agregação de valor na Indústria de Alta Tecnologia no período de 1985 a 2007, com destaque para o salto dado pela China na virada do milênio, enquanto índices inexpressivos perduram no caso brasileiro.

Assim, importa ainda ressaltar que o aumento da capacidade produtiva tecnológica e inovacional representa uma das principais consequências dos ganhos alcançados em um processo histórico que envolve o que Jabour (2013, p. 294) chama de “quadripé” chinês: “maximização do Estado, do planejamento, da propriedade privada e do mercado”. As lideranças chinesas além de entenderem que as políticas liberais dissuadidas a partir do Consenso de Washington não deveriam ser “copiadas” pelos países emergentes, ainda conseguiram tirar proveito das oportunidades presentes na nova conjuntura econômica global,

favorecendo seu projeto nacional de desenvolvimento, sobretudo no que concerne ao investimento nos setores produtivo e de infraestrutura (BELLUZZO, 2012). A fim de realçar esse quadro, Nassif (2013) menciona as considerações do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, o qual enfatiza a dificuldade de progresso da industrialização brasileira nos últimos 30 anos, mesmo período em que, com a internacionalização das cadeias produtivas, o núcleo da indústria mundial transferiu-se para a Ásia, com destaque para a China.

Dessa maneira, nota-se que o dinamismo chinês das últimas décadas configura-se em um exemplo para as potências emergentes, como o Brasil, contribuindo em alto grau para a confirmação da multipolaridade mundial pós-revolução científico-técnica, sobretudo referente ao desenvolvimento da capacidade produtiva, por meio de esforços conjuntos de Estado e indústria para favorecer a capacitação científica, tecnológica e inovacional.

5.0 REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS DO CONTEXTO INTERNACIONAL

Em meados dos anos 1960, já se podia notar alguns dos diversos problemas que indicavam a proximidade do declínio do regime fordista de acumulação de capital. A partir de então, teve início o período de transição deste para o regime de acumulação flexível, conforme assinalado por Harvey (2007). Ainda segundo o autor mencionado, esse novo cenário de flexibilidade foi marcado por uma despadronização da produção então caracterizada pela rigidez do fordismo, com base em diversos fatores, como a busca por novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica das plantas produtivas (levando em conta uma maior maleabilidade no controle da força de trabalho), as novas formas de fornecimento de serviços financeiros e principalmente a intensificação dos processos envolvendo ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Nesse sentido, cabe ressaltar que Botelho (2008) também compartilha deste mesmo pensamento de regime de “produção flexível”, caracterizado como um novo estágio no qual um conjunto de novas práticas são assumidas frente à crise pela qual passava o capitalismo em meados dos anos 1970.

Nesse contexto, Harvey (2007) também aponta para o surgimento de um movimento que chamou de “compressão espaço-tempo” pelo qual as tomadas de decisões e ações em uma organização aliadas à transmissão de informações de mercado, ultrapassam os limites geográficos num ritmo crescente de velocidade. A fim de compreender os caminhos para esse movimento, cabe citar Boyer (1990), que trata do modo de regulação como um conjunto de leis, regras ou regulamentos (não obrigatoriamente formalizados), utilizados para garantir a unidade e progressão geral coerente do regime de acumulação. Ainda conforme se pode refletir a partir dos aspectos ressaltados por este mesmo autor, esses elementos regulatórios estimulam a flexibilização da produção e da organização do trabalho, além de propiciarem a difusão tecnológica, especialmente no que concerne às tecnologias de informação e comunicação (TICs). Logo, a questão da “compressão espaço-tempo” está diretamente relacionada ao novo modo de regulação adotado, pois foi com o auxílio deste mecanismo que ocorreram transformações significativas no contexto internacional, como a transposição de barreiras transfronteiriças em função das novas configurações produtivas.

Referente à relação entre o regime de acumulação e o modo de regulação, Sampaio (2003, p.5) assinala:

(...) O regime de acumulação é uma forma específica assumida pelo processo de acumulação capitalista, cujo objetivo precípua é assegurar a acumulação do capital, através da absorção ou repartição, no tempo ou no espaço, de suas distorções e seus desequilíbrios, dando uma idéia de “coerência” ao processo. O modo de regulação, por sua vez, deve ser analisado e entendido como todos os comportamentos institucionalizados, formais ou informais, que tenham o objetivo de reproduzir, sustentar e tornar compatível com a “coerência” do regime de acumulação as decisões dos agentes econômicos, que, a priori, são individuais e independentes. Dentro desta perspectiva, regime de acumulação e modo de regulação são faces de uma mesma moeda que sustentam um modelo de desenvolvimento sob o modo de produção capitalista.

Desse modo, as circunstâncias dessa conjuntura auxiliaram na mundialização dos efeitos da revolução científico-técnica a partir dos anos 1970 e 1980, porém, como afirma Martins (2011), apesar dessa revolução inicialmente generalizar o paradigma microeletrônico e criar as bases materiais da globalização, seu choque com os fundamentos econômicos e jurídico-políticos do capitalismo então vigentes dificultou o estabelecimento de uma gestão global, acirrou a concorrência mundial a favor dos países centrais (inclusive com o respaldo de instâncias como a ONU e seus organismos econômicos) em detrimento dos países periféricos¹⁷.

Sobre a contextura do novo padrão de acumulação instaurado, Filgueiras e Oliveira (2013, p. 85), enfatizam, de maneira clara e resumida, as principais características que auxiliam no entendimento desse padrão construído com base na hegemonia política e econômica do capital financeiro. São elas:

1- Enorme assimetria de poder entre capital e trabalho, a favor do primeiro (...). 2- Adaptação operacional das empresas produtivas à lógica financeira / rentista (...). 3- Elevado grau de exploração da força de trabalho e redução da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional (...). 4- Desregulamentação e liberalização dos mercados em geral, e dos mercados financeiros em particular (...). 5- Apropriação direta dos Estados pelo grande capital, em especial o capital financeiro.

Destarte, conforme Castells (2005) enfatiza, a emergência desse novo paradigma tecnológico, marcado sobretudo pela evolução das tecnologias de comunicação e informação a partir dos anos 60, se difundiu de forma assimétrica pelo mundo. Nesse sentido, Dupas (1999), chama a atenção para a questão da exclusão social pela precarização do trabalho, que passou a ocorrer principalmente nos países periféricos, devido à flexibilização laboral

¹⁷ Configuração centro-periferia do sistema mundial capitalista, cf. WALLERSTEIN, 2004.

acarretada pelo novo regime de acumulação, o qual, a partir dos efeitos da revolução científico-técnica, viabilizou a fragmentação da cadeia produtiva global de empresas transnacionais, possibilitando assim uma profunda alteração nos padrões de produção, nos sistemas de gestão e na forma de utilização da mão-de-obra no mundo.

Não obstante, esse novo contexto, no qual os moldes de produção industrial foram reformulados pelos avanços conquistados nos mais variados patamares de conhecimento científico – com destaque para as áreas de automação, microeletrônica e informatização –, teve como consequência uma onda crescente de inovação que se deu primeiramente nos países então posicionados na dianteira do desenvolvimento científico, como Estados Unidos, Japão e as mais importantes economias da Europa, (encabeçadas pela Alemanha), com recente expansão para outros países como a Coreia e a China (MCTI, 2012). Alguns desses países em desenvolvimento inicialmente se utilizavam da estratégia do *catching up* que, segundo define Castells (2005), seria uma prática típica dos países em atraso para fomento de seu crescimento econômico, de maneira formal ou informal, por meio da importação e transferência de tecnologia e conhecimento. Sobre isto, Chiarini e Silva (2014, p.3) enfatizam que “O ritmo de crescimento econômico de uma nação é intrínseco ao ritmo de suas atividades inovativas endógenas, que por sua vez podem se beneficiar do fluxo de tecnologia e conhecimento vindos do exterior”.

Esse contexto sinaliza bem a necessidade de adequação sentida por esses países referente aos ditames da “sociedade do conhecimento”, fortalecida por um ciclo ascendente pelo qual o conhecimento gera produtos e processos inovadores, que passam conseqüentemente a auxiliar na construção de mais conhecimento – movimento que contribui para concentrar o foco de grande parte da economia mundial em atividades baseadas em alto conteúdo tecnológico e conhecimento (KUBOTA; SALERNO, 2008). Apresentando uma visão bastante diversa, Sachs¹⁸ (2000), em seu artigo intitulado “*A new map of the world*” na revista *The Economist*, ressaltou que um país não precisa necessariamente deter inovações próprias para avançar tecnologicamente, pois também pode fazê-lo pela adoção de tecnologias externas por meio de três principais canais: importação de tecnologia nos bens de consumo e de capital, licenciamento de tecnologias de detentores de patentes e atração de investimento direto estrangeiro (IDE), visto que, desse modo, uma multinacional detentora de tecnologia

¹⁸Jeffrey D. Sachs é economista, especialista em Desenvolvimento Sustentável, diretor do *The Earth Institute*, conselheiro da Organização das Nações Unidas e Professor da Universidade de Columbia. Para mais informações, cf. SACHS, 2014.

própria estabelece sua produção dentro das fronteiras do país no qual atua. Isso, porém, só faz sentido se houver uma política interna paralela de formação de capacitação local, a exemplo do que ocorreu nos países asiáticos que passaram a articular a importação de tecnologia com a formação de capacitação interna.

Dessa forma, cabe enfatizar que o novo paradigma tecnológico, pautado nas inovações em processos e produtos, influenciou diretamente nesse deslocamento de empresas de países centrais para regiões ou países periféricos devido ao baixo custo de produção destes, aspecto que reforçou o termo “*NICs*”, *Newly Industrialized Countries*, (em Português significa Países Recentemente Industrializados), referente aos países receptores desses investimentos – com grande destaque para a atuação do Brasil como *NIC* nos anos 1970 e a relevância do ingresso da China a essa categoria nos anos 1980 (CASTRO; CASTRO, 2012). Contudo, como visto no decorrer deste estudo, alguns desses países periféricos, como o Brasil, apresentaram-se deficientes quanto à internalização de tecnologia adquirida externamente, desenvolvendo baixa aptidão para investir em linhas próprias de inovação, cenário que colaborou para que a especialização produtiva brasileira girasse em torno de commodities e bens menos intensivos em tecnologia.

Nesse contexto, conforme mencionado anteriormente neste estudo, um panorama industrial voltado a bens com maior tecnologia agregada, tende a ser mais intensivo em serviços, setor relevante para o desenvolvimento não só de uma economia no contexto nacional, como também a nível global. Posto isto, cabe explicar a importância do desenvolvimento do comércio de serviços no mundo.

5.1 EVOLUÇÃO DA RELEVÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

O caráter tardio da industrialização brasileira caracteriza o país como “*latecomer*” ou “retardatário” quanto a seu processo de desenvolvimento industrial (Suzigan, 1988). Nessa mesma linha, os países emergentes (ou semiperiféricos) são atores recentes no processo de expansão internacional dos negócios e Fleury e Fleury (2007) os definem como “*Late movers*” ou “entrantes tardios”. O Brasil encaixa-se nessa categoria dos entrantes tardios (*late movers*), termo que se debruça sobre as empresas de países em desenvolvimento ou emergentes que começam a atuar tardiamente em um determinado ramo de mercado no

âmbito internacional. Essas empresas passaram a competir globalmente já numa fase mais madura de consolidação e intensificação das transações comerciais no mercado internacional. Os países desenvolvidos são, geralmente, os primeiros a alcançarem a atividade comercial nesse mercado externo, caracterizados como primeiros entrantes (*first movers*), visto que dispunham de condições de entrada no mercado global distintas daquelas possuídas pelos entrantes tardios (BARTLETT; GHOSHAL, 1992). Como exemplo dessas condições, pode-se mencionar as vantagens comparativas referentes à tecnologia e inovação na produção.

Destarte, assim como nos demais países latino-americanos, a abertura comercial brasileira para a economia mundial se deu de maneira modesta, principalmente em comparação ao caso dos países asiáticos, conforme Salama (2011, p.179) exemplifica que a participação por exportações de bens e serviços do Brasil “(...), no comércio mundial, era, em 1988, de 1%, ou seja, um pouco menos que a da China (1,5%) e de 1,2% em 2008 contra um grande voo de 8,9% da China”. O referido autor explica ainda que, uma maior flexibilidade dos aparelhos industriais dos países asiáticos, bem como seu alto grau de adaptabilidade da especialização produtiva de origem central, proporcionaram a estes uma maior capacidade de desenvolvimento de produtos de média e alta tecnologia.

Nesse âmbito, Nummela, Saarenketo e Puumalainen (2004) defendem que os aspectos impulsionadores da expansão internacional seriam a busca por uma maior capacidade competitiva, já que a internacionalização promove especialização e qualidade na produção, e a aquisição de conhecimento de mercado, chamado de orientação global ou *global mindset*. Essa necessidade de conhecer o mercado a fim de vencer a concorrência comercial se deve ao fato de que a globalização desencadeia o desenvolvimento de semelhanças estruturais referentes à demanda, além da homogeneidade estrutural de oferta dos diversos países – fatores que fomentam uma competição comercial não apenas voltada para o produto, mas sobretudo para a tecnologia dos processos produtivos (SVETLICIC, 1993, apud KON, 1999, p. 44).

Sobre isso, cabe ressaltar que – de acordo com o relatório do CNI (2007) sobre o setor de serviços na América Latina – muitas vezes o processo de desenvolvimento e produção de um bem está diretamente ligado ao comércio indireto de serviços, (a exemplo dos serviços de design, pesquisa de mercado, assistência jurídica, marketing etc.). Esse relatório ainda salienta que a exportação de serviços também pode promover a exportação de bens industrializados (a exemplo dos insumos para prestação de serviços de engenharia civil).

Desse modo, faz-se necessário entender a evolução da temática do comércio internacional de serviços, brevemente abordada na passagem a seguir:

Tradicionalmente, no âmbito dos fluxos econômicos, os serviços têm sido considerados (*non-tradable*) devido à sua natureza não-material. À medida que, com a mudança tecnológica, os processos produtivos dos bens passaram gradativamente a se revelar intensivos em serviços, a eficácia da distribuição internacional das mercadorias e da difusão do conhecimento e da informação assume papel significativo no sistema econômico globalizado. Conseqüentemente, também se elevam a intensidade e a velocidade da comercialização internacional de serviços, que, na atualidade, são reconhecidos como mundialmente comercializáveis (*tradable*). (KON, 1999, p.43).

Assim, nota-se que a pauta sobre o comércio internacional de serviços só veio a ganhar força em período recente, visto que, pelo conceito tradicional do mercado, até pouco tempo era considerada como pouco viável.

Representando cerca de 63,4% do PIB mundial de 2013 (CIA, 2014), o setor de serviços caracteriza-se como uma peça fundamental nessa nova engrenagem da economia global. Vale ressaltar que, embora as negociações do Acordo Internacional de Serviços (GATS) – para regulamentar a liberalização dos serviços globalmente – tenham ocorrido em 1994, com o acordo entrando em vigor em janeiro de 1995, bem como a discussão desse assunto tenha feito parte de diversos debates da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituída em 1995, apenas a partir do século XXI as informações sobre esse tema foram mais amplamente propagadas, sobretudo na comunidade acadêmica (DIAS, 2004). Cabe ainda destacar que o setor de serviços desempenha papel fundamental na geração de empregos no mundo e que as empresas desse setor estão inseridas no contexto de revolução tecnológica desencadeada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (SILVA, 2006). Logo, cabe aqui citar de que forma o GATS, em seu artigo I, – conforme tradução em Português pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2014) e explicação pelos autores HIRSCHFELD, KÖNIG e BACHUROVA (2009) – define as transações internacionais de serviços de acordo com o modo de suprimento destes:

- a. Modo 1: prestação de serviço do território de um membro ao território de qualquer outro membro. Exemplo: aconselhamento jurídico por meio eletrônico, banco on-line ou telemedicina.

- b. Modo 2: prestação de serviço no território de um membro aos consumidores de serviços de qualquer outro membro. Exemplo: turismo internacional.
- c. Modo 3: serviço prestado pelo prestador de serviços de um membro, por intermédio da presença comercial, no território de qualquer outro membro. Exemplo: serviços prestados por um subsidiário, agência ou filial.
- d. Modo 4: serviço prestado pelo prestador de serviços de um membro, por intermédio da presença de pessoas naturais de um membro no território de qualquer outro membro. Exemplo: serviços fornecidos por um profissional de tecnologia da informação trabalhando no exterior.

Ainda segundo o artigo I, o GATS estabelece que entende-se por “serviços” qualquer serviço em qualquer setor com exceção daqueles prestados no exercício da autoridade governamental, visto que estes não são prestados em bases comerciais, nem em competição com um ou mais prestadores. No entanto, os órgãos que dispõem de dados estatísticos relacionados aos serviços utilizam o termo “serviços comerciais” para deixar claro quando as informações não incluem a categoria de serviços governamentais. Mais adiante, no tópico 2.2, são abordadas a definição dos serviços por categorias, bem como é feita a classificação desses serviços para compor a respectiva conta no balanço de pagamentos dos países.

Nesse contexto, conforme assinala Gandelman (2004), importa ainda ressaltar no mesmo período em que foram finalizadas as discussões sobre o GATS, no ano de 1994, foi estabelecido, também no âmbito da OMC, o acordo do *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)*, ou, em Português, Aspectos do direito de propriedade intelectual relacionados com o comércio, pelo qual se buscou regulamentar a liberalização do comércio de propriedade intelectual¹⁹. Desse modo, abriu-se espaço para a “commoditização” do conhecimento, detido principalmente pelas economias mais avançadas, reforçando ainda mais a discrepância entre o arcabouço tecnológico destas e aqueles dos países em desenvolvimento, oriundos da periferia do sistema-mundo.

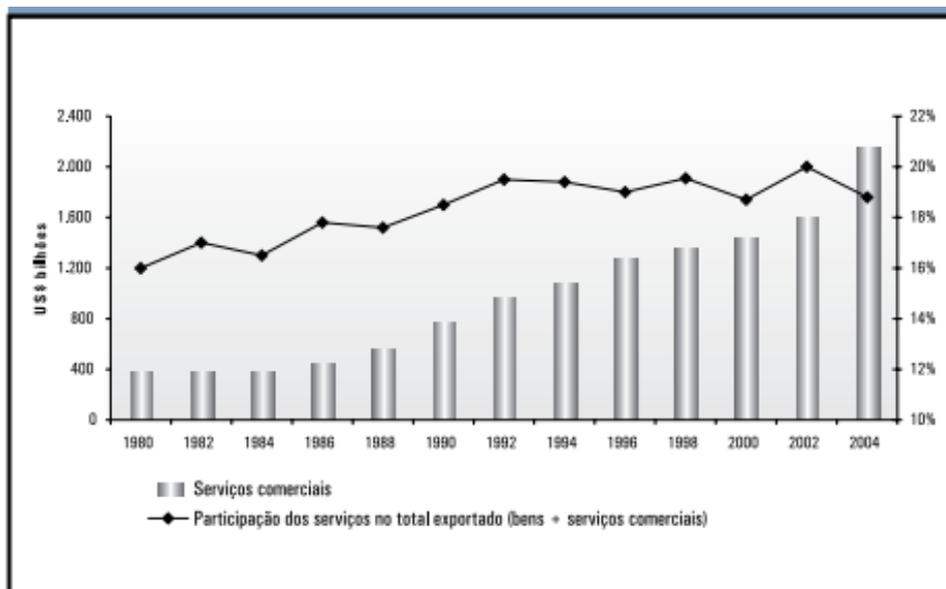
Assim, é possível notar que no decorrer dos anos 1990, aumentou-se o interesse e reconhecimento mundial relacionado ao comércio internacional de serviços. No Gráfico 9, é possível notar o crescimento da participação do setor de serviços comerciais²⁰ (em termos de

¹⁹ Envolve proteção de patentes, direitos autorais, marcas, desenhos de circuitos integrados, desenho industrial, indicações geográficas e segredos de comércio.

²⁰ Classificação na qual os serviços governamentais são excluídos.

volume e em termos percentuais) no comércio internacional do período que vai de 1980 a 2004.

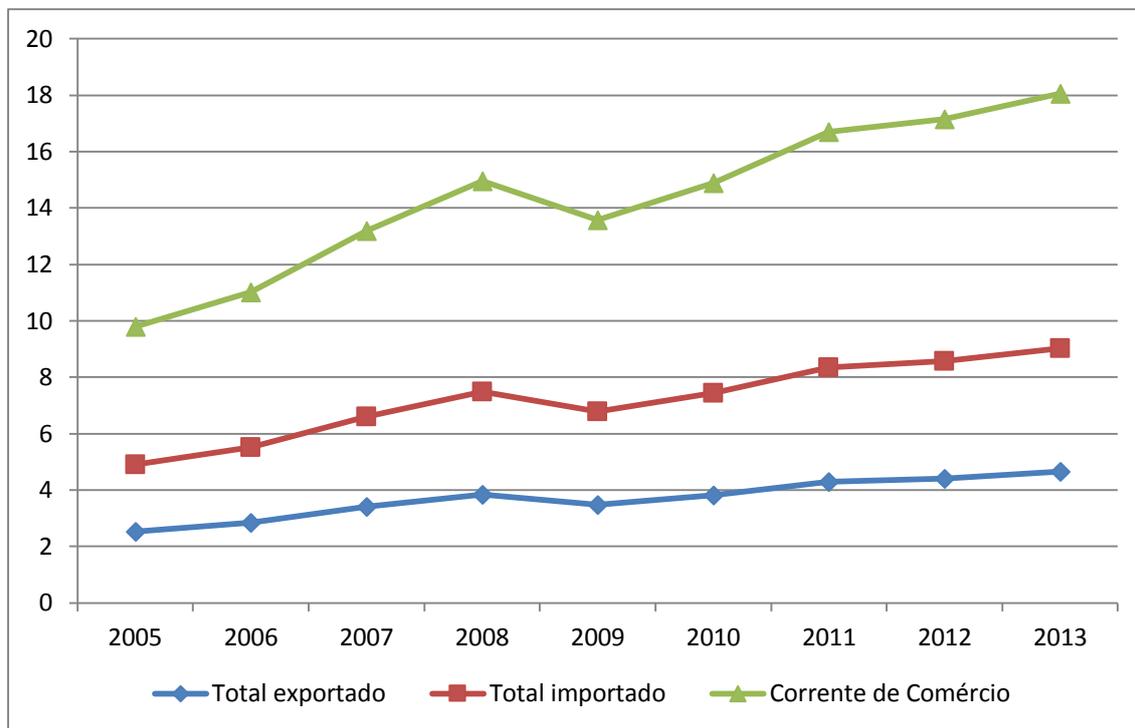
Gráfico 9 – Participação dos serviços comerciais no total das exportações mundiais 1980 a 2004 (US\$ bilhões)



Fonte: MAURER, 2006 apud CNI (2007, p.17).

Mais adiante, no Gráfico 10 também é possível enxergar a relação entre o crescimento das exportações e importações, além da corrente de comércio de serviços comerciais no mundo no período compreendido entre os anos de 2005 e 2013.

Gráfico 10 – Mundo: exportações, importações e corrente de comércio de serviços comerciais 2005-2013 (US\$ trilhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Desse modo, é possível notar que a participação do setor de serviços no comércio internacional tem sido ampliada de forma crescente, sobretudo devido à evolução das áreas relacionadas à tecnologia da informação.

A exportação de serviços pode ser de grande relevância para o desenvolvimento estratégico de um país, a exemplo do que tem ocorrido em países emergentes, como a Índia que tem experimentado um vertiginoso crescimento das exportações de serviços relacionados à tecnologia da informação – visto que as empresas globais têm optado pela terceirização de certas funções administrativas em países de baixo custo – além da questão turismo (intensivo em mão-de-obra) que tornou-se uma atividade significativa para a economia de muitos países de baixa renda. (CALI; ELLIS; TE VELDE, 2008).

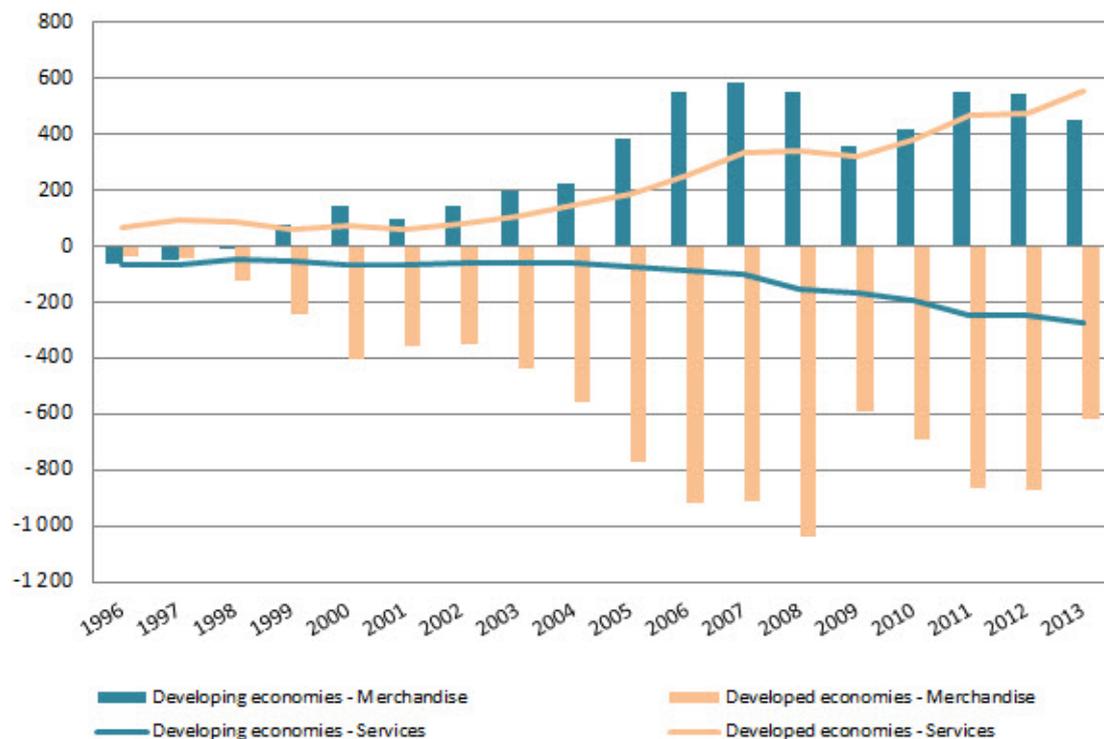
Conforme aponta o MDIC (2013b), diversos serviços, a exemplo daqueles relacionados a áreas como turismo, audiovisual, entretenimento, consultoria, software, transporte de cargas e passageiros, manutenção, entre outros, são comercializados de maneira isolada ou em conjunto com a venda de bens. Segundo dados do relatório anual de estatísticas do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (WTO, 2014), as exportações mundiais de serviços comerciais alcançaram a cifra de US\$ 4,62 trilhões em 2013, valor 6% acima do

total de US\$ 4,25 trilhões obtido em 2012. De acordo com dados estatísticos da UNCTAD, de 2003 a 2013, houve um crescimento de aproximadamente 150% das exportações mundiais de serviços comerciais, enquanto as respectivas importações cresceram cerca de 144%, no mesmo período.

Segundo Pereira, Sennes e Mulder (2009) assinalam, a crescente relevância dos serviços para a economia, o emprego e o comércio tem sido uma tendência comum tanto para os países considerados avançados, como para aqueles em desenvolvimento. Os citados autores também ressaltam que os serviços podem ser considerados insumos imprescindíveis a muitas atividades, agindo de forma crucial na promoção do crescimento econômico e produtividade, por meio da melhora dos procedimentos de intermediação financeira, da infraestrutura, do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs), da educação, da saúde e até do aparelho do Estado.

Contudo, de acordo com dados da UNCTAD, o saldo das trocas comerciais tanto de bens quanto de serviços de países desenvolvidos e em desenvolvimento continuam a convergir. Esse quadro pode ser visualizado pelo Gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 – Países desenvolvidos e em desenvolvimento: saldos das balanças de bens e serviços 1996-2013 (US\$ bilhões)



Fonte: UNCTAD (2014).

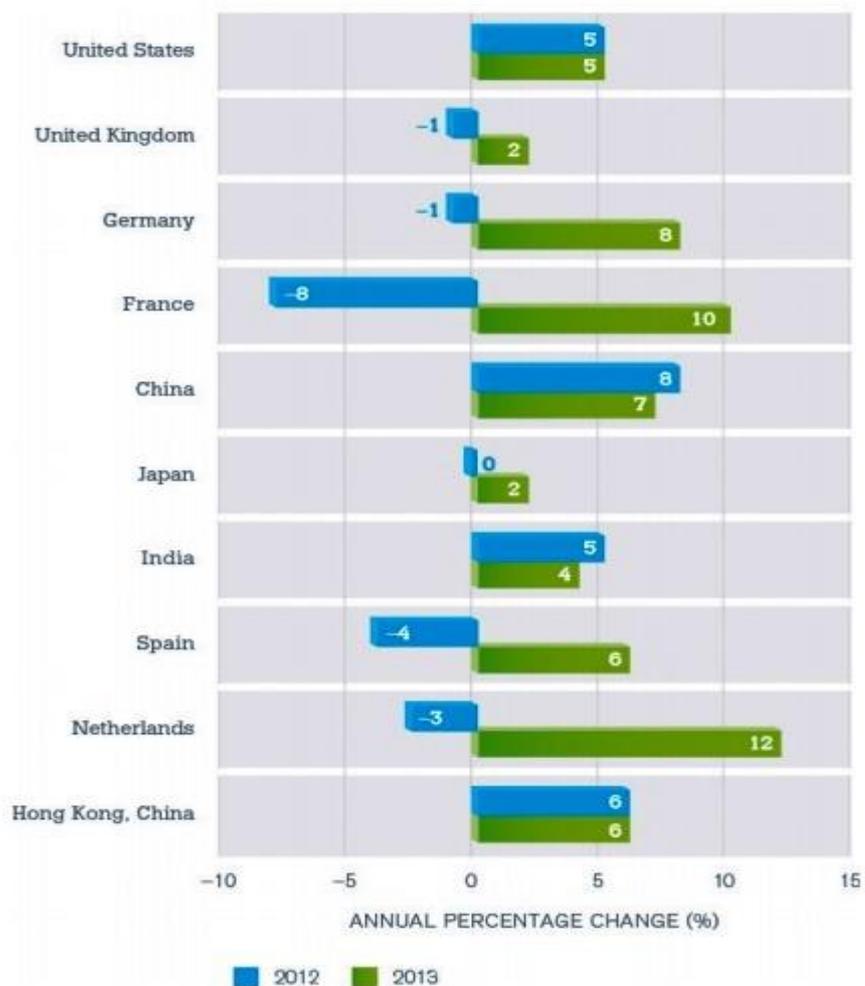
Nesse contexto, os países desenvolvidos têm experimentado superávits constantes na balança de serviços, no ano de 2013 chegou à cifra de US\$ 553,9 bilhões, tendo, em contrapartida, apresentado crescentes déficits na balança comercial de mercadorias, a exemplo do verificado em 2013, cerca de US\$ 619,2 bilhões. Por outro lado, os países em desenvolvimento e aqueles considerados “em transição²¹” apresentaram uma tendência ao superávit da balança comercial de mercadorias (em 2013 esses países obtiveram US\$ 451,9 bilhões e US\$187,2 bilhões, respectivamente). No entanto, o saldo da balança de serviços apresenta-se deficitária ano após ano e em 2013 os países em desenvolvimento tiveram um déficit de US\$ 274,3 bilhões, enquanto nos países em transição foi obtido um resultado de US\$ 58.6 bilhões negativos.

Esse cenário auxilia a percepção de que, como os serviços tem relação estreita com a produção de bens intensivos em tecnologia, o fato do conjunto de países desenvolvidos disporem de maiores avanços tecnológicos os leva a ser mais propensos ao saldo positivo da balança de serviços, pois tendem a destacar-se como exportadores desse setor e nesse âmbito, os países em desenvolvimento possuem uma atuação mais intensa como importadores. Quanto ao saldo da balança de mercadorias, a alta da demanda mundial por commodities, bem como a explosiva oferta manufatureira de países como a China nos últimos anos, têm sido preponderantes para o caráter superavitário dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, cabe mencionar que, segundo dados da edição de 2014 do relatório anual de estatística do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC), os 10 países com maior fluxo no comércio mundial de serviços – Estados Unidos, Alemanha, China, Reino Unido, França, Japão, Índia, Holanda, Cingapura e Irlanda – representaram metade (50%) do total de comércio de serviços do mundo em 2013. Por sua vez, o mesmo relatório aponta que os países em desenvolvimento representaram cerca de 34% do comércio global desse setor no mesmo ano. No Gráfico 12, a seguir, estão expostas as porcentagens de crescimento da exportação de serviços dos países que estão no topo da lista dos maiores exportadores desse setor.

²¹ A expressão “*countries in transition*” surgiu no *World Economic Outlook* do FMI em 1993 e a princípio se referia aos 28 países cujas economias eram centralmente planejadas e passaram a submeter-se à liberalização econômica e adotar a economia de mercado. O grupo de países em transição inicialmente consistia em 15 ex-repúblicas da União Soviética (a exemplo da Rússia), 12 países da Europa Central e Oriental, e Mongólia. No entanto, como se trata de uma categoria na qual os países também podem estar incluídos em outros grupos, como aquele dos países emergentes e em desenvolvimento, por vezes (sobretudo após o ano de 2004) essa nomenclatura de grupo não tem sido utilizada separadamente das demais (FISCHER; SAHAY, 2004).

Gráfico 12 – Países que mais exportaram serviços comerciais em 2012 e 2013



Fonte: WTO (2014, p. 17)

Assim, como o presente estudo se propõe a analisar o déficit da conta de serviços do Brasil, sob a ótica da dependência tecnológica decorrente da formação econômica deste país, cabe conhecer as características estruturais dessa conta, conforme trata o próximo tópico.

5.2 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA CONTA DE SERVIÇOS

A conta de serviços ou balanço\balança de serviços está inserida na conta corrente (equivalente a transações correntes) do Balanço de Pagamentos brasileiro. Logo, faz-se primordial entender os aspectos básicos do funcionamento e da estrutura deste. Nas palavras de Feijó et al. (2003, p. 130):

Balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações econômicas entre um país e o resto do mundo durante um determinado intervalo de tempo. (...) o balanço de pagamentos é um importante instrumento de análise econômica, pois ele permite acompanhar a evolução do fluxo de recursos materiais e financeiros entre os agentes residentes e não residentes em uma determinada economia.

Desse modo, o Balanço de Pagamentos (BP) configura-se como um elemento de extrema relevância para o sistema de contas nacionais, sobretudo no que se refere à análise dos fluxos do País com o setor externo. Segundo explicação do Banco Central do Brasil (2014a), o BP agrega dois grandes grupos de contas intitulados conta corrente, também chamada de transações correntes – constituída por balança comercial, balança de serviços, rendas e transferências unilaterais correntes líquidas – e a conta capital e financeira, que incorpora os investimentos diretos e em carteira de estrangeiros no País e de brasileiros no exterior, bem como as operações com derivativos e outros investimentos.

O BP tem seu fechamento realizado a cada final de ano, quando são apuradas as operações transacionadas em cada conta, com o objetivo de encontrar o saldo final do balanço e concluir se a situação do País é superavitária ou deficitária (SIMÕES, 2012). Assim, este balanço permite a avaliação tanto quantitativa quanto qualitativa das diversas transações econômicas que o país realiza com outros países – a exemplo da compra ou venda de mercadorias e da remessa de lucros para o exterior por parte de empresas estrangeiras instaladas no país, empréstimos internacionais, entre outros – em um determinado período de tempo, o que torna possível a análise de efeitos do comércio internacional em um país, bem como a análise da posição de liquidez (déficit ou superávit) deste em relação ao mercado externo (PAULANI; BRAGA, 2007; SIMÕES, 2012).

O Dólar é a moeda utilizada no registro e na publicação dos dados do balanço de pagamentos brasileiro (BCB, 2011) e a soma dos resultados das contas corrente, capital e financeira compõem o resultado final do Balanço de Pagamentos, que concerne à variação das reservas internacionais no conceito liquidez internacional (BCB, 2014a).

Desde janeiro de 2001 o Banco Central do Brasil tem realizado a divulgação do Balanço de Pagamentos com base na metodologia proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em sua quinta edição do “Manual do Balanço de Pagamentos” (BPM-5 é a sigla em Inglês), de 1993. (ALEM, 2010; BCB, 2014b; BACHA, 2004; FEIJÓ et al., 2003). Conforme ressalta Além (2010), nesta edição do manual as informações das contas externas são apresentadas de maneira integrada, com a inclusão dos fluxos – que se relacionam às transações registradas no

balanço de pagamentos – e dos estoques de ativos e passivos financeiros – que formam a posição internacional de investimentos.

Neste contexto, a adoção da metodologia estabelecida no BPM-5 do FMI acarretou alterações na organização e na denominação de algumas das contas do BP que passou a ser dividido em nove e não mais em oito contas, sendo que a conta adicional foi originada por uma divisão do balanço de serviços (BACHA, 2004). Sobre esta alteração Além (2014) aponta que o item antes chamado de "serviços de não fatores" passou a ser denominado apenas "serviços", enquanto que o item "serviços de fatores" teve sua nomenclatura alterada para "rendas". Assim, Bacha (2004) também enfatiza que nessa nova versão o balanço de serviços incorpora apenas os serviços de não fatores (a exemplo de pagamentos e recebimentos de fretes, viagens e seguros), ao passo que o balanço de rendas engloba os serviços de fatores (a exemplo de pagamentos e recebimentos de rendas do capital e do trabalho sob a forma de lucros, juros e salários).

Na Tabela 9, a seguir, consta o resultado do Balanço de Pagamentos de acordo com os valores mensais e acumulados dos anos 2013 e 2014 (além das projeções do Banco Central). Por meio desta tabela é possível visualizar a estrutura do BP de maneira clara e simplificada.

Tabela 9 – Resultado do Balanço de Pagamentos (valores mensais e acumulados no ano – US\$ milhões)

	2013		2014		2014*	2015*
	Mês	Ac. no ano	Mês	Ac. no ano	Projeção	Projeção
Novembro						
TRANSAÇÕES CORRENTES	-5.101	-72.479	-9.333	-80.030	-86.200	-83.500
Balança comercial (FOB)	1.739	-251	-2.351	-4.223	-2.500	6.000
Serviços	-3.473	-42.901	-3.747	-43.704	-46.600	-51.600
Rendas	-3.479	-32.293	-3.407	-33.733	-39.600	40.200
Transferências unilaterais correntes	111	2.966	172	1.630	2.500	2.300
CONTA CAPITAL	86	1.101	47	535	600	700
CONTA FINANCEIRA	5.614	67.988	9.120	96.147	104.800	86.200
Investimento Direto	8.839	60.851	4.772	57.207		
IED	8.334	57.520	4.645	55.845	63.000	65.000
Investimento em Carteira	-966	26.527	227	38.735		
Outros Investimentos	-2.246	-19.494	5.009	887		
ERROS E OMISSÕES	-1.608	210	582	4.018		
RESULTADO DO BALANÇO	-1.009	-3.180	416	20.671		

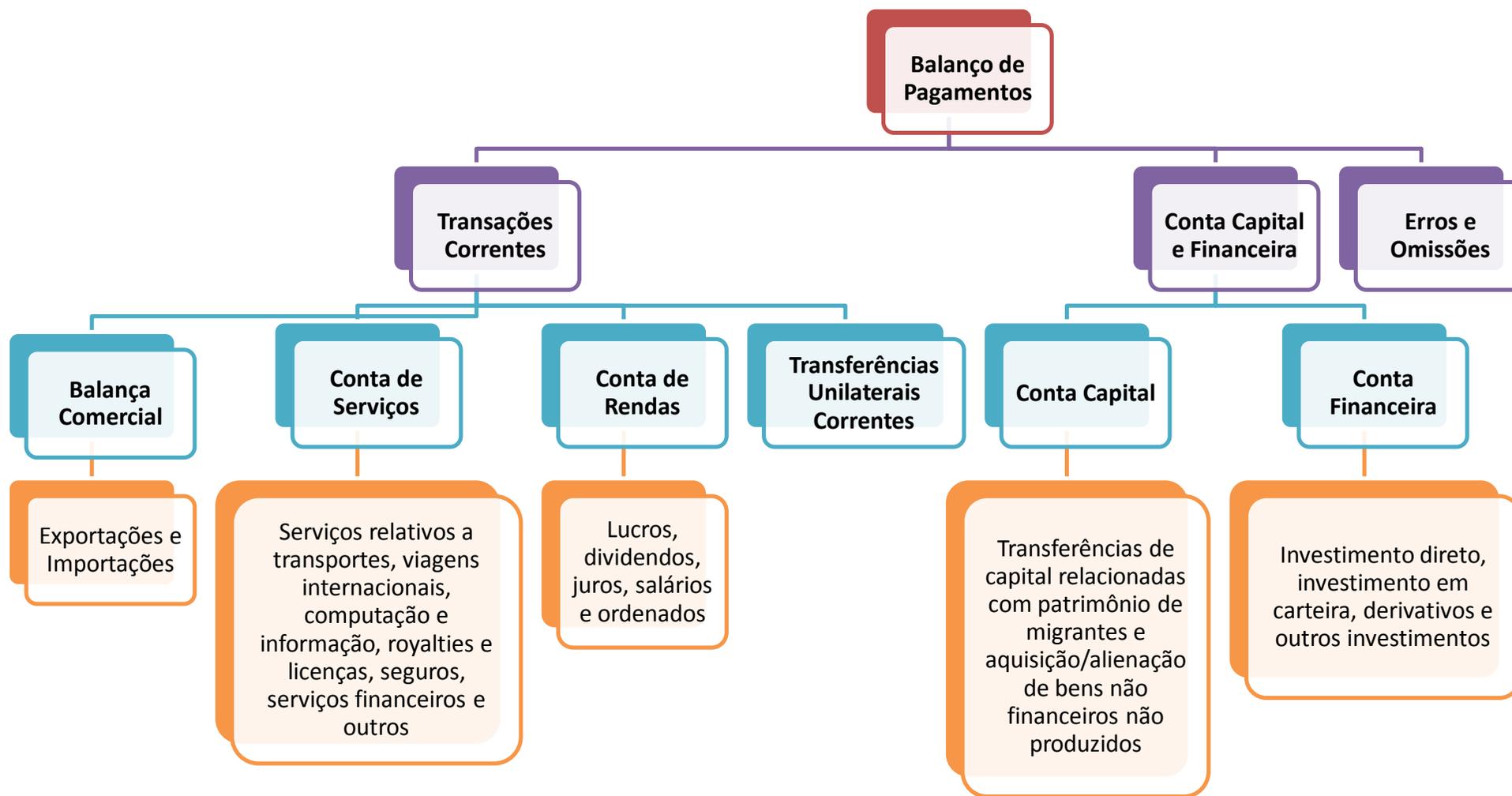
Observação: em 2014* e 2015*, projeções do BCB.

Fonte: BCB, elaboração MF e SPE (2014, p.1).

No que diz respeito aos itens dispostos na Tabela 9, o presente estudo está centrado na conta de serviços que, por sua vez, está inserida na conta de transações correntes (relativas à

movimentação de mercadorias e serviços) a qual se divide em quatro subgrupos: a balança comercial, o balanço de serviços, o balanço de rendas e as transferências unilaterais correntes. Para tratar do movimento de capitais há a conta de capital e financeira e a conta variações das reservas internacionais (BACHA, 2004). Com o intuito de facilitar a compreensão da estrutura da conta de transações correntes, foi elaborado o esquema exposto na Figura 2, a seguir, que propõe não apenas esclarecer como se dá a composição do BP, como também explicar, ainda que de maneira resumida, os componentes que são registrados em seus subgrupos.

Figura 2 – Estrutura do balanço de pagamentos



Fonte: BCB (2011), elaborada pela autora.

A disposição dos elementos da Figura 2 auxilia o entendimento quanto à posição da conta de serviços e sua categorização no BP. Do mesmo modo, como a atenção da pesquisa está prioritariamente voltada a esta conta, faz-se mister detalhar o significado dos principais itens nela registrados, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Componentes da balança de serviços

COMPONENTES DA BALANÇA DE SERVIÇOS
Transportes: serviços relacionados ao transporte de cargas (fretes) e de passageiros (passagens), excluindo seguros.
Viagens Internacionais: receitas e despesas relacionados à aquisição de bens e serviços, por viajantes em viagens de negócios ou de turismo com duração ou de turismo com duração de até um ano(!). Esta conta não inclui as despesas de passagens, que são registradas na subconta de transportes.
Seguros: receitas e despesas relativos à provisão de seguros como, por exemplo: seguro de cargas. seguros pessoais, seguros de vida, e resseguros.
Serviços financeiros: receitas e despesas relativas aos custos da intermediação financeira, como por exemplo: taxas e comissões associadas a linhas de crédito, operações de financiamento, consultoria financeira, subscrição de ações, ofertas primárias de títulos mobiliários etc.
Computação e informação: receitas e despesas relativas à prestação de serviços de manutenção e reparo de hardware, implementação de software e gerenciamento de informações e de bases de dados.
Royalties e licenças: receitas e despesas relativo ao uso autorizado de ativos e direito de propriedade intangíveis, como marcas comerciais, patentes, franquias, livros e filmes.
Aluguel de equipamentos: receitas e despesas relativos ao aluguel ou ao leasing de máquinas e equipamentos
Serviços governamentais: receitas e despesas relacionados a todos os serviços prestados por órgãos governamentais no exterior, como embaixadas e consulados, não relacionados em outros itens do balanço de serviços.
Comunicações: receitas e despesas associadas à comunicação entre o país e o resto do mundo como, por exemplo: correios e serviços de telecomunicação proporcionados por residentes para não residentes e vice-versa.
Construção: serviços de construção e instalação de projetos, prestados temporariamente por residentes para não residentes, no exterior, e vice-versa.
Serviços relativos ao comércio: serviços de representação e intermediação comercial.
Serviços empresariais, profissionais e técnicos: serviços diversos como publicidade, honorários de profissionais liberais, participações em feiras e exposições etc.
Serviços pessoais, culturais e recreação: serviços audiovisuais e culturais como, por exemplo: produção de filmes, eventos esportivos e realização de shows e espetáculos.

Continua...

Serviços diversos: conta residual destinada a registrar todas as transações que não se enquadram nas categorias anteriores.

Fonte: Feijó et al., (2003, p. 134), elaborado pela autora.

Após a apresentação dos componentes expostos no Quadro 2, importa ressaltar que a conta de serviços brasileira conta com a apresentação das categorias “serviços empresariais, profissionais e técnicos”, “aluguel de equipamentos” e “serviços relativos ao comércio” de forma individualizada, enquanto que nos bancos de dados dos órgãos internacionais, como a OMC e a UNCTAD, a informação é prestada considerando a grande categoria “outros serviços de negócios” que abarca as outras três já citadas, conforme grifo no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Componentes padrão e detalhes adicionais da conta de serviços conforme o a 5ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI

<u>Serviços</u>
1. Transporte
1.1 Transporte marítimo
1.2 Transporte aéreo
1.3 Outros transportes
2. Viagens
2.1 Negócios
2.2 Pessoal
3. Serviços de comunicação
4. Serviços de construção
5. Serviços de seguro
6. Serviços financeiros
7. Serviços de computação e informação
8. Royalties e licenças
9. Outros serviços de negócios
9.1 Compras e outros serviços relacionados com o comércio
9.2 Serviços de locação operacional
9.3 Diversos serviços técnicos, profissionais e empresariais
10. Serviços pessoais, culturais e recreação

10.1	Serviços audiovisuais e conexos
10.2	Outros serviços culturais e de recreação
11. Serviços governamentais	

Fonte: IMF, elaborado pela autora.

Desse modo, na contabilização da conta de serviços do Brasil são consideradas todas as transações envolvendo serviços entre este país e o resto do mundo, sejam eles prestados ao exterior por residentes no país (divisas recebidas creditadas no item receita), ou prestados a estes residentes pelos não residentes (divisas são debitadas no item despesa). (PAIVA; CUNHA, 2008). Conforme ressaltado no relatório da FAPESP (2010), antecedida apenas pelas transações comerciais, essa conta representa a segunda maior categoria em termos de valor transacionado no balanço de pagamentos em transações correntes, sobretudo por contemplar itens de crescente relevância nas transações internacionais.

Isso posto, percebe-se a importância desta subconta para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos como um todo. Na Tabela 10, a seguir, consta o saldo da conta de serviços brasileira no ano de 2013 e até o mês de novembro de 2014, contendo os principais títulos de serviço que a compõem.

Tabela 10 – Transações Correntes: Serviços selecionados (valores mensais e acumulados no ano - US\$ milhões)

Novembro	2013		2014	
	Mês	Ac. no ano	Mês	Ac. no ano
Serviços	-3.473	-42.901	-3.747	-43.704
Transportes	-743	-9.187	-711	-8.287
Viagens internacionais	-1.298	-16.665	-1.245	-17.095
Computação e informação	-280	-4.079	-310	-4.002
Royalties e licenças	-277	-2.801	-253	-3.118
Aluguel de equipamentos	-1.444	-16.970	-1.635	-19.855
Empresariais, profissionais e técnicos	802	9.341	724	10.556
Demais	-232	-2.540	-317	-1.904

Fonte: BCB, elaboração MF e SPE (2014, p.4)

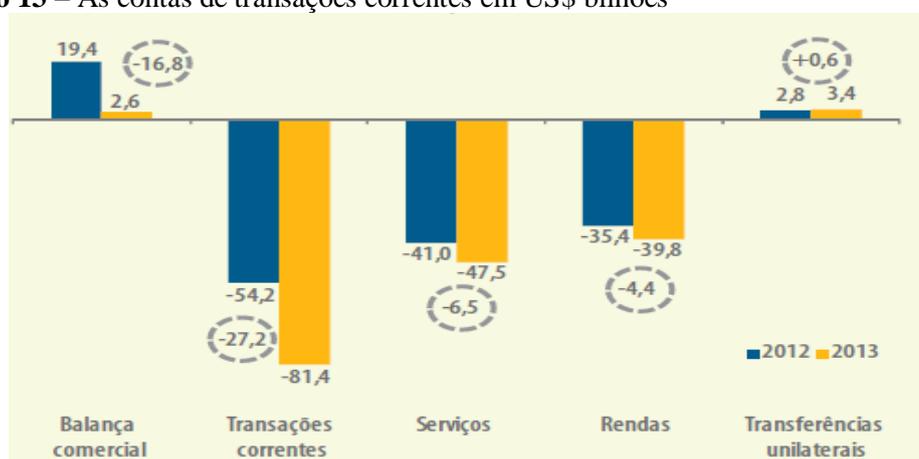
A tabela apresentada expõe o resultado do Balanço de Pagamentos do mês de novembro de 2014, que registrou um déficit de US\$3,7 milhões, uma elevação de 3,3% na

comparação com 2013. Também é possível notar o aumento do total acumulado no ano referente ao gasto líquido com viagens internacionais, totalizando aproximadamente US\$17 milhões. A crescente representatividade dessa categoria nas despesas da conta de serviços ocorre principalmente devido ao recuo nos gastos de viajantes estrangeiros ao Brasil e à expansão dos gastos de residentes brasileiros em viagens a outros países. Cabe ainda ressaltar que as despesas líquidas com transportes e serviços de computação e informações, além das elevações dos gastos relativos ao aluguel de equipamentos e aos royalties e licenças. Em contrapartida, a categoria de serviços empresariais, profissionais e técnicos é a única a apresentar superávit.

No quesito viagens internacionais, as facilidades de pagamentos e o comportamento da renda real da população têm influenciado o déficit, enquanto no caso do aluguel de equipamentos, o saldo negativo é um reflexo das questões estruturais, tendo em vista que o saldo negativo vem aumentando desde 2000, independente do câmbio e do crescimento do produto da economia, com maior projeção contínua de incremento por conta da intensificação de exploração do petróleo e da realização de obras de infraestrutura (PEREIRA, 2014). Ademais os totais negativos de itens como royalties e licenças e computação e informação refletem a dependência tecnológica que marca o padrão de desenvolvimento brasileiro. Os serviços empresariais profissionais e técnicos representam o único elemento em superávit dessa amostra.

A conta de serviços brasileira é historicamente deficitária (MDIC, 2013b) e por isso influi negativamente no saldo das transações correntes, conforme apontado na Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 – As contas de transações correntes em US\$ bilhões



Fonte: Adaptado de Pereira (2014).

Assim, o conteúdo abordado neste tópico abre caminhos para a realização de uma análise criteriosa, envolvendo o arcabouço histórico-descritivo anteriormente abordado nesta pesquisa, bem como os dados e indicadores coletados referentes aos segmentos da conta de serviços brasileira que mais corroboram com seu déficit e àqueles sobre os quais o País apresenta maior potencial de crescimento. Essas informações são em sua maioria provenientes de bancos de dados de órgãos internacionais e do governo brasileiro, a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Banco Mundial, do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Dessa maneira, cabe a partir deste ponto analisar de forma mais direta a participação do Brasil no comércio mundial de serviços, bem como a composição da sua balança de serviços e quais as categorias que mais pesam nos frequentes resultados deficitários apresentados. Embora com suas especificidades, todos os componentes das contas expressam a estrutura produtiva e tecnológica do país. O foco desse trabalho, entretanto, é perceber como o padrão de produção dependente, cria uma posição de atraso recorrente nas contas externas brasileiras.

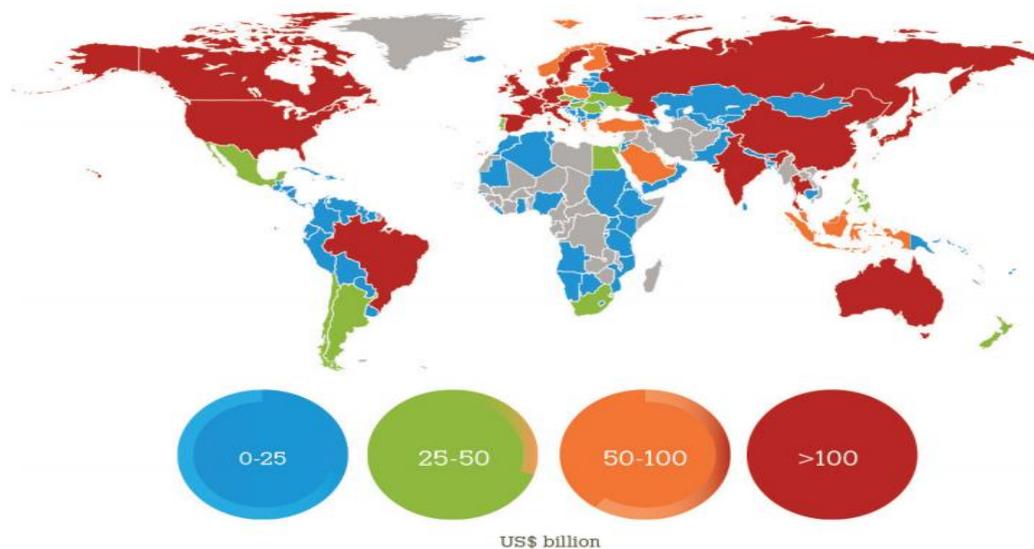
6.0 O BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

O Brasil tem elevado de maneira notável sua participação no comércio internacional de serviços nas últimas décadas, mas os indicadores ainda expressam um atraso deste país, principalmente em relação às demais potências emergentes, como aquelas que compõem o grupo dos BRICS. Segundo informações oriundas do banco de dados e dos relatórios anuais de estatísticas do comércio internacional da Organização Mundial do Comércio (OMC), a participação do Brasil nas exportações de serviços comerciais do mundo foi de 0,8%, percentual que mantém o país na 31ª posição da lista dos 40 principais exportadores destes serviços, a mesma colocação que vem ocupando desde 2007, apresentando apenas um avanço no ranking de 2012, no qual ocupou o 29º lugar.

Nesse âmbito, nota-se que nesse novo milênio o Brasil vem aumentando sua participação no comércio mundial de serviços, sobretudo quanto ao seu desempenho na América Latina. Contudo, ainda apresenta um significativo atraso não só em relação a outras economias desenvolvidas como também a seus parceiros emergentes dos BRICS, dos quais apenas se sobressai em relação à África do Sul, país que, de acordo com o mesmo banco de dados, representou 0,3% da exportação de serviços do mundo.

Em contrapartida, como já mencionado, no contexto regional, o Brasil é o maior exportador de serviços da América Latina, sendo o único a figurar na lista dos 40 maiores exportadores de serviços comerciais do ano de 2013, constante no relatório anual de estatísticas no comércio internacional da OMC. Além disso, o País apresenta a maior corrente de comércio (soma das exportações com as importações) de serviços da América Latina, conforme se pode notar na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Economias por tamanho do fluxo de comércio internacional de serviços comerciais (US\$ bilhões).

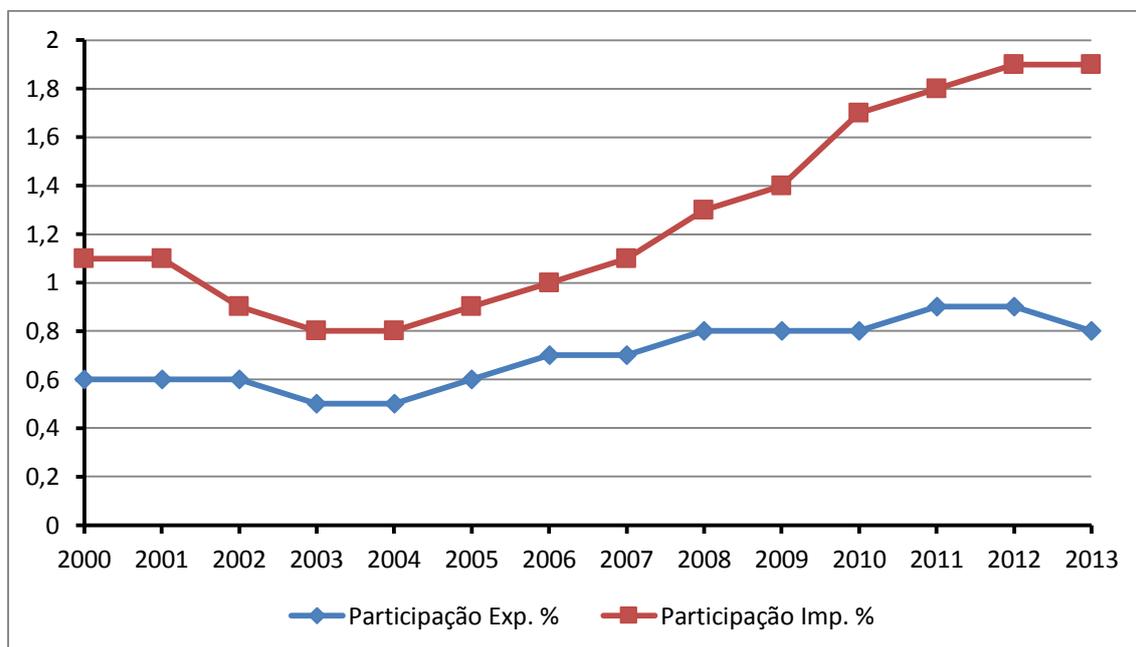


Fonte: WTO (2014, p. 9)

No que se refere à participação nas importações de serviços mundiais, o Brasil ocupa uma posição mais à frente na lista dos 40 maiores importadores do setor constante no mesmo relatório da OMC, o que representa um importante indicador de sua estrutura produtiva deficiente no que diz respeito a diversos aspectos, dentre os quais se destaca, sobretudo para a análise feita neste estudo, a questão do padrão de desenvolvimento latino-americano, do qual decorre a dependência tecnológica que afeta o Brasil. Desse modo, na lista dos maiores importadores de serviços comerciais, o Brasil encontra-se na 17ª posição, colocação mantida desde o ano de 2010, período de maior crescimento de representatividade das importações de serviços brasileiros no mundo.

A fim de obter um melhor entendimento desse cenário, o Gráfico 14 aponta a trajetória de crescimento das importações e exportações de serviços do Brasil desde os anos 2000 e no Quadro 4 constam os detalhes da atuação do Brasil no comércio internacional de serviços entre os anos 2000 e 2013, com a posição que ocupou nos rankings anuais, valores exportados e importados, além das porcentagens de participação e de variação destas a cada ano.

Gráfico 14 – Participação do Brasil no Comércio Internacional de Serviços, 2000-2010 (%)



Fonte: WTO, elaborado pela autora.

Quadro 4 – O Brasil no comércio internacional de serviços 2000-2013

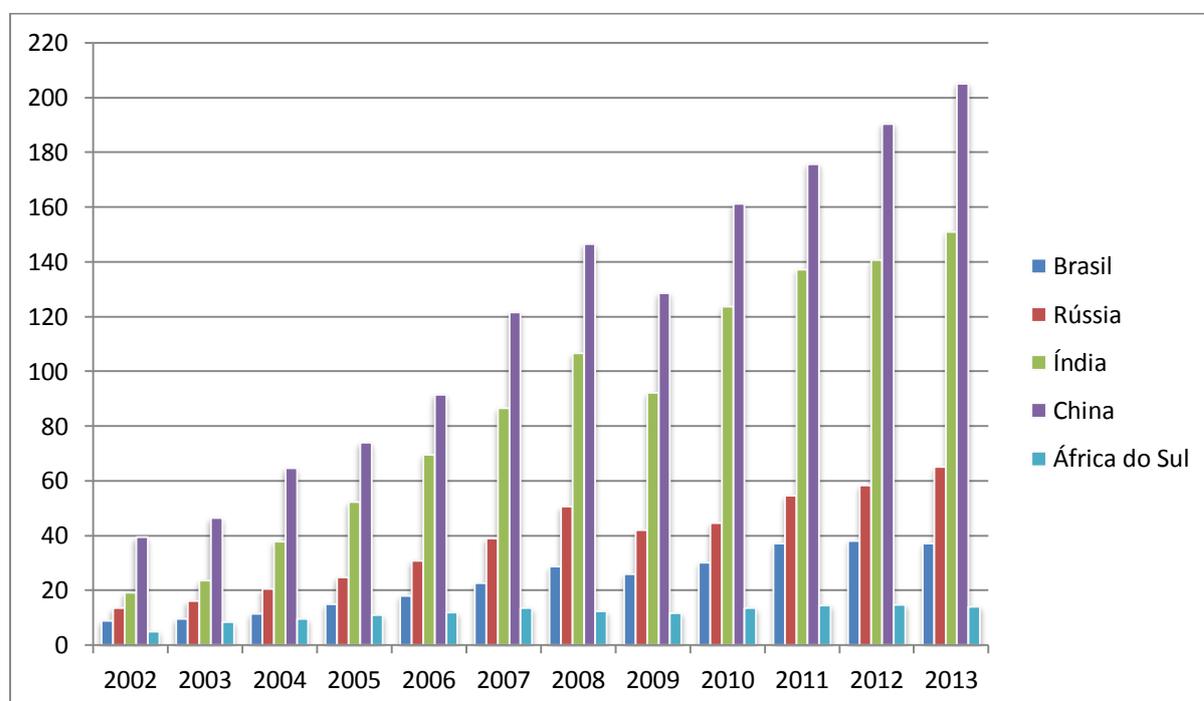
O Brasil no comércio internacional de serviços comerciais (2000-2013)								
Ano	Ranking mundial	Valor	Participação	Variação	Ranking mundial	Valor	Participação	Variação
	Exportação	(US\$ BI)	%	anual %	Importação	(US\$ BI)	%	anual %
2000	33	8,8	0,6	29	26	15,9	1,1	19
2001	33	8,7	0,6	-1	25	15,8	1,1	0
2002	35	8,8	0,6	1	29	13,6	0,9	-14
2003	35	9,6	0,5	9	30	14,5	0,8	8
2004	35	11,5	0,5	20	30	16,1	0,8	12
2005	35	14,9	0,6	28	28	22,3	0,9	38
2006	32	17,9	0,7	20	27	26,9	1	21
2007	31	22,6	0,7	26	26	34,8	1,1	28
2008	31	28,8	0,8	27	22	44,4	1,3	28
2009	31	26	0,8	-9	21	44	1,4	-1
2010	31	30	0,8	15	17	60	1,7	36
2011	31	37	0,9	21	17	73	1,8	22
2012	29	38	0,9	5	17	78	1,9	7
2013	31	37	0,8	-2	17	83	1,9	7

Fonte: WTO, elaborado pela autora.

No Gráfico 14 fica claro que desde a virada do milênio a participação do Brasil nas importações de serviços mundiais tem crescido num ritmo consideravelmente maior em relação às suas exportações, o que confere ao País o patamar deficitário nas trocas internacionais do setor. Quanto ao Quadro 4 apresentado, também é possível enxergar uma maior evolução nos valores das importações, que no ano de 2013²², obteve o maior valor de serviços importados deste o início do milênio, a cifra chega a US\$ 83 bilhões. Por outro lado, o valor máximo, verificado também em 2013, obtido com as exportações foi de US\$ 37 bilhões. A média de participação nas importações mundiais nos 14 anos analisados, também foi maior em comparação àquela das exportações, alcançando aproximadamente 1,2% e 0,7%, respectivamente. Dessa forma, é possível perceber a atuação do Brasil no comércio internacional de serviços cresce a um grau relativamente tímido, considerando ser o Brasil a 8ª economia mundial.

Quanto à atuação brasileira no mercado internacional de serviços em comparação aos demais países dos BRICS, cabe a visualização dos Gráficos 15 e 16 a seguir, no qual constam as trajetórias de exportação e importação desses países nos últimos anos.

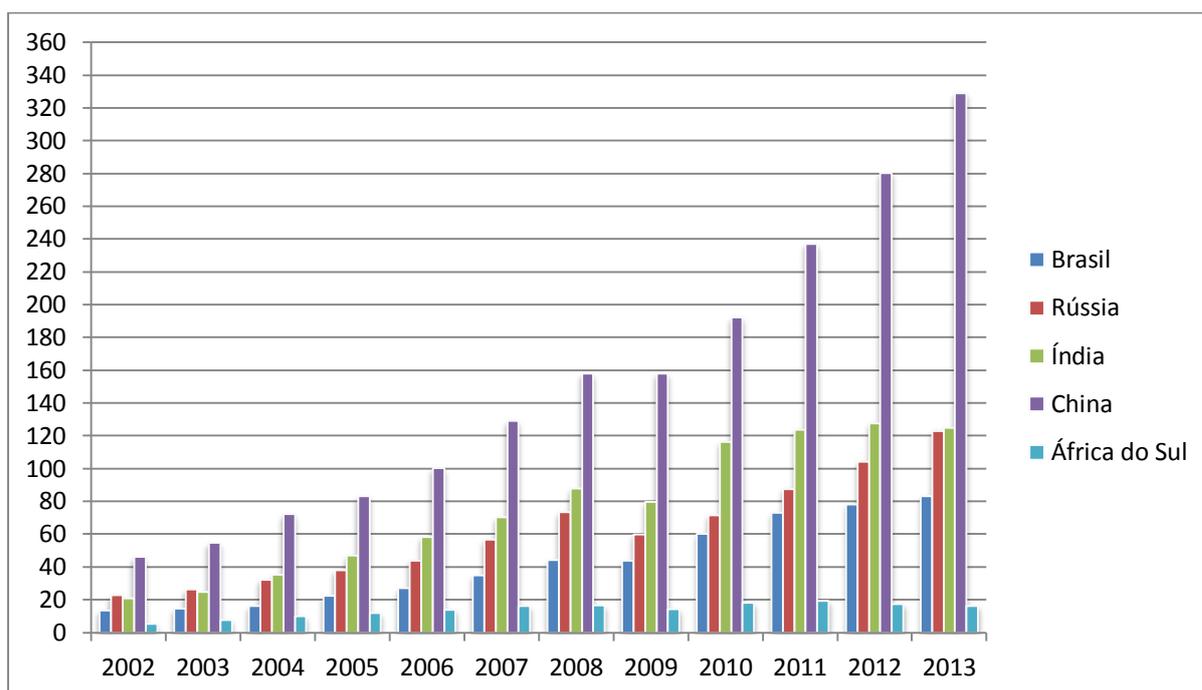
Gráfico 15 – Exportação de serviços comerciais BRICS 2002-2013 (US\$ bilhões)



Fonte: WTO, elaborado pela autora.

²² Até a finalização deste estudo, os dados referentes ao ano de 2014 ainda não estavam disponíveis no banco de dados da OMC.

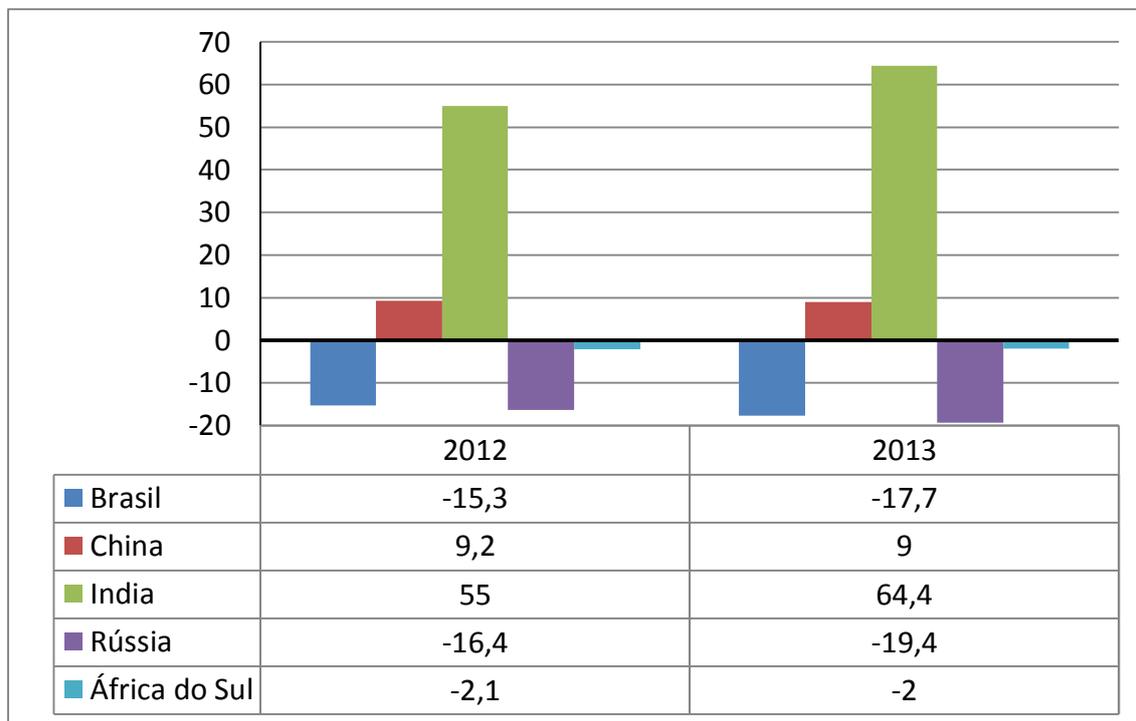
Gráfico 16 – Importação de serviços comerciais BRICS 2002-2013 (US\$ bilhões)



Fonte: WTO, elaborado pela autora.

A China é o grande destaque dos BRICS, com cerca de US\$ 205 bilhões em serviços exportados, ocupando o 5º lugar no ranking global de exportadores de serviços de 2013, seguido pela Índia, que atingiu aproximadamente US\$ 151 bilhões, ocupando a 6ª posição, além da Rússia que obteve US\$ 65 bilhões, levando a 21ª colocação. Embora o Brasil apresente um crescimento expressivo referente a seu fluxo de comércio e à sua participação no comércio internacional de serviços, ainda apresenta o quarto desempenho entre os demais países dos BRICS, seguido apenas pela África do Sul, como já mencionado. Nesse sentido, assinala-se que, mesmo que as cifras relacionadas às importações tenham do mesmo modo crescido e apesar de também haver déficits na trajetória das trocas comerciais de serviços desses países, a corrente de comércio internacional de serviços (soma das exportações com as importações) do Brasil cresce em um nível inferior ao da China, Índia e Rússia. Se forem considerados apenas os serviços categorizados pela UNCTAD como “outros serviços comerciais” – dos quais são excluídos, além de serviços governamentais, os segmentos de viagens e transporte –, a China e a Índia apresentam superávit nos últimos dois anos analisados, enquanto Brasil, Rússia e África do Sul apresentam déficits, conforme se pode notar no Gráfico 17, a seguir:

Gráfico 17 – Saldo das exportações e importações da categoria "outros serviços comerciais" BRICS 2012-2013 (US\$ bilhões)

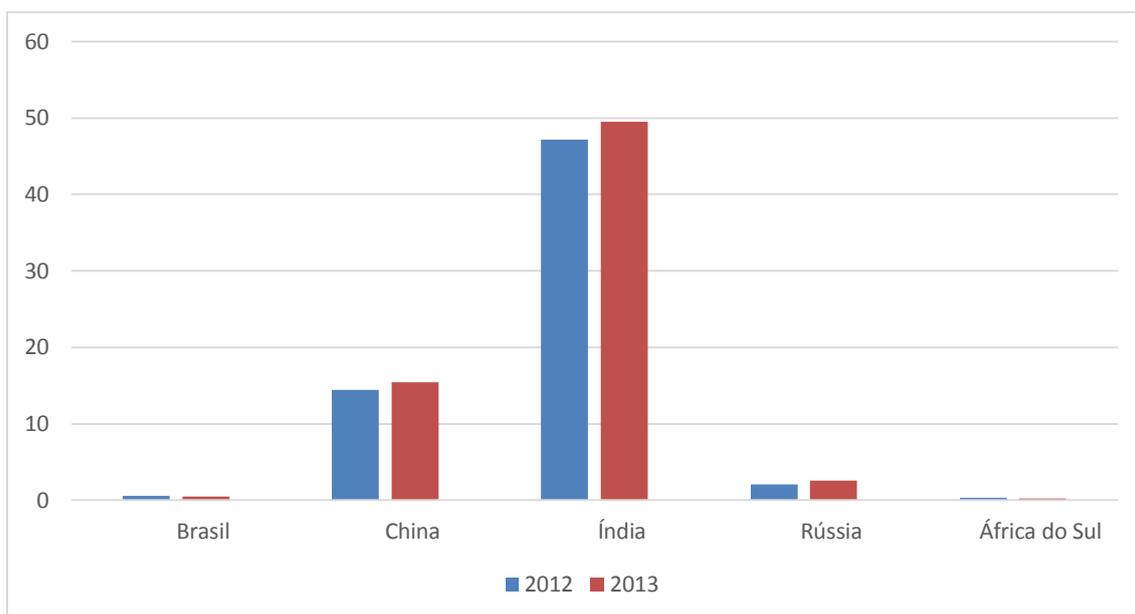


Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Vale ressaltar que, embora no Gráfico 17 a Rússia apresente déficits maiores do que aqueles do Brasil, sua corrente de comércio e participação nas trocas globais do setor continuam tornando este país mais representativo que o Brasil no mercado mundial de serviços. Cabe ainda enfatizar que, quando se trata de categorias relacionadas à tecnologia, a exemplo de “computação e informação²³”, o Brasil encontra-se em considerável atraso em relação a países como a Índia e a China, por exemplo, que apresentam respectivamente cerca de 17% e 5% de participação nas exportações mundiais da categoria, enquanto o desempenho brasileiro corresponde a apenas cerca de 0,2%, conforme é possível visualizar no Gráfico 18 a seguir.

²³Serviços de computação e informação subdivide-se em serviços de informática (serviços relacionados a hardware e software e serviços de processamento de dados), serviços de agências de notícias (fornecimento de notícias, fotografias e artigos característicos da mídia), e outros serviços de fornecimento de informações (serviços de banco de dados e portais de pesquisa na web). (WORLD BANK, 2015)

Gráfico 18 – Exportações da subcategoria "computação e informação" BRICS 2012-2013 (US\$ bilhões)

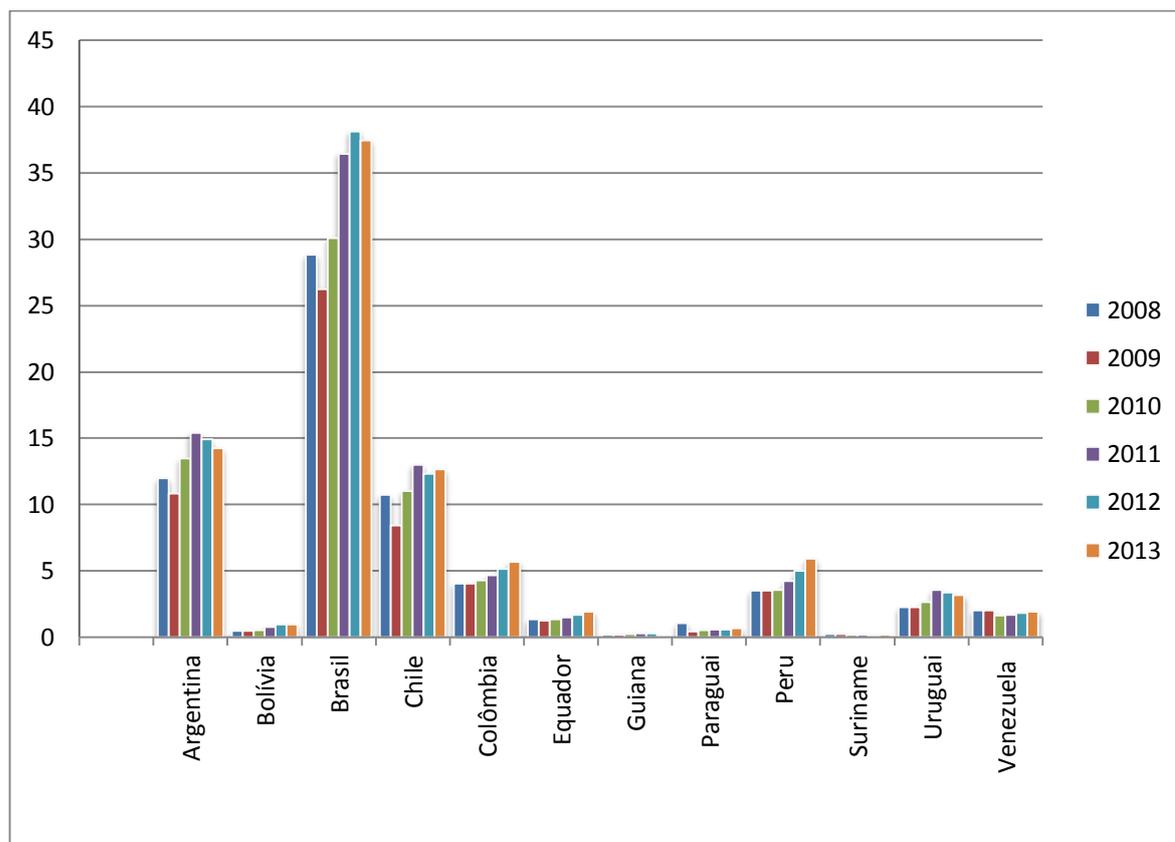


Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Soma-se essa baixa participação nas exportações da categoria, às altas cifras de importação de 2012 (US\$ 4,5 bilhões), ano no qual se caracterizou como o maior importador da categoria, e de 2013 (US\$ 4,9 bilhões), no qual ocupou a segunda posição dentre os importadores, atrás apenas da China que obteve um maior valor importado.

Em contrapartida, na América Latina, o Brasil se destaca quanto à sua atuação no comércio internacional de serviços e encontra-se no topo da lista dos países da América do Sul, no que se refere às exportações desse setor. O Gráfico 19, a seguir, expõe a evolução das exportações de serviços na América do Sul, entre os anos de 2008 e 2013, período no qual o Brasil apresenta o melhor desempenho da região referente às exportações do setor, seguido pela Argentina, Guiana e Colômbia, consecutivamente.

Gráfico 19 – Evolução das exportações de serviços da América do Sul 2008-2013 (US\$ bilhões)

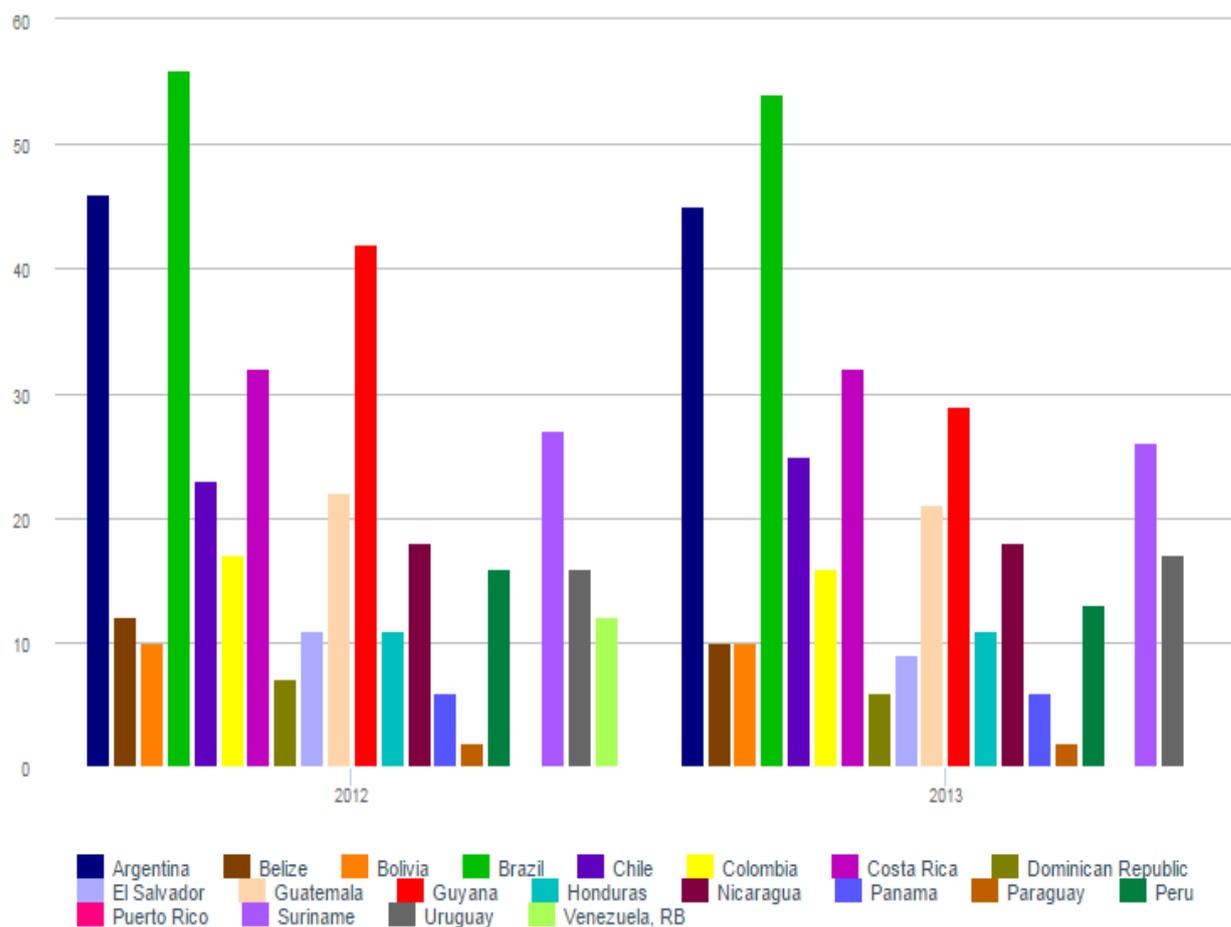


Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Nesse âmbito, cabe ainda destacar que, segundo informações do banco de dados do Banco Mundial, o Brasil foi considerado o país latino-americano que mais exportou serviços de tecnologia da informação e comunicação²⁴ nos últimos dois anos analisados. Em 2012 e 2013, o País exportou o equivalente a 56% e 54% (respectivamente) do total de exportações de serviços, apresentando assim o maior desempenho da região, conforme exposto no Gráfico 20, a seguir. No entanto, é importante frisar que as informações de México, Cuba e Equador não estão disponíveis neste banco de dados.

²⁴ As exportações de serviços de TIC, segundo definição do FMI, inclui serviços de comunicações (telecomunicações, serviços de rede de negócios, teleconferência, serviços de suporte e serviços postais) e serviços de computação e informação (banco de dados , processamento de dados , design e desenvolvimento de software, manutenção e reparação e serviços de agências de notícias) (World Bank, 2014b)

Gráfico 20 – Participação das exportações de tecnologia da informação e comunicação no total exportações de serviços comerciais do Balanço de Pagamentos da América Latina 2012-2013 (%)



Fonte: World Bank, elaborado pela autora.

No entanto, mesmo com o bom desempenho a nível regional e um considerável crescimento de participação no comércio internacional de serviços a nível global, o Brasil continua a apresentar um alto déficit em sua conta de serviços, sendo que sua participação em importações no comércio mundial do setor cresce a um ritmo mais acelerado em relação àquela em exportações. Vale ainda ressaltar que, conforme verificado anteriormente, ao relacionar o desempenho do Brasil com outras grandes economias emergentes que compõem os BRICS, nota-se um significativo atraso da participação brasileira nas exportações de serviços que envolvem tecnologia, em contraste com suas altas cifras de importação que o fazem oscilar entre o primeiro ou o segundo maior importador do grupo. Assim, torna-se ainda mais necessário tentar enxergar as implicações da dependência tecnológica, decorrente

do padrão de desenvolvimento de economia brasileira, no déficit da conta de serviços do seu balanço de pagamentos.

Tendo em vista o acirramento de competição dos países asiáticos, talvez fosse importante – dada a posição do Brasil na América Latina – pensar políticas sazonais que busquem a maior capacitação da região no mercado internacional. Isso significaria ir além das políticas de ajuste e pensar em transformações econômicas, sociais e culturais para a região.

6.1 ANÁLISE DOS DADOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS BRASILEIROS

A abertura do Brasil ao comércio internacional de serviços foi ampliada no decorrer da década de 1990, sobretudo a partir do momento que o GATS entrou em vigor, em janeiro de 1995²⁵, visto que a nova regulamentação do setor proporcionou uma maior liberalização das trocas comerciais de serviços no mundo. Desse modo, a relação entre a corrente de comércio internacional de serviços²⁶ do Brasil e seu PIB, segundo dados do Banco Mundial, passou de aproximadamente 2,8% em 1994, para 4,1% em 2000, 4,4% em 2010, chegando a atingir 5,6% do PIB em 2013.

Embora as exportações dos chamados serviços comerciais tenham crescido à taxa média de 12,4% de 2000 a 2013, com valores que saltaram de aproximadamente US\$ 9 bilhões em 2000 para US\$ 37 bilhões em 2013, as importações apresentaram um crescimento ainda maior no período em análise, com uma média de 15,1% ao ano, passando de US\$ 15,9 bilhões importados em 2000 para US\$ 83 bilhões em 2013, com o déficit comercial brasileiro em serviços atingindo US\$ 29,5 bilhões nesse mesmo ano.

Contudo, o crescimento na corrente de comércio de serviços do Brasil, notada desde a virada do milênio, não foi suficiente para alterar o caráter marginal da sua participação no comércio internacional deste setor, no qual apresenta melhor desempenho no que se refere às importações, como já visto no Quadro 4 do tópico anterior.

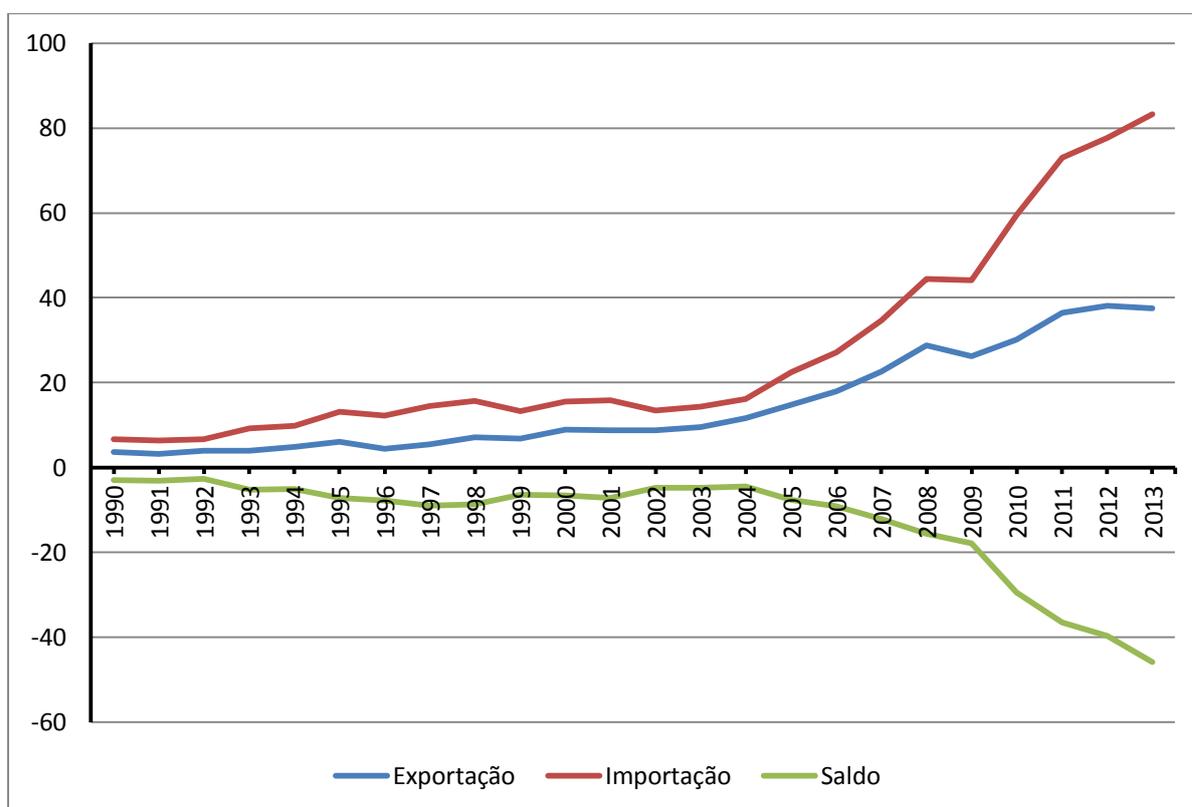
O Gráfico 21 também serve para visualização desse contexto deficitário no qual a conta de serviços brasileira está inserida. Mais uma vez é nítido o avanço das importações, que cresce a um ritmo notavelmente superior àquele de suas exportações. Ainda é possível

²⁵ WTO, 2014.

²⁶ Comércio total de serviços, incluindo serviços governamentais.

enxergar a queda de ambas as operações no período da crise financeira mundial de 2008 que também repercutiu no ano de 2009. Por sua vez, o déficit do comércio internacional de serviços brasileiros – que se mantinha de certa forma estável desde os anos 1990 – passou a crescer consideravelmente a partir do ano de 2004 (US\$ 4,5 bilhões), chegando à cifra recorde de US\$ 46 bilhões em 2013.

Gráfico 21 – O Brasil no comércio internacional de serviços: exportações, importações e saldo 1990-2013 (US\$ bilhões)



Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Nos Quadros 5 e 6²⁷, a seguir, é possível visualizar o detalhamento, por categoria, da média de crescimento das exportações e importações do Brasil no comércio internacional de serviços entre os anos de 2002 a 2013. Nestes quadros também constam informações concernentes ao ano de 2013, como os valores exportados e importados, além da taxa de crescimento e o percentual de participação de cada categoria no total obtido nas respectivas operações.

²⁷ Elaborados pela autora com base no modelo utilizado por Oliveira (2013, p. 13).

Quadro 5 – Dados de exportação de serviços por categoria

Dados de exportação de serviços por categoria				
Categoria	Valor em 2013	Média de crescimento	Taxa de crescimento	Participação no total
	(US\$ Milhões)	em 2002-2013 (%)	2013 (%)	exportado em 2013 (%)
Transportes	5418,063	13,2	-0,07	14,5
Viagens	6710,713	12,4	0,99	17,9
Comunicações	319,586	17,1	-16	0,85
Construção	38,018	31,8	60,9	0,1
Seguros	472,866	18,5	-12,5	1,26
Serviços financeiros	2907,651	21,3	8,3	7,76
Computação e informação	443,409	33,8	-25,6	1,18
Royalties e licenças	597,237	19,6	16,9	1,6
Outros serviços de negócios	20506,757	14,2	-3,6	54,7
Serviços pessoais, culturais e recreação	50,566	0,7	17,8	0,15
Total: Serviços comerciais	37464,866	13,6	-1,72	100

Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

Quadro 6 – Dados de importação de serviços por categoria

Dados de importação de serviços por categoria				
Categoria	Valor em 2013	Média de crescimento	Taxa de crescimento	Participação no total
	(US\$ Milhões)	em 2002-2013 (%)	2013 (%)	importado em 2013 (%)
Transportes	15204,248	12,8	7,1	18,25
Viagens	25103,333	21,3	12,9	30,13
Comunicações	298,731	31,4	-4	0,36
Construção	27,336	516,5	97	0,03
Seguros	1548,994	12,9	0,91	1,86
Serviços financeiros	1792,661	11,6	-9,2	2,15
Computação e informação	4912,163	13,6	10,5	5,9
Royalties e licenças	3663,689	10	-0,07	4,4
Outros serviços de negócios	29159,31	18,9	2,9	35
Serviços pessoais, culturais e recreação	1600,751	14,4	54,8	1,92
Total: Serviços comerciais	83311,217	15,9	7,2	100

Fonte: UNCTADSTAT, elaborado pela autora.

As maiores médias de crescimento de exportações entre os anos de 2002 e 2013 foram verificadas nas categorias de “computação e informação” (33,8%), “construção” (31,8%) e “serviços financeiros” (21,3%). Quanto às importações, a maior e mais surpreendente média apresentada se refere à categoria de “construção” (516,5%) – certamente devido ao aumento da realização de obras pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal –, seguida das categorias de “comunicações” (31,4%) e “viagens” (21,3%). No tocante à participação no total exportado em 2013, as categorias de “transportes”, “viagens” e “outros serviços de negócios²⁸” apresentaram respectivamente 14,5%, 17,9% e 54,7%. Esses mesmos setores representam, na mesma ordem, 18,25%, 30,13% e 35% do total importado nesse mesmo ano.

Nesse âmbito, como o detalhamento da conta de serviços do Balanço de Pagamentos pelos órgãos brasileiros considera de forma individualizada as categorias de “compras e outros serviços relacionados com o comércio”, “serviços de locação operacional” e “diversos serviços técnicos, profissionais e empresariais”, também é possível observar o comportamento dos dados dessa forma. Desse modo, cabe ainda analisar o desempenho da conta de serviços em conjunto com as demais contas das transações correntes do BP, conforme exposto na Tabela 11.

Tabela 11 – Transações correntes - Valores anuais (US\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
TRANSAÇÕES CORRENTES	-24.302	-47.273	-52.474	-54.249	-81.108	-88.659
Balança comercial (FOB)	25.290	20.147	29.793	19.395	2.400	-1.573
Exportação de bens	152.995	201.915	256.040	242.578	242.034	228.456
Importação de bens	-127.705	-181.769	-226.247	-223.184	-239.634	-230.029
Serviços	-19.245	-30.835	-37.932	-41.042	-47.096	-47.899
Transportes	-3.926	-6.407	-8.335	-8.770	-9.788	-8.888
Viagens internacionais	-5.594	-10.718	-14.709	-15.588	-18.283	-18.713
Computação e informação	-2.586	-3.296	-3.800	-3.850	-4.469	-4.392
Royalties e licenças	-2.078	-2.453	-2.710	-3.156	-3.071	-3.388
Aluguel de equipamentos	-9.393	-13.752	-16.686	-18.740	-19.060	-21.944
Empresariais, profissionais e técnicos	7.297	8.413	10.699	11.552	10.167	11.382
Demais	-2.966	-2.623	-2.391	-2.489	-2.592	-1.956
Rendas	-33.684	-39.486	-47.319	-35.448	-39.778	-41.218
Juros (saldo)	-9.070	-9.610	-9.719	-11.847	-14.244	-14.338
Lucros e Dividendos (saldo)	-25.218	-30.375	-38.167	-24.112	-26.045	-27.259
Salário e ordenado	603	499	567	512	511	378
Transferências unilaterais correntes	3.338	2.902	2.984	2.846	3.366	2.030
Memo: Transações Correntes (% do PIB)	-1,49%	-2,20%	-2,12%	-2,41%	-3,62%	-4,05%

*Acumulado até meados de dez.

Fonte: BCB, elaboração MF e SPE (2014, p.6).

²⁸ Conforme explicado na página 86 deste estudo, nos bancos de dados dos órgãos internacionais, como a OMC e a UNCTAD, considera-se a grande categoria “outros serviços de negócios” que engloba “compras e outros serviços relacionados com o comércio”, “serviços de locação operacional”, “diversos serviços técnicos, profissionais e empresariais”.

A tabela apresentada evidencia a notável representatividade do déficit da balança de serviços no resultado total negativo das transações correntes brasileiras. De acordo com o que assinala o MDIC (2013b), o crescente déficit na conta de viagens internacionais ocorre por conta do crescimento e fortalecimento da classe média na última década, propiciando o aumento do número de turistas brasileiros no exterior. No que diz respeito ao resultado dos serviços de transporte, outros fatores como o alto custo do frete, questões de baixa disponibilidade e baixa frequência de rotas marítimas, além dos recorrentes problemas não só em termos de estrutura como de logística auxiliam no entendimento do déficit, que se revela cada vez maior à medida que também cresce a necessidade de contratação de serviços de transporte internacional por conta do aumento das exportações e importações de bens (PIZA, MOURA, 2010). O MDIC (2013b) ainda sinaliza que o desempenho negativo da conta de transportes pode estar ligado à atuação brasileira como grande fornecedor de commodities agrícolas e minerais no mercado internacional. Contudo, a dependência tecnológica brasileira pode ser percebida pelo comportamento das operações relacionadas aos chamados serviços tecnológicos²⁹, classificação que inclui as categorias de “computação e informação”, “royalties e licenças” e “aluguel de equipamentos”.

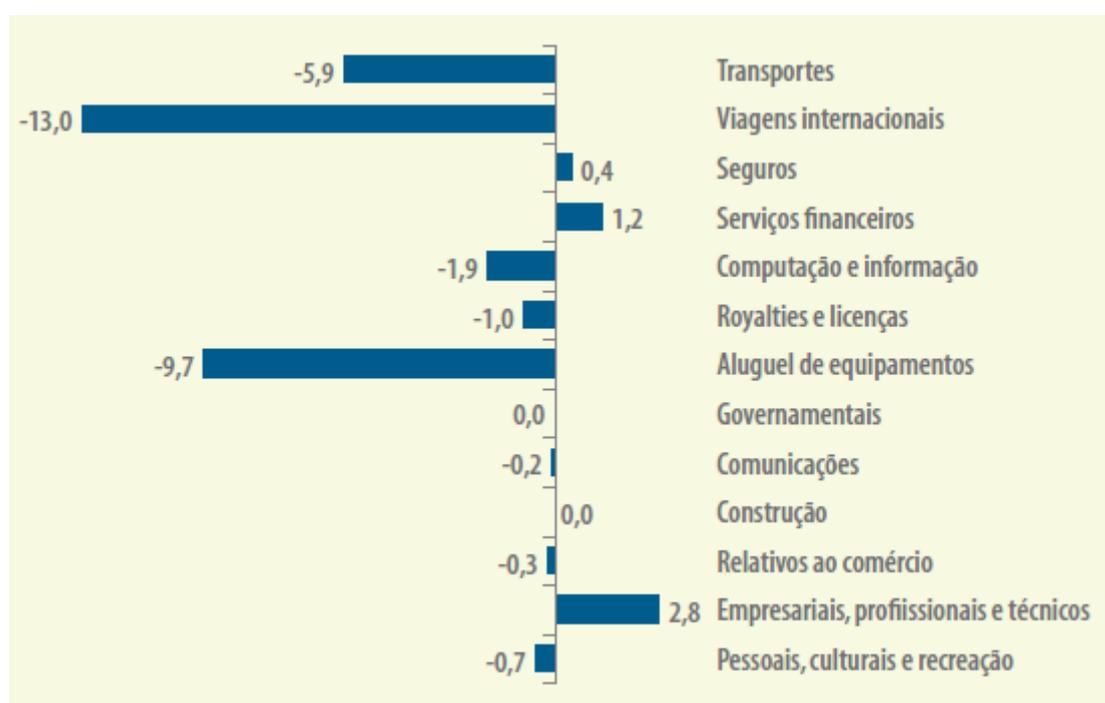
Esta última categoria é responsável pelos maiores déficits da conta de serviços brasileira desde 2009. De acordo com Pereira, Sennes e Mulder, (2009), o considerável aumento no déficit de “aluguel de equipamentos” a partir dos anos 2000, teve a influência do avanço das grandes empresas de exploração petrolífera no Brasil. Além disso, a evolução deste déficit também decorre dos investimentos que têm sido feitos nas áreas de infraestrutura no Brasil, principalmente quanto às obras do PAC (MDIC, 2013b). Cabe ainda ressaltar que, conforme apontado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (PEDROSO, 2014), o grande volume de plataformas de petróleo exportadas de maneira contábil pela Petrobrás, também faz aumentar as despesas com “aluguel de equipamentos”, pois nessa operação, apesar do produto não sair fisicamente do país, a estatal reverte pagamentos de aluguel para a subsidiária no exterior, com vistas a ganhar vantagem fiscal. A mesma referência ainda enfatiza que outras empresas de petróleo e gás que atuam no Brasil em conjunto com a Petrobrás também alugam do exterior boa parte das máquinas e equipamentos utilizados na produção.

Em contrapartida, a categoria de serviços empresariais, profissionais e técnicos é a única que desde 2009 vem apresentando crescentes superávits, com destaque para os serviços de

²⁹ Definição dada pela Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec).

arquitetura, engenharia e outros serviços técnicos e manutenção e instalação de escritórios e aluguel de imóveis, bem como de honorários de profissionais liberais, de acordo com informações do MDIC (2013b). Ainda segundo aponta Fraga (2014), grande parte desse superávit se deve ao aumento da atuação da construção civil brasileira no exterior nos últimos anos. No Gráfico 22, a seguir, constam as diferenças dos saldos das categorias que compõem a conta de serviços brasileira, referentes ao período compreendido entre os anos de 2009 e 2013.

Gráfico 22 – Diferenças dos saldos entre 2009 e 2013 (US\$ bilhões)



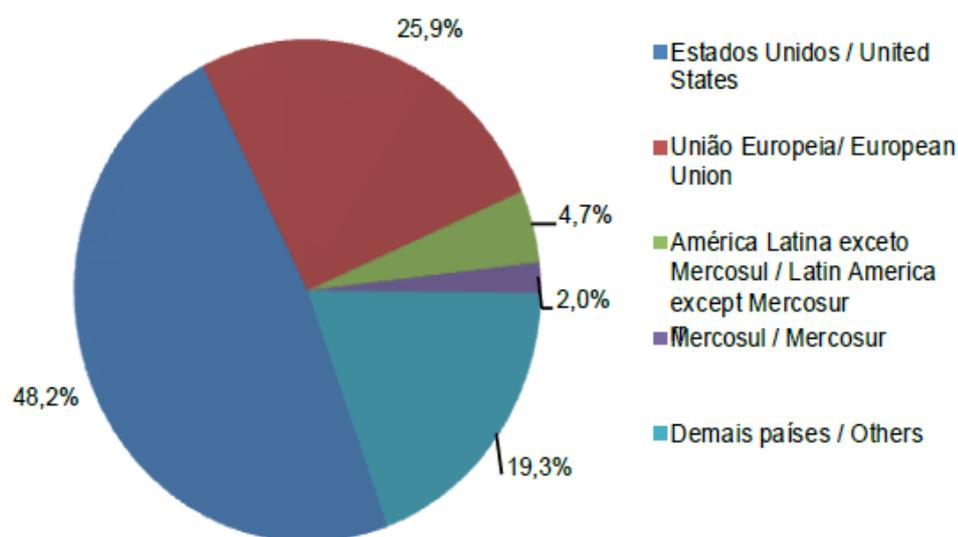
Fonte: BCB, elaboração Pereira (2014).

Esse gráfico reforça a tendência ao déficit da conta de serviços nas categorias já analisadas, assim como em outras de maior caráter tecnológico, como as de “computação e informação” e “royalties e licenças”. Essa última categoria remete aos pagamentos de direitos e propriedade de tecnologias oriundas do exterior, bem como aos gastos com as licenças de utilização destas no Brasil. Desse modo, é possível perceber que o déficit nessa categoria está relacionado ao contexto de dependência tecnológica e carência inovacional que afeta o Brasil. Quanto à categoria de serviços de computação e informação, também fica claro que, apesar do crescimento apresentado em suas exportações nos últimos anos (de 2002 a 2013 cresceu mais

de 33%, conforme exposto no Quadro 5), suas importações ainda têm maior peso na balança, o que perpetua os crescentes déficits observados na Tabela 11, apresentada anteriormente.

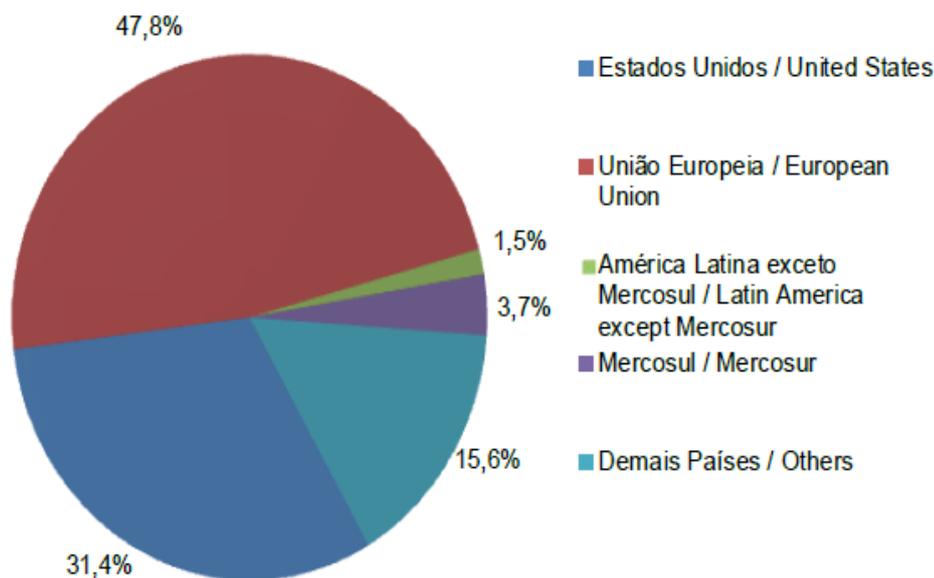
Nesse contexto, vale conhecer quais os principais mercados de aquisição das exportações brasileiras de serviços, além dos maiores destinos de pagamentos das importações brasileiras desse mesmo setor, tanto a nível mundo, como em relação aos membros do Mercosul, de acordo com os Gráficos 23 e 24 e os Quadros 7 e 8 obtidos no último Panorama do Comércio Internacional de Serviços no Brasil do MDIC, publicado em 2013.

Gráfico 23 – Mercados de aquisição das exportações brasileiras de serviços - 2012



Fonte: BCB, elaboração MDIC (2013b, p. 52).

Gráfico 24 – Destinos de pagamentos das importações brasileiras de serviços - 2012



Fonte: BCB, elaboração MDIC (2013b, p. 59).

Quadro 7 – Países de aquisição das exportações brasileiras de serviços MERCOSUL - 2012 (US\$ milhões)

País/Country	US\$ Milhões / US\$ Million	
	Valor / Value	Part % / %Share
Argentina/ Argentina	217	38,2%
Paraguai/ Paraguay	54	9,5%
Uruguai/ Uruguay	226	39,7%
Venezuela/ Venezuela	72	12,6%
Total/ Total	569	

Fonte: BCB, elaboração MDIC (2013b, p. 67).

Quadro 8 – Destino dos pagamentos das importações brasileiras de serviços MERCOSUL – 2012 (US\$ milhões)

País/Country	US\$ Milhões / US\$ Million	
	Valor / Value	Part % / %Share
Argentina/ Argentina	212	13,9%
Paraguai/ Paraguay	785	51,4%
Uruguai/ Uruguay	487	32,0%
Venezuela/ Venezuela	41	2,7%
Total/ Total	1.526	

Fonte: BCB, elaboração MDIC (2013b, p. 68).

No contexto mundial, segundo a mesma publicação do MDIC, os EUA (48,2%) e a União Europeia (25,9%) – com destaque para Países Baixos, Reino Unido e Alemanha com respectivamente 5,1%, 4,5% e 4,3% do total exportado em serviços – se destacam como os principais destinos das exportações brasileiras de serviços. No tocante às importações, a maior parte teve origem na União Europeia (47,6%) – 23,1% se originaram dos Países Baixos, 6,6% do Reino Unido e 4,5% da Noruega – e nos Estados Unidos (31,4%). No que diz respeito Mercosul, a Argentina e o Uruguai, nesta ordem, são os países do grupo que mais importam serviços brasileiros, enquanto o Paraguai se configura como o maior fornecedor de serviços para o Brasil – principalmente devido ao fornecimento de energia elétrica oriunda de Itaipu (Oliveira, 2006), seguido de Uruguai e Argentina. Contudo, como abordado anteriormente neste estudo, o Brasil é líder na exportação de serviços na América Latina e essa liderança também é notada no comércio intra-bloco, no qual em 2012 o Brasil exportou US\$ 568 milhões, aproximadamente 2,2% do seu total das exportações de serviços. Não obstante, este país também apresenta-se deficitário nas trocas comerciais com o Mercosul, do qual obteve um gasto de US\$ 1,52 bilhão em importações, 3,8% do total de suas importações de serviços.

Nesse âmbito, no intuito de favorecer a compreensão do déficit da conta de serviços brasileira, cabe ainda detalhar a composição da pauta das importações e exportações de serviços do Brasil, por atividades econômicas, de acordo com os Quadros 9, 10, 11 e 12.

Quadro 9 – Principais setores importadores de serviços no Brasil (CNAE) – 2011 (US\$ milhões)

		US\$ Milhões / US\$ Million	
Setor CNAE / ISIC SECTOR		Valor / Value	Part % / %Share
1.	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis / Manufacture of coke and refined petroleum products	13.392,36	37,5%
2.	Extração de Petróleo e Gás Natural / Extraction of crude petroleum and natural gas	2.545,30	7,1%
3.	Transporte Aéreo / Air transport	1.890,80	5,3%
4.	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas / Wholesale trade, except of motor vehicles and motorcycles	1.669,71	4,7%
5.	Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação / Computer programming, consultancy and related activities	1.420,18	4,0%
6.	Telecomunicações / Telecommunications	1.330,42	3,7%
7.	Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias / Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers	1.071,62	3,0%
8.	Atividades de Serviços Financeiros / Financial service activities, except insurance and pension funding	923,52	2,6%
9.	Eletricidade, Gás e Outras Utilidades / Electricity, gas, steam and air conditioning supply	792,93	2,2%
10.	Fabricação de Máquinas e Equipamentos / Manufacture of machinery and equipment n.e.c.	634,29	1,8%
	Demais / Others	10.076,1	28,2%

Fonte: BCB e CNAE 2.0, elaboração MDIC (2012, p. 68).

Quadro 10 – Principais setores importadores de serviços no Brasil (CNAE) – 2012 (US\$ milhões)

		US\$ Milhões / US\$ Million	
Setor CNAE / ISIC SECTOR		Valor / Value	Part % / %Share
1.	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis / Manufacture of coke and refined petroleum products	16.689	42,0%
2.	Transporte Aéreo / Air transport	2.049	5,2%
3.	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas / Wholesale trade, except of motor vehicles and motorcycles	2.019	5,1%
4.	Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação / Computer programming, consultancy and related activities	1.673	4,2%
5.	Extração de Petróleo e Gás Natural / Extraction of crude petroleum and natural gas	1.573	4,0%
6.	Telecomunicações / Telecommunications	1.437	3,6%
7.	Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias / Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers	1.185	3,0%
8.	Atividades de Serviços Financeiros / Financial service activities, except insurance and pension funding	1.074	2,7%
9.	Eletricidade, Gás e Outras Utilidades / Electricity, gas, steam and air conditioning supply	981	2,5%
10.	Fabricação de Máquinas e Equipamentos / Manufacture of machinery and equipment n.e.c.	805	2,0%
	Demais / Others	10.218	25,7%

Fonte: BCB e CNAE 2.0, elaboração MDIC (2013b, p. 73).

Conforme informado nos Panoramas do Comércio de Serviços do MDIC dos anos de 2012 e 2013, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o setor responsável pelo maior volume de importações de serviços foi o de “fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis” que, em parte devido às operações de aluguel de equipamentos com subsidiárias no exterior, registraram uma despesa de US\$ 13.392 milhões e US\$ 16.689 milhões respectivamente, quantias equivalentes a 37% e 42% do total de importações de serviços registradas em cada ano. Em seguida, é possível notar que nos dois anos analisados, estão sempre entre o segundo e quinto lugar da lista de importados os serviços relacionados aos setores de transporte aéreo e extração de petróleo de gás natural, bem como atividades dos serviços de tecnologia da informação e comércio por atacado, exceto serviços automotores e motocicletas. Esse quadro aponta a importância de uma política individual e tecnológica pensando no pré-sal – e seu potencial de reverberação de mudanças na economia industrial.

Quadro 11 – Principais setores exportadores de serviços no Brasil (CNAE) - 2011(US\$ milhões)

US\$ Milhões / US\$ Million		
Setor CNAE / ISIC SECTOR	Valor / Value	Δ % 2011/2010
1. Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas / Wholesale trade, except of motor vehicles and motorcycles	3.130,1	13,6%
2. Atividades de Serviços Financeiros / Financial service activities, except insurance and pension funding	1.477,2	6,4%
3. Atividades de Sedes de Empresas e de Consultoria Em Gestão Empresarial / Activities of head offices; management consultancy activities	1.304,5	5,7%
4. Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação / Computer programming, consultancy and related activities	1.154,2	5,0%
5. Atividades Auxiliares dos Serviços Financeiros, Seguros, Previdência Complementar e Planos de Saúde / Activities auxiliary to financial service and insurance activities	1.143,8	5,0%
6. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores / Manufacture of other transport equipment, except automotive vehicles	864,8	3,7%
7. Atividades de Apoio à Extração de Minerais / Mining support service activities	818,4	3,5%
8. Atividades Ligadas Ao Patrimônio Cultural e Ambiental / Libraries, archives, museums and other cultural activities	814,6	3,5%
9. Atividades Jurídicas, de Contabilidade e de Auditoria / Legal, auditing and accounting activities	781,7	3,4%
10. Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias / Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers	754,9	3,3%
Demais / Others	10.829,5	46,9%

Fonte: BCB e CNAE 2.0, elaboração MDIC (2012, p. 53).

Quadro 12 – Principais setores exportadores de serviços no Brasil (CNAE) - 2012 (US\$ milhões)

		US\$ Milhões / US\$ Million	
	Setor CNAE / ISIC SECTOR	Valor / Value	Δ % 2012/2011
1.	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas / Wholesale trade, except of motor vehicles and motorcycles	3.331	13,3%
2.	Atividades de Apoio à Extração de Minerais / Mining support service activities	2.052	8,2%
3.	Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação / Computer programming, consultancy and related activities	1.481	5,9%
4.	Atividades de Sedes de Empresas e de Consultoria Em Gestão Empresarial / Activities of head offices; management consultancy activities	1.376	5,5%
5.	Atividades de Serviços Financeiros / Financial service activities, except insurance and pension funding	1.233	4,9%
6.	Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias / Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers	1.174	4,7%
7.	Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos / Repair and installation of machinery and equipment	1.026	4,1%
8.	Atividades Auxiliares dos Serviços Financeiros, Seguros, Previdência Complementar e Planos de Saúde / Activities auxiliary to financial service and insurance activities	954	3,8%
9.	Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores/ Manufacture of other transport equipment, except motor vehicles	842	3,4%
10.	Atividades Jurídicas, de Contabilidade e de Auditoria / Legal and accounting activities	786	3,1%
	Demais / Others	10.765	43,0%

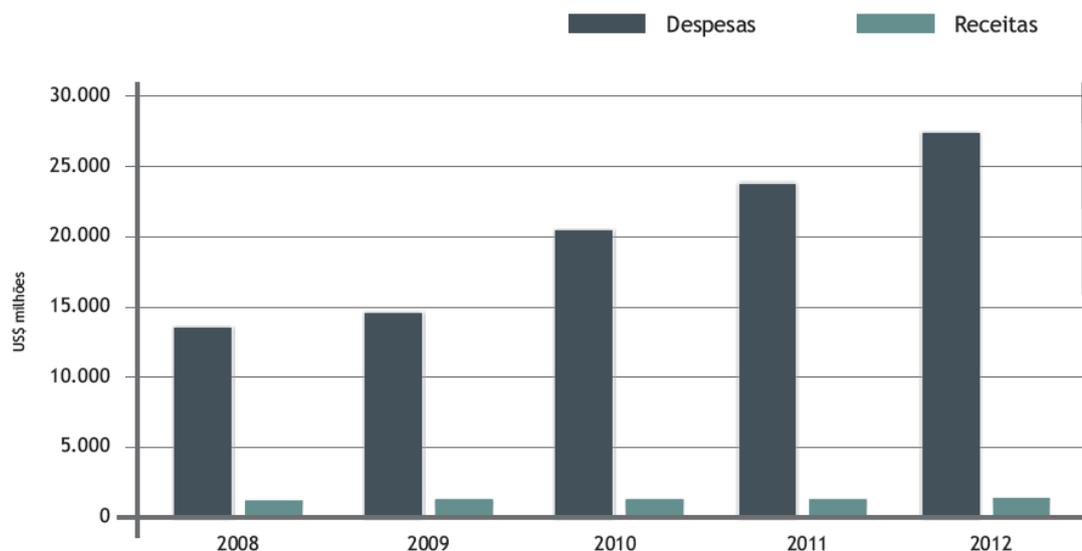
Fonte: BCB e CNAE 2.0, elaboração MDIC (2013b, p. 74).

Referente às exportações, o setor que obteve maior participação tanto em 2011 quanto em 2012 foi o de “comércio por atacado, exceto veículos automotores”, responsável por 13,6% (US\$3.130 milhões) e 13,3% (US\$ 3.331 milhões) do total de exportações de serviços brasileiros, respectivamente em cada ano. As “atividades dos serviços de tecnologia da informação”, bem como as “atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial” e as “atividades de serviços financeiros” também concentraram as maiores porcentagens em participação no total exportado de cada ano analisado, enquanto que o setor de “atividades de apoio à extração de minerais” subiu da sétima para a segunda posição entre as atividades com maior participação nas exportações do ano de 2011 para o ano de 2012. Esse incremento coincidiu com o início das operações de extração do pré-sal pela Petrobrás em 2012.

Contudo, importa enfatizar que, de maneira geral, como assinala o economista Fernando Ribeiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a atuação brasileira na exportação de serviços sofisticados é inexpressiva e esse fator acaba por contribuir para reforçar os gargalos tecnológicos que afetam o País, pois os serviços que atraem mais receita

são aqueles intensivos em conhecimento e mão de obra com maior qualificação (Fraga, 2014). Nesse sentido, cabe expor o Gráfico 25, a seguir, que expressa a notável discrepância entre os gastos e os ganhos que o Brasil obteve relativo aos serviços tecnológicos – “computação e informação”, “royalties e licenças” e “aluguel de equipamentos” – entre os anos 2008 a 2012.

Gráfico 25 – Evolução das despesas e receitas totais para os serviços tecnológicos (US\$ milhões)



Fonte: BCB, elaboração Protec (2013, p. 7).

Dessa forma, é possível perceber que a conjuntura apresentada tem relação direta com as bases estruturais que sustentam a dependência tecnológica brasileira. Logo, para que se consiga reverter esse quadro referente aos serviços tecnológicos, torna-se necessário a melhoria da educação brasileira, bem como aumentar os investimentos em P&D, por meio de um esforço conjunto da indústria e do Estado, com vistas a possibilitar avanços relevantes para incremento da estrutura produtiva e tecnológica do Brasil.

7.0 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo entender as razões que levam a conta de serviços brasileira a se manter deficitária mesmo após tantos movimentos e mudanças de orientação política na economia do Brasil. A análise teórica realizada trouxe a percepção da relevância de conceber o mundo como um complexo sistêmico integrado, caracterizado por um dinamismo que não apenas impede a existência de uma governança única, como também possibilita um melhor entendimento das mudanças e dos movimentos que ocorrem tanto nos contextos nacionais como no internacional. Nesse sentido, a pesquisa se respaldou na abordagem centro-periferia e nas contribuições da teoria da dependência na busca pela compreensão dos reflexos da distribuição desigual entre os atores do sistema mundial capitalista moderno, bem como dos elementos que compõem a trajetória histórica das distintas regiões, dentre as quais encontra-se a América Latina, na qual o Brasil está inserido

Desse modo, foi possível entender que a formação econômica da América Latina, característica dos países periféricos, aportou uma configuração de industrialização retardatária, a qual contribuiu para reforçar atrasos estruturais. Estes, ainda que de maneiras diversas, marcam a conjuntura dos países latino-americanos, sobretudo nas esferas social, econômica e tecnológica. Esse caráter dependente da América Latina, (mesmo após a independência política dos seus países), fundamentou-se, entre outros fatores, no modo de acumulação capitalista construído sobre os pilares da superexploração. Esse cenário colaborou para a geração de retardos nas economias latino-americanas, temática levantada neste estudo sob a ótica da industrialização tardia, a fim de conhecer os caminhos que levaram à formação desse padrão de desenvolvimento específico. Nesse âmbito, importa ressaltar que, em meio ao fim da segunda guerra mundial e à desestabilização de países do centro – os quais sofreram uma forte queda em suas exportações –, realçaram-se as transformações obtidas a partir do processo de substituição de importações nos países latino-americanos.

A política de substituição de importações sinalizava uma estratégia de crescimento com maior foco no mercado interno, que acabou por gerar uma indústria pouco dinâmica cujos ganhos com a produtividade eram nitidamente menores em comparação àqueles percebidos pelos países industrializados. Estes, além de já concorrerem no mercado internacional, também apresentavam um alto progresso tecnológico pouco internalizado pela indústria latino-americana. A análise desse cenário mostrou que, como nas importações de tecnologia pela América Latina as peculiaridades e necessidades regionais não eram consideradas, não

havia estímulo para desenvolver uma produção tecnológica endógena que de fato correspondesse à realidade dessa região, com todas as suas potencialidades e dificuldades. Dessa maneira, a expressão dessa conta revela uma deficiência histórica no que se refere aos setores que envolvem competências tecnológicas.

No Brasil, o crescimento industrial foi inicialmente fomentado pela tentativa do governo de manter a expansão do setor cafeeiro. No entanto, com a crise do café e a brusca diminuição das importações pelo aumento dos custos e indisponibilidade de oferta, a indústria passou a conquistar um maior espaço na economia brasileira, acabando por se tornar o setor economicamente mais representativo do País, principalmente após a adoção das políticas de substituição de importações, fortalecidas a partir dos anos 1950. Contudo, à medida que esgotava-se a produção excedente da indústria, fazia-se necessária a aquisição de bens de capital para ampliação dessa capacidade produtiva. Todavia, a impossibilidade de importar esses bens – devido ao alto custo que essas operações apresentavam à época, devido ao protecionismo e à desvalorização da moeda nacional – impulsionou o desenvolvimento da indústria de bens de capital brasileira, muito por conta de esforços do governo em conjunto com o investimento direto estrangeiro, por parte das multinacionais. Assim, a tecnologia importada para a fabricação de bens de capital era incorporada no País e controlada por essas indústrias estrangeiras que dispunham de uma maior maturação tecnológica. Desse modo, instaurava-se a deficiência de formação tecnológica interna, que colaborou para compor o caráter dependente do Brasil em relação à tecnologia oriunda dos países centrais, bem como para gerar as consequências observadas na economia deste país.

Esse quadro, intensificado pelas transformações alicerçadas na revolução tecnológica e rearticulação econômica mundial iniciada nos anos 60 e 70, corroborou para a implementação do Consenso de Washington, que reforçou a posição de maior centralidade dos EUA na economia mundial e aportou medidas liberalizantes tanto no âmbito comercial quanto (principalmente) no financeiro. Essas políticas acabaram por dificultar o desenvolvimento econômico dos países periféricos, sobretudo, conforme assinala Oliveira (2006), para as economias latino-americanas cuja crescente financeirização tem, desde então, contribuído para anular o esforço realizado no item comércio.

Ademais, a pesquisa ainda concluiu que, embora a partir dos anos 1970 centros de pesquisa em inovação científico-tecnológica tenham sido criados com incentivo do governo federal, essa capacidade de inovação era bastante limitada no que se refere à atividade empresarial. Esse quadro, intensificado pelas transformações econômicas ocorridas na

América Latina a partir de 1960, contribui para que as economias dessa região tendam a concentrar seus esforços num novo padrão exportador de especialização produtiva, colocando em segundo plano o projeto de industrialização em execução nas economias latino-americanas.

No novo padrão de reprodução do capital latino-americano, passa a predominar a reprimarização da produção para a exportação, por conta da disposição de vantagens competitivas e comparativas nos produtos intensivos em recursos naturais. Assim, desde os anos 1980 a especialização primária é preponderante nesta região e grande parte da indústria latino-americana também está relacionada à essa tendência, concentrando uma produção de bens de baixo dinamismo e conteúdo tecnológico.

Nesse contexto, instaurada a difusão da revolução científico-técnica, a partir dos anos 1970, o mundo passa por uma mudança de reestruturação produtiva que contribui para a consolidação de um novo regime de acumulação capitalista flexível, o qual ao mesmo tempo em que promove a difusão de informações e facilita a tomada de decisões e trocas comerciais e financeiras no mundo, acaba por também reforçar as diferenças entre os países oriundos da periferia e aqueles advindos do centro. Os países cuja industrialização se encontrava mais avançada detinham maiores vantagens comparativas e competitivas na seara de ciência tecnologia e inovação, além do fato das empresas transacionais passarem direcionar as etapas de produção menos intensivas em mão de obra qualificada para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, colaborando para a intensificação do processo de precarização do trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar que como os processos produtivos de bens passaram a se revelar cada vez mais intensivos em serviços, a dependência tecnológica do Brasil, derivada de seu padrão de industrialização tardia, culminou na constituição de uma conta de serviços historicamente deficitária, tendo em vista que as transformações produtivas e a intensificação da internacionalização econômica resultaram indiretamente na crescente integração dos serviços com os processos produtivos das mercadorias.

Ademais, pesa ainda o fato de que, desde a implantação dos princípios liberalizantes do Consenso de Washington e a decorrente abertura comercial do mercado mundial –s obretudo a partir da intensificação do processo de globalização nos anos 1990 –, foi se tornando cada vez maior a demanda de outras economias industrialmente mais avançadas por commodities, o que, aliado à valorização desse segmento, colaborou para que o Brasil reafirmasse sua especialização primária e pautasse a maior parte de sua produção industrial em bens básicos e semimanufaturados.

Nesse ínterim, a experiência chinesa aponta para uma coerente articulação da estratégia nacional de industrialização com as novas realidades da concorrência global (BELLUZZO, 2012). Dessa forma, a China, país atualmente considerado como o maior parceiro comercial do Brasil, passa a se destacar como grande potência econômica, com elevados índices de produção manufatureira, inclusive de bens tecnologicamente mais avançados, um grande exemplo do desenvolvimento asiático que, diferente da América Latina, conseguiu aliar a importação de tecnologia à capacitação para a produção tecnológica interna, através de uma política paralela interna, que incluiu grandes esforços em P&D para incremento da capacidade produtiva tecnológica e inovacional.

Nesse âmbito, a análise da balança comercial brasileira também provou que o País importa majoritariamente produtos de alta e média alta tecnologia, enquanto na sua pauta de exportação figuram, em sua maior parte, produtos não industriais e aqueles considerados de baixa tecnologia. Sobre essa conta externa, percebeu-se ainda que nos anos de 2013 e 2014, houve uma mostra das consequências da especialização em commodities e produtos semimanufaturados, pois com a desaceleração chinesa e a crise na Europa, ocorreu uma diminuição da demanda por esses produtos, o que acabou por também ocasionar a queda de preços das commodities que reflete no resultado da balança comercial.

Desse modo, foi a partir da investigação estrutural que a pesquisa caminhou para a análise da conta de serviços brasileira e da atuação do Brasil no comércio internacional de serviços. A análise apontou para a relação entre o déficit da conta de serviços e a estrutura produtiva e tecnológica do país. Esse contexto sinaliza a apreensão de Oliveira (2006), referente ao risco de não se alcançar resultados positivos no balanço comercial para compensar o déficit da conta serviços, pois as exportações de produtos primários são muito voláteis, fator que compromete cada vez mais o próprio pagamento da aquisição tecnológica percebida. O mesmo autor, assim como Ouriques (2012) ressalta a importância da integração sul-americana para minimizar esses gargalos e aponta, como exemplo, o potencial do Mercosul, que, de maneira geral, se limita à questão do comércio de bens.

Ademais, a especialização produtiva verificada no Brasil, voltada sobretudo para bens básicos, menos intensivos em tecnologia e de baixo valor agregado, contribui para que o País continue a importar serviços das economias que detêm esse potencial tecnológico, um dos principais sustentáculos do déficit desta conta. Destarte, foi de grande valia perceber essas relações e compreender as limitações das políticas orientadas para o mercado sem vislumbrar

um esforço efetivo de capacitação científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento social e político do Brasil.

Nesse contexto, Belluzzo (2013) afirma que as circunstâncias de competição nas áreas mais modernas da economia industrial requerem intervenções estratégicas, construídas de um modo que permita englobar cadeias industriais inteiras, além de ressaltar a importância da intervenção do Estado na construção de infraestrutura e de outros bens públicos, – a exemplo da produção de conhecimento científico e tecnológico. Essas reflexões se aplicam de maneira bastante concreta ao enfrentamento das dificuldades provenientes das questões estruturais oriundas do padrão de desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, a partir dessa base teórica debruçada sobre a questão da dependência, nota-se a impossibilidade de cessar a lógica dependente discutida, sem que haja um rompimento com esse padrão de desenvolvimento. Todo o processo que leva ao déficit da conta de serviços brasileira ocorre numa perspectiva de dependência tecnológica e a reversão do comportamento negativo desta conta só ocorreria com a alteração do padrão adotado. A superação desse contexto deficitário passa por uma mudança estrutural e por uma concepção que dialoga com fatores como a cultura, a identidade regional e a integração latino-americana. Logo, não seria possível alterar a tendência ao déficit mantendo o padrão de desenvolvimento estabelecido, bem como nos marcos do capitalismo essa superação se torna ainda mais difícil.

Assim, o estudo acaba por evidenciar uma conjuntura bem explicada por Alves (2008) ao enfatizar que embora se assuma a possibilidade de haver crescimento e produção capitalista na periferia emergente – tendo como exemplos de destaque nas últimas décadas países como o Brasil, a Índia, a Coreia do Sul e a China – ainda se pode perceber a desconexão existente entre crescimento econômico e desenvolvimento sócio-humano. Dessa forma, fica claro que o déficit da conta de serviços brasileira, sobretudo no tocante aos serviços tecnológicos, reflete os gargalos estruturais do Brasil – inserido no contexto latino-americano – e evidencia a necessidade de um esforço conjunto da indústria e do Estado em prol do desenvolvimento do panorama de CT&I do País. Esse esforço se daria com o intuito de reduzir o quadro de dependência tecnológica no qual esta economia está inserida e que acaba por afetar não apenas a conta de serviços, como as demais contas externas brasileiras. Logo, esse estudo propicia ainda a vontade de continuar a investigar os efeitos do padrão de desenvolvimento característico da América Latina no contexto das principais economias dessa região, com o intuito de observar suas singularidades e similaridades e constatar a importância real da política de integração.

REFERÊNCIAS

AEB - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Análise da Balança Comercial Brasileira**, 2010. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/An%C3%A1lise%20da%20Balan%C3%A7a%20Comercial%20Brasileira%202010.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e future**, 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2014.

ADVFN BRASIL. **Boletim Focus**. Disponível: <<http://br.advfn.com/boletim-focus>> Acesso em: 10 jan. 2015.

ALÉM, A. **Macroeconomia: teoria e prática no Brasil**, Elsevier, 2010. 396 p.

ALVES, G. Apresentação. In: VALENCIA, A. S. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2008. p. 5-11.

ARAÚJO, B. C. **Políticas de Inovação no Brasil e na China no Século XXI**. Texto para discussão, n. 1863, Brasília: IPEA, ago. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19673> Acesso em: 20 jul. 2014.

ARENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2138>> Acesso em: 16 set. 2014.

AUREA, A. P.; GALVÃO, A. C. F. **Importação de Tecnologia, Acesso às Inovações e Desenvolvimento Regional: O Quadro Recente no Brasil**. Texto para discussão n. 616, Brasília: IPEA, dez. 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0616.pdf> Acesso em: 18 out. 2014.

BACHA, C. J. C. **Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BAER, W. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p.

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano**, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 224p.

BARROS, C. D.; PEDRO, S. L. **O papel do BNDES no desenvolvimento do setor automotivo brasileiro: 2012**. BNDES, 2012. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ComplexoAutomobilistico.pdf> Acesso em: 20 abr. 2014.

BARTLETT, C.; GHOSHAL, S. **Gerenciando Empresas no Exterior: A Solução Transnacional**. São Paulo: Makron Books, 1992. 360 p.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Padrão Especial de Disseminação de Dados**, 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/balpagam_p.htm> Disponível em: 20 out. 2014.

_____. **Contas Externas**. Série: Perguntas mais frequentes, 2014a. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%208-contas%20externas.pdf>> Acesso em 08 out. 2014.

_____. **Notas explicativas ao Balanço de Pagamentos compilado de acordo com as normas estabelecidas na quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NotasExplBPM5.pdf>> Acesso em: 20 out. 2014b.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre capitalismo no século XX**. São Paulo: UNESP; Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. Recorrência histórica: O processo de industrialização da China guarda profunda semelhança com o desenvolvimento dos EUA e da Alemanha no fim do século XIX e início do XX. **Carta Capital**, 1 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/colunistas/Plone/internacional/recorrencia-historica>> Acesso em: 15 jan. 2015.

BORNSCHIER, V. The world economy in the world-system: structure, dependence and change. **International Social Science Journal: Images of world society**, Unesco, v.34, n. 1, p. 37-60, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000491/049153eo.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2014.

BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital**, 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 172 p.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990. 120 p.

BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2014.

BRASILGLOBALNET. **Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais: China.** Jun. 2014. Disponível em:
<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>
Acesso em: 02 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L.C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 3-24, abr. 1991. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/883/820>> Acesso em: 12 set. 2014.

_____. Brasil vive desindustrialização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2010. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2908201011.htm>> Acesso em: 18 dez. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. **Existe doença holandesa no Brasil?** 2008. Disponível em:
<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>> Acesso: 20 nov. 2014.

CALI, M.; ELLIS, K.; TE VELDE, D. W. **The contribution of services to development and the role of trade liberalisation and regulation.** In: OECD Global Forum on International Investment, 8., mar. 2008. **Briefing note 1...** Paris: OECD Investment Division, march 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/investment/globalforum/40302909.pdf>> Acesso em: 20 out. 2014.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Ensaio de Interpretação Sociológica, 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARDOSO, M.L. O mito do método. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1971. Mimeografado.

CARTEMOL, F. BNDES-exim: 15 anos de apoio às exportações brasileiras. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 3-30, dez. 2005. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2401.pdf> Acesso em: 28 nov. 2014.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M; CARDOSO, G. (org.). A sociedade em rede: dupas do conhecimento à ação política. **Debates Presidência da República**, p. 17-30, mar. 2005. Disponível em:
<<http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2014

CASTILHO, M. R.; LUPORINI, V. **A elasticidade-renda do comércio regional de produtos manufaturados.** CEPAL, jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/6/36366/LCBRSR206MartaCastilho.pdf>> Acesso em 28 nov. 2014.

CASTRO, A.C.; CASTRO, L. B. de. **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico:** reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 234 p.

CHIARINI, T.; SILVA, A. L. G. da. Comércio de produtos tecnológicos e transferência internacional de tecnologia: análise exploratória do caso brasileiro nas décadas de 1990 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC, 2014. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-21faffbad943ec9a909b07c5f3b15e0f.doc> Acesso em: 04 jan. 2014.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2012.html>> Acesso em: 26 jan. 2014.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: o setor de serviços**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D0184D5A1501185C91F9EA404F/Setor%20de%20Serv_final.pdf> Acesso em: 01 mai. 2014.

COLANDER, D; KUPERS, R. **Complexity and the art of public policy: solving society's problems from the bottom up**. EUA/Reino Unido: Princeton University Press, 2014. 320 p.

COUTINHO, L. Globalização e capacitação tecnológica nos países de industrialização tardia: lições para o Brasil. **Gestão & Produção**, v.3, n.1, p. 49-69, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v3n1/a03v3n1.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2014

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Acordo geral sobre comércio de serviços. Disponível: <<http://www.cvm.gov.br/port/relinter/wto/gats-p.asp>> Acesso em: 15 jan. 2014.

DE NEGRI, F. (2012) Elementos para a análise da baixa inovatividade brasileira e o papel das políticas públicas. **Revista USP**, São Paulo, n. 93, p. 81-100, mar.-abr.-mai. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45004>> Acesso em: 20 nov. 2014.

DIAS, M. A. R. Impacto da ação da OMC no ensino superior e no mundo do trabalho. In: DOS SANTOS, T. (coord.); MARTINS, C.E. et al. (org.). **Globalização: dimensões e alternativas**, São Paulo, Edições Loyola, 2004

DOS SANTOS, T. **O desenvolvimento Latino-americano: passado, presente e futuro**. Textos para discussão GREMIMT, série 1, n. 2, 2002, Niterói: UFF, 2002.

DUPAS, G. **Economia e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 219 p.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México: Centro de Economía Transnacional, 1983. 359 p.

_____. Industrialização na América Latina da “caixa negra” à “caixa postal vazia”. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n. 4 (48), p. 7-16, out.-dez. 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/48-2.PDF>> Acesso em: 20 abr. 2014.

FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Balanço de pagamentos tecnológico: uma perspectiva renovada. In: FAPESP. **Indicadores de**

ciência, tecnologia e inovação em São Paulo - 2010, v. 1, 2010. Cap. 6. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/2010/volume1/cap6.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2014.

FEIJÓ, C. et al. **Contabilidade social**. O novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2003.

FILGUEIRAS, L. A. M. et al. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente: Desindustrialização, Reprimarização e Doença Holandesa. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8., 2012. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2012/id/o_desenvolvimento_economico.pdf> Acesso em 25 nov. 2014.

FILGUEIRAS, L.; OLIVEIRA, E. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**, 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 77-97.

FISCHER, S.; SAHAY, R. Transition economies: the role of institutions and initial conditions. In: CONFERENCE IN HONOR OF GUILLERMO A. CALVO, abr. 2004, Washington. **Seminars...** Washington: IMF, abr. 2004. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/seminars/2004/calvo/pdf/fische.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2014.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. Internacionalização das empresas brasileiras: em busca de uma abordagem teórica para os late movers. In: FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. (org.). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 3-14.

FONSECA, P. C. D.; SOUZA, L. E. de (org.). **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/11.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2014.

FRAGA, E. Exportação de serviços é ofuscada por importações. **Folha de São Paulo**, 1 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1508809-exportacao-de-servicos-e-ofuscada-por-importacoes.shtml>> Acesso em: 12 dez. 2014.

FRANK, A. G. Latin America at the Margin of World System. East > West Hegemonial Shifts 992-1492-1992. *The Andre Gunder Frank Official Website*, 1992. Disponível em: <http://www.rojasdatabank.info/agfrank/latin_margin.html> Acesso em: 20 abr. 2014.

FURTADO, C. **Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems**. Cambridge University Press, 1976. 317 p.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Nacional, 1997.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, J. As relações tecnológicas do Brasil com o mundo exterior: passado, presente e perspectivas. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 218-233, mar.-mai. 2011. Disponível em: <<http://rusp.scielo.br/pdf/rusp/n89/15.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2014.

GANDELMAN, M. **Poder e conhecimento na economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. da. **Vinte anos de economia brasileira 1994 / 2014**. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.aben.com.br/Arquivos/252/252.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2014.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, 2001.

GRISI, C. O Brasil abriu os olhos para o exterior. **Análise Comércio Exterior e Negócios Internacionais**, São Paulo, anuário 2010, p. 19-33, 2010.

GUILLÉN, A. **Modelos de Desarrollo y Estrategias Alternativas en América Latina**, 2007. Disponível em: <http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201108311505340.A_GUILLEN3.pdf> Acesso em: 05 nov. 2014.

HAFFNER, J. A. H. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Edipucrs, 1996. 140 p.

_____. **A Cepal e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 238 p.

HARVEY. D. **A Condição Pós-Moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 349 p.

HASSAN, M.H.A. Global Science Gaps Need Global Action. **Issues in Science and Technology**, 27 nov. 2013. Disponível em: <<http://issues.org/24-2/hassan/>> Acesso em: 02 ago. 2014.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-114.

HETTNE, B.; BLOMSTRÖM, M., **Development theory in transition, the dependency debate & beyond: third world responses**, Londres: Zed books, 1984. Edição em espanhol por siglo xxi, 1990.

HIRSCHFELD, J.; KÖNIG, C. BACHUROVA, A. Sustainability impacts of liberalizing trade in services: assessment methodologies and policy responses. In: EKINS, P.; VOITURIEZ T. **Trade, globalization and sustainability impact assessment: a critical look at methods and outcomes**, 1. ed. UK and USA: Earthscan, 2009. p. 123-140.

HISSA, C. E. V. **Entrenotas: Compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. 197 p.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Uma Comparação Entre a Agenda de Inovação da China e do Brasil. **Carta IEDI**, n. 492, 4 nov. 2011. Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_492_uma_comparacao_entre_a_agenda_de_inovacao_da_china_e_do_brasil.html> Acesso em: 20 jul. 2014.

IANNI, O. Globalização: Novo paradigma das Ciências Sociais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP/IEA, v.8, n. 21, p. 147-163, 1994. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9666/11236>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

IMEA - INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS. **A UNILA em construção**: um projeto universitário para a América Latina, Foz do Iguaçu: IMEA, 2009. Disponível em:

<<http://unila.edu.br/sites/default/files/files/Unila%20em%20constru%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2014.

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Database**, 2014. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/index.aspx>> Acesso em: 29 out. 2014.

_____. **Balance of payments manual**. Disponível em:

<<https://www.imf.org/external/pubs/ft/bopman/bopman.pdf>> Acesso: 12 jan. 2015.

JABOUR, E. Crise, plano e paradigma de modelo na China. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. (org.). **A grande crise capitalista global 2007-2013**: gênese, conexões e tendências, 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 291-304.

KON, A. A Internacionalização dos Serviços. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.39, n.1, p. 42-54, jan.-mar. 1999.

KUBOTA, L.C.; SALERNO, M.S. Estado e Inovação produtiva. In: AMORIM, R.L.C., CAMPOS, A.G.; GARCIA, R.C. (ed.). **BRASIL: O estado de uma Nação – Estado, Crescimento e Desenvolvimento: a Eficiência do Setor Público no Brasil**, 2007. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3069/1/Livro-Brasil-O_estado_de_uma_na%C3%A7%C3%A3o_2007.pdf> Acesso em: 20 jul. 2014.

LAMUCCI, S. Exportação também ‘derrubou’ a indústria. **Valor Econômico**, 5 abr. 2012. Disponível: <<http://www.valor.com.br/brasil/2603542/exportacao-tambem-derrubou-industria>> Acesso: 15 nov. 2014.

LESSA, A. C. M. Instabilidade e mudanças: os condicionantes históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979). **Revista de informação legislativa**, Brasília, ano 34, n. 133, p. 73-82, jan.-mar. 1997.

LIMA, M. J. O. O processo de modernização das organizações empresariais. In: LIMA, M. J. O. **As empresas familiares da cidade de Franca**: um estudo sob a visão do serviço social. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009. p. 21-74.

LIMA, M. R. S.; SANTOS, F. O Congresso e a política de comércio exterior. **Lua Nova**, n. 52, p. 121-149, 2001.

MARINI, R.M. **Dialéctica de la dependência**, 11. ed. México: Ediciones Era, 1991.
Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/024_dialectica_dependencia.html>
Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Processo y tendencias de la globalización capitalista *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.), **La teoría social latinoamericana: Cuestiones contemporáneas**, México: UNAM/Ediciones El Caballito, 1996. p. 49-68.

_____. Dialectica de la dependência. *In*: MARINI, R.M. **América Latina, dependência e globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008a. p 151-164.

_____. Processo y tendencias de la globalización capitalista. *In*: MARINI, R.M. **América Latina, dependência e globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008b. p 247-271.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 368 p.

_____. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. **Revista Pensata**, v.3, n.1, nov. 2013. Disponível em:
<<http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/5Martins-2.pdf>>
Acesso em: 8 jan. 2015.

MATESCO, V.R.; SCHENINI, P. H. **Economia para não economistas: princípios de economia para profissionais em mercados competitivos**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2010.

MATTOS, A. M. J. G. de. Brasil e China na Reorganização das Relações Econômicas Internacionais. *In*: FUNAG. **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 35-47, 2011.
Disponível em:
<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf> Acesso em: 20 jul. 2014.

MAURER, 2006 apud CNI (Confederação Nacional da Indústria). **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: o setor de serviços**. Brasília, 2007.
Disponível em:
<http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D0184D5A1501185C91F9EA404F/Setor%20de%20Serv_final.pdf> Acesso em: 01 mai. 2014.

MCTI – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015: Balanço das Atividades Estruturantes 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/docs/218981.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2014.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança comercial brasileira: dados consolidados**, jan.-dez. 2006. Disponível

em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1365786813.pdf> Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **MDIC divulga material histórico sobre os 200 anos do comércio exterior brasileiro**, 5 mai. 2008. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=8219>> Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Série histórica 1991-2010**, 2010. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3129&refr=1161>> Acesso em 10 jan. 2015.

_____. **Panorama do Comércio Internacional de Serviços no Brasil 2012: dados consolidados 2011, 2012**. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1343139171.pdf> Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Exportação-Importação dos setores industriais por intensidade tecnológica 2013**, 2013a. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608>> Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Panorama do Comércio Internacional de Serviços no Brasil 2013: dados consolidados 2012, 2013b**. Disponível em:

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1377202302.pdf> Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Exportações brasileiras por Fator Agregado: 1964 a 2013. Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>> Acesso em 18 dez. 2014a.

_____. **Conceito de produto por fator agregado**. Disponível em:

<www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1338918538.doc> Acesso em: 28 nov. 2014b.

_____. **Balança comercial brasileira: Mensal**, dez. 2014c. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>> Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Análise do desempenho mensal: aspectos gerais. Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**, dez. 2014d. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4861>> Acesso em: 15 jan. 2015.

MELLO, J.M.C. de. **O Capitalismo Tardio**. 10. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

MELO, H. P. de et al. **O setor serviços no Brasil: uma visão global -1985/95**. IPEA, texto para discussão n. 549. 1998.

Disponível em:

<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0549.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA; SPE - SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Balança comercial dezembro 2014**, 5. Jan. 2015. Disponível em:

<https://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/atividade_economica/2015/2015_01/IE%202015%2001%2005%20Balanc%CC%A7a%20Comercial%20Mensal.pdf> Acesso em 10 jan. 2015.

_____. **Balço de Pagamentos**, 19 dez. 2014. Disponível em:

<https://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2014/2014_12/setor_externo/IE%202014%2012%2019%20Balan%C3%A7o%20de%20Pagamentos.pdf> Acesso em 12 jan. 2015.

MIX, M. R. **Los cien nombres de América**: eso que descubrió Colón. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1997. 410 p.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil**. Documento de pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, mar. 2006. Disponível em:

<<http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/Doenca%20HOLANDESA%20FINAL%206MAR%20-%20final-27032006.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2014.

NASSIF, M. I. Belluzzo: Brasil precisa superar enganos conjunturais e fazer política macroeconômica. **Carta Maior**, 17 jul. 2013. Disponível em:

<<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Belluzzo-Brasil-precisa-superar-enganos-conjunturais-e-fazer-politica-macroeconomica/7/28334>> Acesso em: 10 jan. 2015.

NEILSON, G. **Power Relations in the Trans-Pacific Partnership Agreement**, 21 ago. 2013. Disponível em:

<<http://pacificusforum.com/2013/08/21/power-relations-in-the-trans-pacific-partnership-agreement/>> Acesso em: 20 ago. 2014.

NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latino-americano. In: NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. (Org.) **Perspectivas para la integración de América Latina**, Brasília: IPEA/CAF, 2012. 338 p. Disponível em:

<<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/11759.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2014.

NUMMELA, N.; SAARENKETO, S.; PUUMALAINEN, K. A global mindset - a prerequisite for successful internationalization? **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 21, n. 1, p. 51-64, 2004.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Latin American Economic Outlook 2014: Logistics and Competitiveness for Development.

OECD publishing, 2014. Disponível Em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/latin-american-economic-outlook-2014_leo-2014-en#page1> Acesso em: 20 out. 2014.

OLIVEIRA, A. A. de. Democracia, emancipação e o sistema do capital. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano 18, n. 42, p.9-23, jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1371570924.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2015.

OLIVEIRA, F. de. Fronteiras Invisíveis. In: NOVAES, A. (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. p. 23-48.

OLIVEIRA, I.T.M. **BRICS**: Novos competidores no comércio internacional de serviços? Texto para discussão, n. 1809, Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1809.pdf> Acesso em: 15 jan. 2015.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de economia política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr.-jun. 2010. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/PDF/118-3.PDF>> Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 103-134

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 37-86.

_____. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 344 p.

OURIQUES, N. O lugar do Brasil no mundo. **Carta Maior**, 18 ago. 2010a. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Opinia/O-lugar-do-Brasil-no-mundo/22481>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **De renúncias e tradições**. A propósito de Maria da Conceição Tavares. Nov. 2010b. Disponível em: < http://iela.cse.ufsc.br/noticias_visualizacao.php?id=1575&imp=1>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Crise mundial e integração latino-americana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1076>> Acesso em: 10 jan. 2015.

PAIVA, C. A. N.; CUNHA, A. M. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/411-Manual_de_Economia.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, São Paulo: FIESP e IEDI, 28 ago. 2005.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**: uma introdução à macroeconomia. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

PEDROSO, R. Pré-sal e obras elevam déficit em serviços. **Valor Econômico**, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3795248/pre-sal-e-obras-elevam-deficit-em-servicos>> Acesso em: 15 dez. 2014.

PENNAFORTE, C. **Análise dos sistemas mundo**: Uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/6565771/Analise_dos_Sistemas-Mundo_A_Analise> Acesso em: 10 abr. 2014.

PEREIRA, L. V. A China e as exportações brasileiras: perspectivas em um cenário de uma nova crise mundial. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 65, n. 10, out. 2011. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028809A203E1B74012048F081154692&contentId=8A7C82C5326EAD420132FE8398AA29A3>> Acesso em: 21 nov. 2014.

PEREIRA, L. V. Déficits, uma questão estrutural. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 68, n. 3, mar. 2014. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028809A203E1B74012048F081154692&contentId=8A7C82C544B314F90144C12341D770DF>> Acesso em: 18 nov. 2014

PEREIRA, L. V.; SENNES, R.; MULDER, N. **Exportações brasileiras de serviços comerciais**. Texto para discussão n. 7, dez., 2009. IBRE, FGV. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11708/Exportacoes%20brasileiras%20de%20servicos%20comerciais.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 dez. 2014.

PIZA, E. C. de; MOURA, A. C. O perfil do comércio exterior brasileiro de serviços: 1990 a 2008. **A Economia em Revista**, v. 18, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/12981/8303>> Acesso em 15 dez. 2014.

POLETTI, D. W. **A Cepal e a América Latina**. 4. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 72 p.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletín económico de América Latina**, v. 7, n.1, Santiago: CEPAL, 1962. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf> > Acesso em: 10 abr.2014.

PRETO, A.C.O. China Brasil. In: FUNAG. **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais**: desafios e oportunidades. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 13-34, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/brasil_e_china_no_reordenamento_das_relacoes_internacionais_site.pdf> Acesso em: 20 jul. 2014.

PROTEC - SOCIEDADE BRASILEIRA PRÓ-INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. **Monitor do déficit tecnológico, resumo de 2012**, 2012. Disponível em: <<http://deficitometro.org.br/Download/Monitor/17.pdf?h=42>> Acesso em: 12 dez. 2014.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M. G. de. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber, p. 27-66, 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIST, G. **Le développement**: histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences, 2001.

SACHS, J. A new map of the world. **The Economist**, 24 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/80730>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Full Bio. Disponível em: <<http://jeffsachs.org/about/>> Acesso em: 10 ago. 2014.

SALAMA, P. **O desafio das desigualdades**. América Latina/Ásia: uma comparação econômica. Perspectiva, São Paulo. 2011. 269 p.

SALERNO, M. S.; DAHER, T. Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal (PITCE): balanço e perspectivas. Brasília: MDIC, 23 set. 2006. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1272980896.pdf>> Acesso em 25 nov. 2014.

SAMPAIO, E. O. Teoria da regulação e abordagem neo-shumpeteriana: algumas reflexões sobre a possibilidade de complementaridade e convergência teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003. **Anais...** Porto Seguro: ANPEC, 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A28.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2014.

SANCHEZ-ANCOCHEA, D. Anglo-Saxon versus Latin American structuralism in development economics. CALDENTY, E. P.; VERNENGO, M. (ed.) **Ideas, Policies and Economic Development in the Americas**. New York: Routledge, 2007. p. 208-226.

SARQUIS, S. J. B. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 284p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2014.

SCHEINKMAN, J. A. A "doença holandesa" e os males do Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 fev. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1202200602.htm>> Acesso em: 20 nov. 2014.

SILVA, M. A. et al. **Economia de serviços**: uma revisão de literatura. Brasília. IPEA. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4765> Acesso: 10 abr. 2014.

DA SILVA, W. F. L. **Economia brasileira contemporânea**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 92 p.

SIMÕES, R.C.F., Balanço de Pagamentos. In: MORINI, C.; SIMÕES, R., C. F.; Dainez, V. I. **Administração de mercado exterior**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. p. 53-74.

STRACK, D., AZEVEDO, A. F. Z de. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 2, p. 68-91, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/eed/article/view/6432/pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.

SUZIGAN, W. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, v.4, n.1, jan-mar.1984. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/13-9.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 8. n.4, out-dez.,1988. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. A indústria brasileira após uma década de estagnação : questões para política industrial. **Jornadas de Economia**. Banco Central do Uruguai. Montevideo, 4-5 nov. 1991. Disponível em: <<http://www.bvrie.gub.uy/local/File/JAE/1991/Suzigan.pdf> > Acesso em: 25 abr. 2014.

SVETLICIC, 1993, apud KON, A. A Internacionalização dos Serviços. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.39, n.1, p. 42-54, jan./mar. 1999.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Tese de Doutorado. UFRJ, 1974.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, 6. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade balance of developing and developed countries continues to converge**, UNCTAD statistics show, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=895&Sitemap_x0020_Taxonomy=UNCTAD%20Home;#561;%23Statistics> Acesso em: 10 jan. 2015. P.83

UNCTADSTAT - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT STATISTICS. Data center. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>> Acesso em: 08 jan. 2015.

VIEIRA, E. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, C.G. (org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**, 2. ed., São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 185-218.

WALLERSTEIN, I. M. **The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. New York, San Francisco and London: Academic Press, 1974.

_____. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. US and China Drive International Patent Filing Growth in Record-Setting Year. **Press Releases**. Genebra, 13 mar., 2014a. Disponível em: <http://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2014/article_0002.html> Acesso em: 23 jul 2014

_____. Patent Cooperation Treaty Yearly Review. **Economic & Statistics Series**, 2014b. Disponível em:

<http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/patents/901/wipo_pub_901_2014.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. **International Trade Statistics 2014**, 2014. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2014_e/its2014_e.pdf> Acesso em: 08 jan. 2015.

_____. **Statistics Database**. Disponível em:

<<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramTechNotes.aspx?Language=E>> Acesso em: 10 jan. 2015.

WORLD BANK. **ICT at a Glance Definitions and Sources**. Disponível em:

<<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,print:Y~isCURL:Y~contentMDK:20460697~isCURL:Y~menuPK:1192714~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>> Acesso em: 08 jan. 2015.

_____. **World Data Bank**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>> Acesso em: 10 jan. 2015.

ANEXO A – Importação por categoria de uso (2014)

IMPORTAÇÃO POR CATEGORIA DE USO - DEZEMBRO/2014 - (Acumulado de 01 - 31/12/2014)					
	DEZEMBRO/2014		DEZEMBRO/2013		Var. % Dez14 / Dez13
	US\$ FOB		US\$ FOB		pela média diária
	US\$	Média	US\$	Média	Valor
TOTAL GERAL	17.197.721.826	781.714.628	18.196.553.798	866.502.562	-9,8
1-BENS DE CAPITAL	3.612.522.236	164.205.556	4.250.100.977	202.385.761	-18,9
MAQUINARIA INDUSTRIAL	1.139.538.068	51.797.185	1.541.117.280	73.386.537	-29,4
MAQUINAS E APARELHOS DE ESCRITORIO, SERVICIO CIENTIFICO	550.305.828	25.013.901	644.235.894	30.677.900	-18,5
PARTES E PECAS PARA BENS DE CAPITAL PARA INDUSTRIA	606.432.103	27.565.096	561.171.537	26.722.454	3,2
ACESSORIOS DE MAQUINARIA INDUSTRIAL	227.401.306	10.336.423	271.887.654	12.947.031	-20,2
EQUIPAMENTO MOVEEL DE TRANSPORTE	414.777.900	18.853.541	540.860.648	25.755.269	-26,8
OUTROS BENS DE CAPITAL	674.067.031	30.639.411	690.827.964	32.896.570	-6,9
2-BENS DE CONSUMO	2.862.028.786	130.092.218	3.134.156.831	149.245.563	-12,8
21-BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1.471.817.525	66.900.797	1.458.380.185	69.446.675	-3,7
PRODUTOS ALIMENTICIOS	519.310.709	23.605.032	524.252.923	24.964.425	-5,4
PRODUTOS FARMACEUTICOS	478.184.836	21.735.674	462.559.293	22.026.633	-1,3
PRODUTOS DE TOUCADOR	74.484.329	3.385.651	72.527.141	3.453.673	-2,0
VESTUARIO E OUTRAS CONFECOES TEXTeis	208.395.018	9.472.501	208.860.270	9.945.727	-4,8
BEBIDAS E TABACOS	42.629.903	1.937.723	43.131.221	2.053.868	-5,7
OUTROS BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	148.812.730	6.764.215	147.049.337	7.002.349	-3,4
22-BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	1.390.211.261	63.191.421	1.675.776.646	79.798.888	-20,8
AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS, MOTOCICLETAS E OUTROS CICLOS	618.212.873	28.100.585	779.921.720	37.139.130	-24,3
OBJETOS DE ADORNO, DE USO PESSOAL E OUTROS	340.511.297	15.477.786	354.415.105	16.876.910	-8,3
MAQUINAS E APARELHOS DE USO DOMESTICO	237.494.427	10.795.201	342.537.189	16.311.295	-33,8
PARTES E PECAS PARA BENS DE CONSUMO DURAVEIS	61.685.633	2.803.892	68.120.987	3.243.857	-13,6
MOVEIS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA CASA	86.272.788	3.921.490	82.456.655	3.926.507	-0,1
OUTROS BENS DE CONSUMO DURAVEIS	46.034.243	2.092.466	48.324.990	2.301.190	-9,1
3-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3.484.892.950	158.404.225	3.087.467.375	147.022.256	7,7
4-MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS	7.238.277.854	329.012.630	7.724.828.615	367.848.982	-10,6
PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS	2.165.993.717	98.454.260	2.070.153.965	98.578.760	-0,1
PRODUTOS INTERMEDIARIOS - PARTES E PECAS	838.463.985	38.111.999	949.972.462	45.236.784	-15,7
PRODUTOS MINERAIS	1.405.895.672	63.904.349	1.406.720.180	66.986.675	-4,6
ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	852.607.823	38.754.901	987.378.443	47.018.021	-17,6
PRODUTOS AGROPECUARIOS NAO ALIMENTICIOS	409.564.899	18.616.586	447.079.220	21.289.487	-12,6
PRODUTOS ALIMENTICIOS	244.101.300	11.095.514	341.916.245	16.281.726	-31,9
OUTRAS MATERIAS-PRIMAS PARA AGRICULTURA	860.691.942	39.122.361	996.283.971	47.442.094	-17,5
OUTRAS MATERIAS-PRIMAS E PRODS INTERMEDIARIOS	460.958.516	20.952.660	525.324.129	25.015.435	-16,2

Fonte: SECEX/MDIC